



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO
DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

LÚCIA DE FÁTIMA ALMEIDA

A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CONTEXTOS
INTRAORGANIZACIONAIS:
um estudo a partir da UFPA

Belém
2011

LÚCIA DE FÁTIMA ALMEIDA

A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CONTEXTOS
INTRAORGANIZACIONAIS:
um estudo a partir da UFPA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.
Orientador: Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
Co-Orientador: Prof. Dr. Milton Cordeiro Farias Filho

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

363.728

A447g Almeida, Lúcia de Fátima

A Gestão de resíduos sólidos em contextos intraorganizacionais: um estudo a partir da UFPA (2009-2011) / Lúcia de Fátima Almeida; Orientador Durbens Martins Nascimento. – Belém: 2011.

155 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografia

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós Graduação em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2011.

1. Coleta seletiva de lixo. 2. Lixo – eliminação – aspectos ambientais. 3. Educação ambiental. I. Nascimento, Durbens Martins, Orientador. II. Título.

LÚCIA DE FÁTIMA ALMEIDA

**A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CONTEXTOS
INTRAORGANIZACIONAIS:
um estudo a partir da UFPA**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Data de aprovação: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – Orientador

Doutor em Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental – NAEA/UFPA
Universidade Federal do Pará/NAEA

Dr. Milton Cordeiro Farias Filho – Co-Orientador

Doutor em Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental – NAEA/UFPA
Universidade Federal do Pará – PPGCP/UFPA

Profa. Dra. Lígia T. L. Simonian – Membro Interno

Doutora em Antropologia – City University of New York
Universidade Federal do Pará/NAEA

Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo – Membro Externo

Doutor em Planejamento do Desenvolvimento Socioambiental – NAEA/UFPA
Universidade Federal do Pará/PPGEO

*À minha filha. Razão pela qual “sobrevivi”
A todos os catadores e catadoras do
Brasil que diariamente buscam, nas
“nossas sobras”, o seu o pão de cada dia.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais – meus primeiros educadores – que, apesar do pouco estudo, me incentivaram e me estimularam a estudar e a entrar em uma universidade que, não por acaso, é a Universidade Federal do Pará (UFPA) e que, também, é o local onde iniciei minhas atividades profissionais.

À dona Ruth (*in memoriam*) – minha eterna amiga – que não se cansava de repetir, incentivando-me até os seus últimos dias com a frase: “Você vai conseguir, minha filha”.

À UFPA, organização pela qual “visto a camisa” e que, por meio do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), me proporcionou ampliar os meus horizontes para muito mais além.

À Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP) por fomentar a formação de quadro de pessoal desta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES).

Aos professores e professoras do NAEA que ministraram aulas na turma do 2º Semestre de 2009, em especial ao Prof. Dr. Mário Miguel Amin Garcia Herreros que, ao “apagar das luzes”, despertou meu interesse para a Administração Pública, e à Profª Drª Nírvia Ravena por suas valiosas sugestões na banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento, meu orientador, por acreditar que eu seria capaz de chegar até aqui. Agradeço a ele também pelos momentos de esclarecimento recheados de profundo conhecimento científico, inspiração e espírito de solidariedade com “suas colegas de instituição”.

Ao Prof. Milton Farias Filho, coorientador deste trabalho, pessoa fantástica que não mede esforços para estimular em seus alunos a aquisição do conhecimento e que não negou, em nenhum momento, atenção e apoio.

Agradeço de todo o coração, aos professores Dra. Lígia T. L. Simonian e Carlos Alexandre Leão Bordalo que gentilmente aceitaram fazer parte da Banca Examinadora desta dissertação.

Faço um agradecimento especial para as pessoas que, de alguma forma, ajudaram a construir este trabalho: às professoras da UFPA, Darcy Flexa di Paolo, Janaína Geel de Pontes Vieira, Ludetana Araújo e Marilena Loureiro que deram o apoio nos momentos cruciais. À Pólita Gonçalves do Lixo.com, à Jacimara Guerra Machado da A3P e ao Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC). Agradeço também ao Felipe Marques pelas transcrições das entrevistas, ao Thiago Souza pela sua paciência na normatização e à Prof^a Elza Elarrat pela competente revisão do texto.

Às colegas da primeira “Turma dos Técnicos” que muito me auxiliaram em busca do conhecimento científico através dos estudos em grupo, das exposições dos seminários e de seus projetos, “contribuindo para quebrar alguns paradigmas”. Em especial à Aninha, à Cláudia e à Nazaré, pela amizade desde o processo de seleção.

A todos os colegas do antigo Departamento de Biologia do Centro de Ciências Biológicas (CCB), meu primeiro local de trabalho na UFPA, onde fiz amigos que, até hoje, considero como parte da minha família. Um especial agradecimento à “Ana Leo” (*“in memorian”*) e à “Concita” (*“in memorian”*) que, com toda a certeza, torceram por mim. À Prof^a Clara Ferreira de Mello, à Prof^a Ana Maria Cristina Mendes, à Heroídes Almeida, à Lílian Loureiro e à Maria Diva Lhamas pelos muitos momentos de uma amizade que só me fizeram crescer.

Minha eterna gratidão e sinceros agradecimentos aos gestores e aos colegas da Prefeitura da UFPA, meu atual local de trabalho, pela oportunidade de crescimento profissional, moral e espiritual, principalmente nas pessoas do ex e do atual Prefeito, Marcus Vinícius Menezes e Alemar Rodrigues Jr. e ao ex e ao atual diretor de Infraestrutura, Osmar Machado e Reinaldo de Souza, e aos Coordenadores de Serviços Urbanos (CSU) Jaqueline Sarmiento e de Meio Ambiente, Adnilson Igor M. da Silva pela amizade e apoio incondicionais.

Ao Pedro da Conceição Rosa (*in memorian*) que continua demonstrando sua amizade e carinho em um “plano maior”.

À Comissão da Coleta Seletiva Solidária da UFPA pelo apoio e trabalho em prol de uma Administração Pública mais sustentável.

Não poderia deixar de agradecer a todos, técnicos, docentes e bolsistas que estiveram ou que estão direta ou indiretamente envolvidos com o Programa Coleta Seletiva Solidária, em especial à Carolina Monteiro, ao Fredson Puga Pinto, ao Gabriel Hiromite, ao Jaime Lessa, à Liana Machado, à Prof^a Maria de Valdivia Norat, e ao Pedro Caetano. Sem o trabalho que desenvolvem não seria possível a realização desta dissertação.

E, por fim, agradeço a todas as pessoas que concederam alguns minutos do seu tempo, por ocasião das entrevistas, contribuindo, assim, na construção de mais uma produção acadêmica para esta que é uma das maiores e mais importante Instituição de Ensino Superior do Trópico Úmido.

“Tudo é interligado”

Alexander Von Humboldt (HELFERICH, 2005)

RESUMO

Esta dissertação centra esforços em responder à seguinte pergunta: Como se deu o processo de implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária na Universidade Federal do Pará? O referido programa foi instituído pelo Decreto Federal nº 5.940 do dia 25 de outubro de 2006 e visa à destinação do material reciclável produzido nos órgãos públicos federais da administração direta e indireta às associações e cooperativas de catadores. Esta ação, apesar de restrições quanto a sua destinação, vem contribuir com a diminuição da pobreza e o impacto ambiental em áreas naturais. O objetivo desta pesquisa é conhecer e analisar o processo de implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária na UFPA. Teve o apoio das bases teóricas do Neoinstitucionalismo em Hall e Taylor e comparações das abordagens teóricas de Olson e Ostrom sobre a Teoria Comportamental da Ação Coletiva na produção de um Bem Público. A metodologia utilizada foi de caráter descritivo e qualitativo. A teoria conduziu ao trabalho de campo para as técnicas de observação, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Foram realizadas 25 entrevistas com técnicos da Prefeitura da Cidade Universitária da UFPA, diretores e coordenadores de Unidades Acadêmicas além de funcionários dos serviços gerais. Como resultado, foi constatada a necessidade de um trabalho de interação dentro das próprias Unidades Acadêmicas, destas entre si e, paralelamente, com a Administração Superior. Em Ostrom, encontrou-se o apoio ao direcionamento teórico em razão de sua concepção de uso comum e as decisões coletivas de cooperação baseadas na reciprocidade e confiança entre as pessoas. Ela acrescenta elementos à Teoria da Ação Coletiva de Olson e mostra que trabalhos em busca do bem comum são possíveis desde que haja regras nas quais todos estão sujeitos aos benefícios das externalidades advindas. Com as abordagens institucionais e de ação coletiva apresentadas, este estudo pretende contribuir com a aplicação da Gestão Ambiental na Administração Pública. Os resultados alcançados podem levar à prática da Coleta Seletiva Solidária da UFPA, incentivando os gestores do interior do Estado a engajarem-se ao programa.

Palavras-chave: Coleta Seletiva Solidária. Práticas Administrativas. Administração Pública. Neoinstitucionalismo. Ação Coletiva.

ABSTRACT

This dissertation focuses on answering the following question: How did the process of implementing the Selective Collection Solidarity Program at the Federal University of Para. The program was established by Decree No. 5940 of 25th October 2006 and aims at the destination of recyclable material produced in the federal government agencies of the administration direct and indirect to associations and cooperatives of collectors. This action, despite restrictions on their disposal, contributes to poverty alleviation and environmental impact in natural areas. The objective of this research is to understand and analyze the process of implementing the Joint Selective Collection Program at UFPA. It is based on the Neo-institutionalism of Hall and Taylor and comparisons of theoretical approaches of Olson and Ostrom on the Behavioral Theory of Collective Action in the production of a Public Good. The methodology used was descriptive and qualitative. The theory led to fieldwork for the observation techniques, semi-structured interviews and documentary research. 25 interviews were conducted with staff members of the University Council of UFPA, directors and coordinators of Academic Units as well as general service staff members. As a result, was found the need of a interaction work within their own Academic Units, these together and, at the same time with the Senior Management. In Ostrom, was found the support to the theoretical direction because your conception of common use and collective decision of cooperation based on reciprocity and trust between people. She adds elements to the Olson's Behavioral Theory of Collective Action and show that works in search of the common good are possible if exist rules that everyone are subjected to the benefits of arising externalities. With institutional approaches of the collective action presented, this study intends to contribute with the application of Environmental Management in Public Administration. The achieved results can lead to the practice of Selective Collection Solidarity of UFPA encouraging managers in the interior of state to engage in program.

Keywords: Selective Collection Solidarity. Administrative Practices. Public Administration. Neo-institutionalism. Collective Action.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|----------------------|--|-----|
| Quadro 01 | – Total de municípios brasileiros que dispõem da Coleta Seletiva distribuídos em 18 Estados da Federação | 28 |
| Quadro 02 | – Unidades e número total de participantes do Bate-Papo Ambiental que ocorreu nos meses de abril, maio e junho de 2009 | 50 |
| Quadro 03 | – Mostra as pessoas envolvidas na pesquisa de acordo com seus locais de lotação representados pelos Grupos A e B e as justificativas para os critérios de seleção adotados | 53 |
| Quadro 04 | – Resumo do percurso metodológico | 61 |
| Quadro 05 | – Contingente populacional da UFPA | 64 |
| Quadro 06 | – Distribuição dos 29 Locais de Entrega Voluntária (LEVs) na Cidade Universitária | 68 |
| Figura 01 | – Cartazes da Coleta Seletiva Solidária da UFPA elaborados pela Oficina de Criação da Faculdade de Comunicação (ICL) | 73 |
| Fotografia 01 | – Prefeito da Cidade Universitária e representante da cooperativa CONCAVES na inauguração da Coleta Seletiva Solidária da UFPA – Semana do Meio Ambiente de 2009..... | 74 |
| Gráfico 01 | – Total de dados fornecidos pela primeira cooperativa sorteada (CONCAVES) mostrando o total de material arrecadado nos Anos de 2006, 2009 e 2010 | 75 |
| Quadro 07 | – As Unidades Acadêmicas escolhidas para a coleta de dados. Desta, apenas o IEMCI não participou da pesquisa | 77 |
| Quadro 08 | – Número de participantes dos Cursos de Capacitação realizados pela Prefeitura | 80 |
| Quadro 09 | – Número de participantes que assistiram à apresentação da A3P e dos institutos que acataram ao convite da Prefeitura | 80 |
| Fotografia 02 | – Conjunto de coletores para separação de materiais recicláveis | 96 |
| Fotografia 03 | – Copos e xícaras permanentes | 96 |
| Gráfico 02 | – Dados que mostram a evolução de adesão dos setores da UFPA à Coleta Seletiva Solidária, nos anos de 2006, 2007 e 2008..... | 99 |
| Fotografia 04 | – Iniciativas que evidenciam a preocupação em adotar medidas e procedimentos administrativos em consonância com a legislação ambiental vigente | 115 |
| Fotografia 05 | – Caixas de papelão para a separação do papel em uma sala | 115 |
| Quadro 10 | – Número de prédios e de servidores mencionados pelos coordenadores de CPGA por ocasião das entrevistas, por Unidades Acadêmicas | 116 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| 3R | Redução, Reutilização e Reciclagem |
| A3P | Agenda Ambiental na Administração Pública |
| AI | Administração Intermediária |
| AID | Análise Institucional e Desenvolvimento |
| ASCOM | Assessoria de Comunicação |
| CBO | Código Brasileiro de Ocupações |
| CIISC | Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis |
| CMA | Coordenação de Meio Ambiente |
| CMMAD | Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| CONCAVES | Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis |
| CPGA | Coordenação de Planejamento Gestão e Avaliação |
| CSU | Coordenação de Serviços Urbanos |
| FSM | Fórum Social Mundial |
| GEAAM | Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICB | Instituto de Ciências Biológicas ICED Instituto de Ciências da Educação |
| ICEN | Instituto de Ciências Exatas e Naturais |
| ICS | Institutos de Ciências da Saúde |
| ICSA | Instituto de Ciências Sociais Aplicadas |
| IDS | Indicadores de Desenvolvimento Sustentável |
| IEMCI | Instituto de Educação Matemática e Científica |
| IFCH | Instituto de Filosofia e Ciências Humanas |
| IFES | Instituição Federal de Ensino Superior |
| IG | Instituto de Geociências |
| ILC | Instituto de Letras e Comunicação |

| | |
|---------|---|
| ITEC | Instituto de Tecnologia |
| LEV | Local de Entrega Voluntária |
| MARE | Ministério de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado |
| MC | Ministério das Cidades |
| MDS | Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MNCMR | Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis |
| NAEA | Núcleo de Altos Estudos Amazônicos |
| NCADR | Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural |
| NPADC | Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico |
| ONG | Organização não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCU | Prefeitura da Cidade Universitária |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PNEA | Programa Nacional de Educação Ambiental |
| PNRS | Política Nacional de Resíduos Sólidos |
| PNS | Pesquisa Nacional de Saneamento Básico |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPGDSTU | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido |
| PROPLAN | Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento |
| RMB | Região Metropolitana de Belém |
| SESAN | Secretaria de Saneamento |
| SINAES | Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UA | Unidades Acadêmicas |
| UEFS | Universidade Estadual de Feira de Santana |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.1 | A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS: OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS ORGANIZADOS | 21 |
| 1.2 | A COLETA SELETIVA: DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS À COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS) | 23 |
| 1.3 | CONSTRUINDO ALIANÇAS: AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) COMO ELOS DE UMA CORRENTE SOLIDÁRIA SUSTENTÁVEL..... | 29 |
| 2 | A TEORIA INSTITUCIONAL E A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA | 34 |
| 2.1 | A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS | 34 |
| 2.2 | A LÓGICA E A CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA PARA O ESTUDO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA UFPA..... | 37 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 49 |
| 3.1 | NATUREZA DA PESQUISA | 49 |
| 3.2 | PLANO AMOSTRAL..... | 51 |
| 3.2.1 | A população e o universo da pesquisa | 51 |
| 3.2.2 | A amostra e os envolvidos na pesquisa | 52 |
| 3.3 | TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS..... | 52 |
| 3.3.1 | A observação | 54 |
| 3.3.2 | A pesquisa documental | 55 |
| 3.3.3 | As entrevistas | 58 |
| 3.4 | MÉTODO DE ANÁLISE, TRATAMENTO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS..... | 61 |
| 4 | A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM CONTEXTOS INTRAORGANIZACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA UFPA | 62 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 4.1 | A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO COM UM ENFOQUE NOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS..... | 63 |
| 4.1.1 | O processo de implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA | 65 |
| 4.1.2 | As atividades educativas de suporte a sensibilização para a implantação da Coleta Seletiva Solidária da UFPA | 71 |
| 4.1.3 | Os principais resultados alcançados | 73 |
| 4.2 | INDIVÍDUOS, ATORES E AGENTES ENVOLVIDOS NA PROMOÇÃO DE UM BEM COLETIVO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE SUAS PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS..... | 76 |
| 4.2.1 | Conhecimento sobre o objeto de pesquisa | 77 |
| 4.2.2 | Responsabilidade no exercício da função | 83 |
| 4.2.3 | Engajamento e/ou participação..... | 104 |
| 4.3 | O DESAFIO DE INTEGRAÇÃO DAS UNIDADES ACADÊMICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BEM COMUM: A COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA | 113 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 120 |
| | REFERÊNCIAS..... | 126 |
| | APÊNDICE(S) | 134 |
| | ANEXO(S)..... | 143 |

1 INTRODUÇÃO

As interações Estado-Sociedade Civil vêm crescendo a cada ano. Isto pode indicar um aumento da cidadania, permitindo aos entes públicos identificar os problemas e ao mesmo tempo formular, implementar e avaliar resultados. Por outro lado, as organizações públicas parecem vislumbrar nessa parceria a oportunidade de sustentar a participação do cidadão na coisa pública, atendendo às demandas sociais. Com esta nova forma de pensar, por meio de uma abordagem gerencial, torna-se possível a criação de programas com a participação da sociedade civil.

Nesta direção, o Decreto Federal nº 5.940 de 25 de outubro de 2006 (Anexo A), que institui o Programa Coleta Seletiva Solidária, veio ao encontro de antigas reivindicações do segmento dos catadores de materiais recicláveis. Essa classe marginalizada que era, há bem pouco tempo, tratada como “mendigos” e não como trabalhadores¹ tem na destinação dos materiais recicláveis pelos órgãos públicos uma fonte de renda e trabalho.

O Programa Coleta Seletiva Solidária visa à destinação de todo o material reciclável produzido nos órgãos públicos federais da administração direta e indireta, nos 5.565 municípios brasileiros (BRASIL, 2008), às associações e cooperativas de catadores de todo o país. Esta ação, apesar de restrições quanto a sua destinação², vem contribuir com a diminuição da pobreza e o impacto ambiental em áreas naturais.

O programa é resultado das demandas desses trabalhadores que, nos anos de 1990, iniciaram o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR). Neste programa, os órgãos públicos federais funcionam como elo entre o Estado e os catadores. Seus gestores têm assim um papel fundamental na execução das diretrizes e na implantação e continuidade do programa.

O imperativo da força de lei e do prazo de 90 dias a partir da data de publicação estabelecido no Artigo 7º para a implantação da lei, não foram suficientes para que em muitos órgão o decreto fosse cumprido. Sabe-se que o seu não

¹ A atividade dos catadores foi elevada ao estatuto de profissão, oficializado na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) com o número 5192-05 (BRASIL, 2010d, p. 65).

² O Decreto beneficia somente às associações e cooperativas de catadores devidamente regularizados.

cumprimento possui várias raízes. No entanto, sabe-se também que para ser implementado requer uma série de procedimentos administrativos, interesse dos gestores e recursos humanos capacitados e comprometidos.

Em outubro de 2011, o referido documento completou cinco anos de sua assinatura. Como motivar e ampliar a participação dos órgãos públicos federais? Fazer parte da agenda e do planejamento estratégico parece ser um caminho para viabilizar um compromisso social e ambiental nas instituições. Priorizando tais políticas, por meio de sua inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará (UFPA), o programa seria fortalecido e teria solução de continuidade.

Por sua natureza, vem possibilitar a construção de uma nova cultura institucional inserida em um novo modelo de gestão de resíduos para os órgãos públicos federais, baseado nos princípios dos 3R (Redução, Reutilização e Reciclagem) como estabelece o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) e a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)³ (BRASIL, 2007c).

É importante ressaltar a existência de um farto arcabouço legal com o objetivo de aderir às políticas ambientais, por parte da administração pública federal. A Constituição Federal de 1988⁴, a Instrução Normativa nº 06 de 03/11/1995 do então Ministério de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e a A3P (BRASIL, 2007c), são alguns exemplos desta afirmativa, em que a questão da destinação social dos resíduos comparece.

³ A3P é um projeto que se iniciou no Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1999, e possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública. Segue uma explicação para a forma de escrita: "Pouco antes de lançarmos a cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública, em 2001, precisávamos de um título mais curto e que "pegasse" mais. Por sugestão do então Secretário de Desenvolvimento Sustentável do MMA, Patrus Ananias, decidimos fazer uma votação interna (entre os funcionários do MMA) e assim apresentamos algumas variáveis do tipo: () 3AP, () AAAP, () A3(subscrito)P e () outros - faça a sua sugestão. No final, o resultado da votação deu A3(subscrito)P ou A3P. Depois partimos para fabricar a logomarca e todos acharam que não seria preciso porque as composições das letras já eram fortes e boas. Assim decidimos apenas a cor - em azul. Pronto. Estava chancelada e devidamente registrada a marca da A3(subscrito)P.". Depoimento dado via e-mail por Jacimara Guerra Machado, idealizadora da A3P, que atualmente é Coordenadora de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados Federais em Brasília – DF (MACHADO, 2010).

⁴ A nova Constituição Brasileira de 1988 possui um capítulo destinado ao meio ambiente, além de inúmeros outros dispositivos que tratam dessa questão. Além disso, ela acabou por induzir a inserção de políticas ambientais nas constituições estaduais e nas leis orgânicas dos municípios elaboradas em 1989 (BRASIL, 1999b).

Apesar de este ser um estudo que parte de um ambiente organizacional cuja finalidade maior é o ensino, pesquisa e extensão – por se tratar de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) – não terá como foco as atividades acadêmicas. Esta pesquisa tem interesse em poder identificar a responsabilidade no exercício da função dos gestores públicos, que aqui estão representados pelos diretores das Unidades Acadêmicas (UA) e da Prefeitura da Cidade Universitária (PCU), na condução de suas atividades administrativas para a implantação de políticas ambientais.

Entretanto, vale ressaltar aqui que existe uma variedade de trabalhos acadêmicos que propõem diretrizes e ações para uma universidade sustentável, enfatizando as bases para se alcançar tal objetivo. No entanto, como mostram alguns destes trabalhos, tais linhas de ação passam necessariamente por sua estrutura organizacional, pelo planejamento institucional, pela gestão operacional e, logicamente, pela formação acadêmica, como revela Oliveira (2009). Isso retrata a ampliação das possibilidades de interação acadêmico-administrativa e interdisciplinar deste estudo.

Este trabalho tem como objeto de pesquisa a Coleta Seletiva Solidária na UFPA⁵. Visa analisar como se deu o processo de implantação, enfocando aspectos dos procedimentos administrativos. Assim, vislumbra-se a possibilidade de análise da eficácia de tal política na instituição, para atender às necessidades pleiteadas pela categoria dos catadores com relação à política em questão.

A implantação de tal política na UFPA constitui um avanço para a criação de uma nova cultura institucional. O exercício dos conceitos da solidariedade e da cidadania através da correta destinação dos resíduos pode ser capaz de levar aos seus servidores à adoção de novos hábitos e valores. É um grande desafio que implica diminuir as desigualdades sociais e que está literalmente nas mãos de 507.770 servidores públicos federais em todo o Brasil (BRASIL, 2010c, p. 49).

Esse esforço coletivo de destinar resíduos recicláveis – ou materiais recicláveis – pode resultar em inclusão social com geração de renda às associações e cooperativas de catadores e, conseqüentemente, na diminuição da situação de

⁵ Quando aparecer no texto deste trabalho a denominação “Coleta Seletiva Solidária” estará se referindo ao programa. Quando aparecer “coleta seletiva”, estará se referindo ao tipo de coleta de dentro do sistema de gestão de resíduos sólidos.

extrema pobreza que assola essa população. Já para os servidores da UFPA, esse gesto pode significar a aquisição de um bem coletivo, envolvendo um sentimento de pertencer a uma organização que está em dia com o seu compromisso com a sociedade.

Portanto, conhecer sobre o que pensa uma parcela da comunidade universitária por meio dos dirigentes da Administração Intermediária (AI) da UFPA representada pelos diretores, coordenadores e dos funcionários dos serviços gerais dos institutos justifica-se como proposta de pesquisa para a sua melhoria e consolidação. Sendo assim, pretende-se conhecer o processo de implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária na UFPA, objetivo principal deste estudo.

A partir daí espera-se obter subsídios, por intermédio da descrição do ambiente institucional e da teoria da ação coletiva, para contribuir na motivação e ampliação da participação da comunidade universitária, na implantação desta forma inovadora de gestão de resíduos, uma vez que inclui social e economicamente os catadores. Além disso, vislumbra-se, também, poder adicionar novos elementos à Gestão Ambiental na Administração Pública.

Para tanto, espera-se obter um perfil dos agentes responsáveis pela implantação do novo modelo de gestão de resíduos na UFPA; conhecer as principais estratégias adotadas pelos executores da Coleta Seletiva Solidária desde o diagnóstico até a implantação; identificar os procedimentos administrativos tomados pelos gestores da PCU e das UA para fortalecer o processo de separação dos materiais e analisar o envolvimento dos gestores no processo após a implantação da Coleta Seletiva Solidária.

Para isso, fez-se necessário levantar as seguintes questões:

Quais entraves institucionais são verificados na dinâmica da implantação da Coleta Seletiva Solidária? Que incentivos são oferecidos aos gestores para a construção de um novo modelo de gestão de resíduos na UFPA? E quais os resultados da implantação de um novo modelo de gestão de resíduos sólidos na UFPA? Tais questões foram naturalmente formuladas a partir de dois pressupostos que resultaram de fatos extraídos de acontecimentos que suscitaram o objeto da pesquisa:

a) Entraves institucionais traduzidos por dificuldades administrativas que se referem à ausência de instrumentos jurídicos e operacionais advindos da falta de pessoal qualificado para o exercício de atividades específicas no Programa podem

vir a ser um dos motivos para o baixo envolvimento da comunidade no processo de implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA;

b) A falta de incentivos financeiros para as campanhas permanentes e compra de equipamentos para a separação dos materiais gera pouca motivação à maioria dos gestores, e aos servidores de uma maneira geral a agirem de forma a cooperar na separação dos materiais recicláveis. Mas, paralelo a isso, existem focos de um movimento contrário ao descrito acima que, dentre outras motivações, parecem ser incentivados pelo sentimento de pertencer à UFPA;

c) A implantação do novo modelo de gestão de resíduos na UFPA, por meio do Programa Coleta Seletiva Solidária ainda não atingiu um patamar traduzido por resultados mais significativos que, no entanto podem ser ampliados se houver o interesse por parte dos tomadores de decisão em criarem mecanismos que dêem sustentação ao programa.

Finalmente, que os resultados deste trabalho, possam gerar uma reflexão principalmente nos gestores públicos. Que outras iniciativas mais específicas venham a incentivar o engajamento da sociedade como parceira das cooperativas de catadores como está previsto no Programa Coleta Seletiva Solidária.

No segundo capítulo, abordam-se os conceitos que embasam esta pesquisa, focalizando os fundamentos teóricos que serviram de pano de fundo. No capítulo seguinte, encontram-se as abordagens e procedimentos metodológicos com as descrições das etapas da pesquisa.

A seguir, no quarto capítulo, estão as análises das observações da pesquisa documental e dos conteúdos obtidos nas entrevistas. Estão também as discussões dos resultados desta pesquisa. A partir das falas dos atores envolvidos, busca-se analisar o processo de implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA.

E, concluindo, são apresentadas, no quinto capítulo, as principais limitações teórico-metodológicas e sugestões para outros estudos. Fazem-se as considerações a respeito dos resultados encontrados bem como algumas propostas que sugerem novos caminhos para a condução do processo.

1.1 A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS: OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS ORGANIZADOS

O crescimento da demanda em torno da efetivação de direitos passa a ser vivenciado nos anos de 1980, quando o Estado começa a compartilhar esta responsabilidade com a sociedade civil. Deste modo, as políticas públicas deixam de ser caracterizadas pela subordinação do indivíduo e organizações ao Estado, para o serem pela coordenação de ações privadas e estatais sob a orientação do Estado (ESTIGARA, 2007). É uma inovação.

Assim sendo, o Estado não é o único responsável pela formulação e execução das políticas na esfera pública. Estigara (2007) reforça que o desenvolvimento sustentável, é fortemente evidenciado, uma vez que a demanda de uma cooperação ocorre em nível global. Esta concepção de políticas públicas, permeada pelos conceitos de Democracia Participativa ou Dialógica, Cooperação, Solidariedade é abrangida pela Agenda 21, a partir dos vários atores por ela eleitos para o fomento e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para Jacobi (2006), a preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. Tal modelo coloca a questão dos alcances e limites das ações, redução dos impactos, dos danos na vida urbana cotidiana e as respostas baseadas em soluções que rompem um círculo vicioso do *modus operandi* e destacam iniciativas que promovem um círculo virtuoso na gestão de políticas públicas.

Entre as várias formas de parcerias, este trabalho enfatiza a política pública de gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos, destacando o programa implementado pelo governo federal que beneficia os catadores de todos os municípios brasileiros. Tal política mostra-se como um desafio e ao mesmo tempo como uma maneira inovadora de gestão por estar baseada no tripé cooperação, solidariedade e participação.

A criação dos fóruns Lixo e Cidadania é uma inovação institucional. Eles operaram contribuindo para novas formas de gestão de resíduos sólidos nos âmbito nacional, estadual e municipal, incorporando os princípios fundamentais dos Direitos Humanos e da Agenda 21. Para uma atuação mais ampla, foi criado em 1998 o

Fórum Nacional Lixo & Cidadania, formado por organizações governamentais, e não governamentais (ONG), entidades técnicas e religiosas.

O Fórum Nacional Lixo & Cidadania atua em áreas relacionadas à gestão do lixo urbano e na área social. Os objetivos são a erradicação do trabalho infanto-juvenil nos lixões, propiciando a inclusão social com cidadania, a geração de renda para as famílias dos catadores, prioritariamente na coleta seletiva, e a mudança radical da destinação final de lixo, acabando definitivamente com os lixões no Brasil (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF, 2001).

A constituição do Comitê Interministerial para a Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC),⁶ a assinatura dos Decretos 5.940 de 25 de outubro de 2006 (BRASIL, 2006) e 6.087 de 20 de abril de 2007 (BRASIL, 2007a), da Lei nº 11.445 de 10 de março de 2007 (BRASIL, 2007b), mais recentemente, da Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010b) e do Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010a) são exemplos de formalização de políticas públicas que têm o desafio de contribuir para a inclusão social e econômica das classes menos favorecidas.

O CIISC foi criado em 11 de setembro de 2003 para a articulação e apoio entre os órgãos federais e as organizações de catadores em todos os estados da federação. Visa, sobretudo, à emancipação socioeconômica desses trabalhadores. É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério das Cidades (MC). É formado por 15 órgãos do governo federal, por parceiros do Programa Fome Zero e por Organizações Não-Governamentais e entidades do setor da reciclagem.

Vê-se, portanto, uma sociedade passando de atitudes passivas, exigindo compartilhar com o Estado e outros atores na promoção das políticas públicas, o que é próprio da Democracia Participativa ou Dialógica.

⁶ De acordo com as respostas aos questionamentos feitos ao CIISC – por intermédio de e-mail recebido em 02/09/2011 – a denominação do comitê passou a ser Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, mantendo a mesma sigla – CIISC. Tal alteração foi feita através do Decreto 7.405/10. Foi informado também que o CIISC teve suas atribuições ampliadas principalmente no que se refere à regulamentação do Programa Pró-Catador e ao apoio da inclusão dos catadores na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (BRASIL, 2010a, 2010b).

1.2 A COLETA SELETIVA: DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS À COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)

São cada vez maiores os problemas gerados pela grande produção dos resíduos sólidos urbanos no Brasil, decorrentes do crescimento populacional e da crescente urbanização e industrialização nas cidades. De acordo com Gonçalves (2003), a produção dos resíduos é inexorável, no entanto, podemos reduzir sua produção reutilizando sempre que possível os materiais recicláveis.

As administrações públicas nas cidades brasileiras enfrentam dificuldades no quesito gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos descartados pela população. Este fato agrava-se com o aumento da população nos centros urbanos, associado a uma produção e consumo crescente de resíduos que hoje chegam a patamares insustentáveis.

Esta assertiva encontra respaldo em Besen (2006), quando se referem ao crescimento da população associado à intensa urbanização e à expansão do consumo de novas tecnologias acarretando a produção de imensas quantidades de resíduos.

Como afirma Viveiros (2006), ações municipais que buscam resolvê-los encontram uma série de obstáculos, dentre eles, a insuficiência de recursos financeiros. Na esfera técnica, a alegação gira em torno da relação custo/benefício das alternativas existentes para a minimização, destinação final e tratamento dos resíduos, da sua adaptação e adequação à realidade local, e da formação profissional no quadro do funcionalismo público. No campo político, além do assunto não ser priorizado pelas administrações, a questão agrava-se pela pressão exercida por parte das empresas de limpeza pública.

A resolução de tais problemas não passa por soluções isoladas e sim por um gerenciamento integrado desses resíduos, em que se inclua a Coleta Seletiva. Vilhena (1999, p. 6) define Coleta Seletiva como “um sistema de recolhimento de

materiais recicláveis,⁷ tais como papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos, previamente separados na fonte geradora”.

A Coleta Seletiva de materiais que podem ser reaproveitáveis ou recicláveis, deixando, portanto, de ir para os aterros, é apontada unanimemente como um pilar importante na gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos. No entanto, ela é ameaçada pela sua fraqueza institucional, enquanto política pública, que se reflete no seu índice de sustentabilidade apenas médio (VIVEIROS, 2006).

A Coleta Seletiva no Brasil surgiu primeiramente, de forma sistemática, no Município de Niterói, no bairro São Francisco, em 1985 (CALDERONI, 2003a). Voltada para as questões ambientais e sociais, com a geração de emprego, não se inseria numa perspectiva de gestão integrada de resíduos, àquela época. Sendo mais tarde levada para Curitiba, Porto Alegre e outras cidades.

Mas, a Coleta Seletiva com o envolvimento de organizações públicas, só surgiu no Brasil, conforme Viveiros (2006), de uma experiência pioneira na cidade de São Paulo, no início da década de 1990, com o programa de reciclagem na gestão de Luiza Herundina (1989-1992). Estudos dessa e de outras iniciativas já extintas e em andamento revelaram uma série de entraves que dificultaram a viabilização, a continuidade e o bom andamento dos projetos.

Autores como Neder (1998), Grimberg e Blauth (1998), baseados em experiências de São Paulo (SP), Santos (SP), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC), fazem uma série de advertências com relação à implantação de projetos de Coleta Seletiva, em Viveiros (2006).

Como aparece em Viveiros (2006), Neder (1998), por exemplo, faz três recomendações. A primeira é para que antes de tudo, haja um estudo sobre o custo/benefício do projeto de Coleta Seletiva. Para tanto, sugere que seja realizado um estudo de viabilidade econômica. A segunda é que deva ser feita uma análise de mercado, para que os materiais recicláveis sejam vendidos. A terceira recomendação é que sejam desenvolvidas ações educativas para a população. Grimberg e Blauth (1998) também sugerem um estudo detalhado e um planejamento prévio sobre a destinação dos materiais recicláveis antes de se iniciar a separação.

⁷ Estes materiais serão levados para a reciclagem pelas indústrias recicladoras, onde voltarão ao início do ciclo produtivo. De acordo com Sebatai Calderoni (GONÇALVES, 2003), o Japão é o país líder em reciclagem no mundo.

Sobre a terceira recomendação, Neder (1998) comenta que,

determinados locais são totalmente inapropriados para a implantação de projeto de coleta seletiva [...] ou por sua distância do mercado consumidor, ou dada a escala que o projeto venha atingir, ou pelo custo de implantação diante da arrecadação municipal etc (p. 181).

Vieira (2004), em seu estudo sobre o fenômeno da reciclagem no município de Belém, Estado do Pará, afirma que a compreensão do funcionamento deste sistema torna-se necessária no âmbito das cidades, pois pode influenciar questões sociais, econômicas, ambientais, políticas e sanitárias.

Com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou ECO 92, a Coleta Seletiva ganhou repercussão nacional, onde esteve presente em vários momentos durante o evento. Desde então, a força das políticas públicas e das parcerias no contexto do desenvolvimento e inclusão social vem mudando a vida dos catadores de materiais recicláveis.

Com o advento da Lei Federal que institui a Coleta Seletiva Solidária (BRASIL, 2006) e, com a aprovação da PNRS surge a possibilidade de apoio nos três níveis de governo. Esse apoio refere-se à elaboração de projetos de gestão participativa e democrática para gerar oportunidade de trabalho e renda em benefício das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Tais projetos deverão possuir o componente educativo para trabalhar a conscientização da população na separação dos materiais destinados às cooperativas e na organização dos catadores informais das ruas e dos lixões em associações e cooperativas de catadores.

As medidas nele contidas deverão ser atendidas a fim de viabilizar a coleta dos materiais recicláveis com destinação às associações e cooperativas de catadores. Sabe-se que em alguns órgãos tais medidas não estão sendo atendidas, a não ser parcialmente.

Cerca de 507.770 servidores públicos federais ativos (BRASIL, 2010c, p. 49) em mais de 10.000 prédios públicos, presentes em torno de 1.400 municípios – dos 5.565 – devem destinar os diversos tipos de materiais recicláveis (jornais, envelopes, revistas, materiais de reformas e de construção, plástico e outros materiais inservíveis), gerados no dia a dia das repartições públicas, para as organizações de catadores do seu município.

Em 2000, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) realizada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), apontou para 24.340 catadores no Brasil. No Pará, de acordo com Martins (2007), ainda não existe um levantamento oficial do número de catadores. No entanto, segundo o mesmo autor, a Cáritas do Brasil⁸ iniciou uma pesquisa⁹ na qual, somente em Belém chegou a estimar a existência de cerca de 1.000 catadores, em Bragança 150, Paragominas 100, Abaetetuba 60 e Igarapé-Miri 70. Estes números demonstram a importância do engajamento dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais abrindo espaço para as inovações técnicas, administrativas e de participação da sociedade na gestão de resíduos sólidos.

Para o cumprimento da lei que institui a separação dos materiais recicláveis nos órgãos públicos federais, com destinação aos catadores, se faz necessário o cumprimento de procedimentos administrativos que envolvem entre outros, a tomada de decisão. Para tanto, o interesse do gestor público e a existência de recursos humanos com um certo grau de envolvimento devem ser considerados.

Além da razão central desta pesquisa que é a de poder conhecer o processo de implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária na UFPA, os resultados poderão contribuir na motivação para a ampliação da implantação desta forma inovadora de gestão de resíduos, uma vez que inclui social e economicamente os catadores. Com as abordagens institucionais e de ação coletiva, este estudo pretende contribuir com a Gestão Ambiental na Administração Pública.

Os resultados podem vir a estimular a prática da Coleta Seletiva Solidária a outros campi da UFPA. Caso isso ocorra, estarão sendo beneficiadas as cooperativas e associações de catadores dos municípios nos quais a UFPA está inserida. Poderá também servir de incentivo aos gestores do interior do Estado a engajarem-se como parceiros deste programa como está previsto no Programa Coleta Seletiva Solidária.

⁸ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (CÁRITAS BRASILEIRAS, 2010).

⁹ Ainda segundo Martins (2007), a pesquisa encontrava-se em fase de elaboração e a intenção da Cáritas era estender para todo o Estado.

Por sua natureza integradora, vem possibilitar a construção de uma nova cultura institucional inserida em um novo modelo de gestão de resíduos para os órgãos públicos nos três níveis de governo, baseado nos princípios dos 3R – REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO e RECICLAGEM – como estabelece o CIISC e a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

No entanto, Gonçalves (2003) revela que parte dos materiais recicláveis é desperdiçada pela inexistência de regras para o tratamento de cerca de 150 mil toneladas de resíduos sólidos produzidos diariamente nos 5.654 municípios brasileiros, segundo Pesquisa de Informações Municipais (IBGE, 2008). Destes, apenas 405, em 2008, realizavam a coleta seletiva¹⁰.

Porém, apenas nas capitais brasileiras, 26% de todo o resíduo sólido é depositado de forma inadequada em lixões; das cidades com mais de 50.000 habitantes, 73% depositam seus dejetos em lixões (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF, 2001). Nestes locais, a presença de catadores de lixo vivendo em condições subumanas é uma das principais características.

Agora, com a recente aprovação da PNRS por meio da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010b), a Coleta Seletiva ganha força de lei e, como tal, terá de ser instituída pelas prefeituras municipais de todas as cidades brasileiras. O Quadro 01 mostra a distribuição dos programas de Coleta Seletiva em 451 municípios brasileiros.

¹⁰ Dados de acordo com os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) obtidos pelo IBGE (BRASIL, 2010c) através de Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.

Quadro 01 – Total de municípios brasileiros que dispõem da Coleta Seletiva distribuídos em 18 Estados da Federação.

| ESTADOS | Nº de municípios |
|---------------------|------------------|
| Rondônia | 1 |
| Paraíba | 1 |
| Pernambuco | 9 |
| Bahia | 2 |
| Ceará | 2 |
| Rio Grande do Norte | 2 |
| Alagoas | 1 |
| Minas Gerais | 37 |
| Espírito Santo | 7 |
| Rio de Janeiro | 14 |
| São Paulo | 82 |
| Paraná | 73 |
| Santa Catarina | 1 |
| Rio Grande do Sul | 138 |
| Mato Grosso do Sul | 5 |
| Mato Grosso | 1 |
| Goiás | 2 |
| Distrito Federal | 1 |
| TOTAL | 451 |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Gonçalves (2003).

A PNRS prevê, dentre outros, a proibição da criação de novos lixões, nos quais os resíduos são jogados a céu aberto, a criação por parte das prefeituras municipais de aterros sanitários ambientalmente adequados, onde só poderão ser depositados os resíduos sólidos sem qualquer possibilidade de reaproveitamento ou compostagem. Também será proibida a catação de qualquer tipo de material, morar ou criar animais em aterros sanitários. Proíbe-se também a importação de resíduos.

Com 58 artigos, a PNRS possui caráter inovador ao apresentar em seu texto a “logística reversa”, que significa a obrigatoriedade por parte de fabricantes, importadores, distribuidores e vendedores a realizarem o recolhimento de embalagens usadas¹¹.

Outra novidade é a “responsabilidade compartilhada” a qual envolve não apenas o poder público nas três esferas, mas as empresas e a sociedade como um todo. Nesta responsabilidade foram incluídas as cooperativas que serão incentivadas pelo poder público.

¹¹ Foram incluídos nesse sistema, agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e eletrodomésticos.

Em 2003, atendendo às antigas demandas dos catadores, o governo federal criou o CIISC, coordenado pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e das Cidades (MC), para articular as ações dos órgãos públicos federais e viabilizar apoio às organizações de catadores em todo o país, visando à emancipação social e financeira desses trabalhadores (BRASIL, [200-?]).

Tais ações devem ser parte integrante de projetos que deverão possuir um forte componente educativo para trabalhar a conscientização da comunidade universitária. A Educação para a Sustentabilidade vem estimular uma mudança de valores, de práticas e de atitudes e, portanto, a sua participação permanente na campanha. Será um instrumento importante para a separação dos materiais destinados às cooperativas e na organização dos catadores informais das ruas e dos lixões em associações e cooperativas de catadores o êxito da pesquisa.

Tal forma de educação constitui-se nesta pesquisa em fator-chave para a viabilização do sistema de coleta seletiva, quando está apoiada em Dias (2004), Sachs (2008) e Veiga (2008), sobretudo quando cita Amartya Sen (2000). Neste contexto, tais projetos serão promissores para a inclusão social, seu objetivo principal.

1.3 CONSTRUINDO ALIANÇAS: AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) COMO ELOS DE UMA CORRENTE SOLIDÁRIA SUSTENTÁVEL

Conceitos e práticas de desenvolvimento acrescidos dos qualificativos “local, integrado e sustentável” voltaram à cena no Brasil (FISCHER, 2002, p. 1). Para compor essa nova ordem social, os órgãos públicos federais da administração direta e indireta são chamados a possibilitar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão, em diversos aspectos das organizações.

Em Di Pietro (1999), aparece que “a responsabilidade de fazer funcionar o Estado foi atribuída aos entes públicos” (p. 422), em que são definidos como “conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado” (p. 423). Sobre o conceito de Administração Pública, Meireles (2007) participa da mesma opinião. Para ele, todos os órgãos do

Estado devem estar estruturados para a realização de seus serviços visando à satisfação das demandas sociais.

Como se afirmou anteriormente, a gestão ambiental em instituições públicas vem sendo gradativamente incrementada pelos gestores públicos detentores de uma visão ampliada e de um espírito inovador. Muitas vezes, tal inserção inicia-se pela gestão dos resíduos sólidos, principalmente com a implantação da coleta seletiva. Algumas universidades brasileiras já vêm desenvolvendo estudos sobre resíduos sólidos gerados na própria instituição e, em algumas delas, com a implantação da Coleta Seletiva como é o caso da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), instituição considerada como referência nesse estudo.

Com a instituição da Coleta Seletiva Solidária, esse número só tende a aumentar, aumentando também a responsabilidade dessas instituições em criarem programas voltados para a pesquisa e extensão.

Desta forma, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em um total de 59 universidades distribuídas nas cinco regiões brasileiras (informação verbal)¹², desempenham nos dias de hoje um importante papel no funcionamento e desenvolvimento do Estado. Estando referendado em todas as instâncias superiores, resta o cumprimento das determinações do programa Coleta Seletiva Solidária por parte dos gestores das IFES, em particular, imbuídos dos princípios que norteiam a Administração Pública para que os avanços esperados venham a acontecer.

As características da gestão pública e a atuação administrativa conferida às IFES estão subordinadas aos princípios que regem a Administração Pública Brasileira, como está no artigo 37 da Constituição de 1988, em que determina que a “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1999a).

Vale ressaltar que o princípio da eficiência foi introduzido no artigo 37 da Constituição de 1988 por meio da Emenda Constitucional 19/89 para propiciar ao administrador público, melhores resultados com poucos recursos, segundo Silva (2001).

¹² Nair Rúbia N. Baptista - Assessora de Comunicação - Secretaria de Educação Superior - Ministério da Educação. Por telefone em 12/05/2011.

De acordo com Rua (2004), esses princípios resultam do fato de que o serviço público possui um forte compromisso para com a sociedade democrática. Esse compromisso avançou para além conferindo ao próprio Estado e às organizações que o compõem, onde a ideia de que existem para servir à sociedade, para atender às necessidades e demandas dos cidadãos. A autora complementa, colocando o cidadão como detentor de direitos fundamentais que justificam a própria existência do Estado e de suas organizações.

Pode-se concluir, a partir das análises de Meireles (2007) e de Di Pietro (1999), que a função da administração pública é atender todas as pessoas que habitam o território brasileiro, indistintamente. Neste contexto, a nova cidadania aí estabelecida é caracterizada pelo direito aliado à capacidade de participar da formulação e execução das leis, interferindo, assim, na gestão governamental. Nesse particular, o gestor público reveste-se de um papel estratégico na promoção da mudança dos padrões e de produção, sobretudo no que se refere ao presente estudo, quanto à inserção de critérios socioambientais.

A legislação que envolve a implantação da Coleta Seletiva Solidária é inserida neste cenário, no que concerne ao caso da Universidade Federal do Pará (UFPA). Na gama de atividades que envolveram seu planejamento, outras decisões precisaram ser tomadas e conduzidas distantes da arena de formulação que deu origem à política. Para tanto, é de suma importância que se tenha um conhecimento prévio dos problemas que demandaram as políticas macro para que sejam evitadas concepções errôneas, como afirma Rua (2004).

Nesse sentido, normas administrativas vêm recomendando, determinando e instituindo práticas visando à adoção de políticas ambientais que levem em consideração o tripé básico da sustentabilidade, preconizado no Relatório de Brundtland¹³. Tais políticas encontram-se desde a aquisição de bens e de materiais de consumo à implantação de uma coleta de resíduos de maneira seletiva.

¹³ Foi como ficou conhecido o Relatório Nosso Futuro Comum, produzido em 1987 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU). Teve como uma de suas principais recomendações a realização de uma conferência mundial para direcionar os assuntos ambientais – o que culminou com a Rio-92. Nesse relatório foi cunhada a clássica definição de desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas. O documento ficou conhecido pelo nome de Relatório

Na UFPA, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

é o principal documento orientativo da atual administração e, na sua concepção, traduz o sentimento e a percepção dos principais desafios do momento presente [...] Ele traça os caminhos que orientarão a Administração Superior e os demais dirigentes da Instituição na persecução das metas delineadas, auxiliando a tomada de decisões, referenciando a avaliação e contribuindo para que as prioridades eleitas sejam perseguidas e contempladas. Em síntese, é buscada a elevação do nível de desempenho da UFPA, em face dos seus compromissos sociais mais significativos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2003, p. 22).

Com relação aos atos administrativos governamentais como os determinados no Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, qualquer decisão na gestão pública requer a participação dos grupos de interesse na sociedade. Ele envolve e integra aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais. É resultado de uma parceria entre o Governo Federal, instituições da sociedade civil e os catadores. Representa uma importante referência de combate à pobreza e se insere em uma política mais abrangente de responsabilidade socioambiental. Tal iniciativa tem o alcance e a complexidade que é marca da gestão de resíduos sólidos, pois pontua a geração de emprego e renda e aspectos importantes sobre questões de cidadania.

No entanto, para que uma lei “saia do papel” e seja cumprida torna-se necessário o poder de decisão da administração superior e, em seguida, do empenho do setor ou setores responsáveis pela execução.

Tais proposições envolvendo o servidor público, na condição de gestor sobre decisões de implantar políticas públicas, encontram respaldo em Rua (1999, p. 248) que argumenta ser a decisão “um amontoado de intenções sobre a solução de um problema, expressas na forma de determinações legais”. No entanto, a decisão “não garante que a demanda que deu origem ao processo seja efetivamente atendida” (RUA, 1999, p. 249).

É pela socialização das normas institucionais que os indivíduos são levados a desempenhar papéis específicos e internalizar as normas associadas a esses papéis, sendo esse o modo pelo qual se concebe a influência das instituições sobre o comportamento. “Poderíamos designar essa concepção como „dimensão normativa” do impacto das instituições” (HALL; TAYLOR, 2003).

Rua (1999, p. 246) esclarece que “as decisões estruturantes são aquelas que estabelecem os rumos básicos das políticas em geral e proporcionam o contexto para as decisões incrementais”. Continuando, completa: “estas envolvem análises mais detalhadas de alternativas específicas que dizem respeito às ações necessárias para que uma política saia do papel e funcione efetivamente”.

Para compor essa nova ordem social, os órgãos públicos federais da administração direta e indireta são chamados a possibilitar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão, em diversos aspectos das organizações. Nesta pesquisa, fazem parte deste contexto as cooperativas de materiais recicláveis contempladas por meio de edital, os funcionários da empresa terceirizada e da comunidade universitária, situada na pessoa dos dirigentes e técnicos da Prefeitura e das Unidades Acadêmicas da UFPA.

O caráter obrigatório do decreto, no que tange à destinação do material reciclável produzido pelos órgãos públicos às cooperativas, deverá se reverter não apenas de implementação de políticas ambientais. Os gestores e demais servidores públicos, por sua vez, imbuídos do seu papel na administração pública e da abordagem institucionalista, devem para fazer cumprir as determinações governamentais que, segundo Hall e Taylor (2003, p. 198), “fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação”.

Tal abordagem institucionalista também pode ser entendida quando não há empenho ou vontade por parte do gestor, ou em situação em que há pouca ou nenhuma atividade desenvolvida com relação à implementação de políticas ambientais. Essa situação pode ser explicada pelo que Hall e Taylor denominaram de ausência de arranjos institucionais, como foi anteriormente mencionado.

2 A TEORIA INSTITUCIONAL E A LÓGICA DA AÇÃO COLETIVA

O desenvolvimento deste capítulo traz uma significativa influência de Esteves (2009). Tal influência se deve à abordagem dada pela autora aos aspectos referentes às Práticas Administrativas nas Organizações com relação às Teorias da Reforma Administrativa do Estado Brasileiro, enfatizada, dentre outros, por Luís Carlos Bresser-Pereira.

A contextualização da Gestão Pública com relação à implantação de aspectos ambientais, com ênfase aos resíduos sólidos, também será abordada neste capítulo. Apresenta também, como base, a transversalidade do referido tema com a Teoria Neoinstitucionalista descrita por Hall e Taylor (2003). Por fim, faz uma exposição analítica das abordagens teóricas da Ação Coletiva de Mancur Olson para a produção de um Bem Público e da teoria desenvolvida por Elinor Ostrom, em razão de sua concepção de uso comum e as decisões coletivas de cooperação e confiança.

2.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS

A preocupação com o meio ambiente está presente na agenda pública brasileira desde a década iniciada em 1960. No entanto, foi com certo retardo que as políticas ambientais proativas, práticas administrativas de natureza sustentáveis ou ainda, a gestão ambiental, foram implementadas no Brasil (ESTEVES, 2009).

Tal retardo foi em virtude do processo de reestruturação administrativa pelo qual o país passava com vistas a tornar a administração pública mais eficaz e eficiente em suas ações. Como resultado, foi adotada uma estrutura de Estado Mínimo em resposta a baixa taxa de crescimento econômico, elevadas taxas de desemprego e inflação que caracterizou a década iniciada em 1980 (BRESSER-PEREIRA, 1997a).

O Estado passava da administração burocrática para uma nova visão administrativa denominada Administração Pública Gerencial, que tinha como princípio básico, a aproximação entre Estado e o cidadão resgatando assim, a

legitimidade dos órgãos públicos perante a sociedade como instância responsável pela manutenção do bem-estar social e pelo desenvolvimento autossustentado do país (BRESSER-PEREIRA, 1997a; 1997b).

No entanto, foi a partir da Agenda 21, originada da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), Rio 92 ou Eco-92 celebrada no Rio de Janeiro em 1992, atendendo ao Capítulo 4 – que aconselha os países estabelecerem programas voltados à observância de padrões de produção e consumo – que o Brasil elaborou, com a participação da sociedade civil, a Agenda 21 Brasileira. Isto se dá em 2004 quando efetivamente são inseridos ao Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 os princípios do desenvolvimento sustentável, notadamente, da proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica e políticas ambientais, aos procedimentos administrativos do Estado, aumentando assim a gerência pela reforma administrativa ou governança (ESTEVES, 2009).

A governança assumida pelo Estado – aqui entendida, de acordo com o conceito de Bresser-Pereira (1997a, p. 7), como sendo a “capacidade financeira e administrativa que o governo deve ter para transformar em realidade as decisões que toma” – lhe confere uma transversalidade em que a sociedade é chamada a compartilhar dos desafios referentes à governabilidade do Estado. Nesse particular, Bresser-Pereira (1997a, p. 7), define como a “capacidade política do governo para intermediar interesses, garantir a legitimidade e governar”.

No contexto global, Duarte e Cadernatori (2008, p. 7612) colocam que a nova Administração Pública abandona o seu papel de simples executor, passando a ter mais autonomia através de acordos e atos unilaterais com diversos grupos sociais. Neste modelo gerencial de Estado, ao contrário do anterior, os modelos transcendem aos propostos por Hegel e Max Weber, uma vez que dá um salto de qualidade à governabilidade. Passa a existir um efetivo controle e participação sobre as atividades do Estado o que parece ser um avanço no regime de democracia representativa e desta para uma democracia participativa.

Bresser-Pereira (2005) assevera que o Estado é instituição fundamental para o desenvolvimento nacional. No entanto, condiciona esse desenvolvimento quando ele é capaz de estimular o investimento em capital físico e humano, e o progresso técnico e científico, mas pode ser um empecilho se, ao invés disso, suas instituições estabelecerem o privilégio e favorecerem a captura do patrimônio público. É o Estado forte, em um contexto democrático, segundo o mesmo autor.

Costa (2008), analisando a reforma do aparelho de Estado no governo Fernando Henrique Cardoso e demais reformas até agora, comenta que elas dependem muito da capacidade do Estado de extrair recursos da sociedade e da implantação de políticas, com um sistema aberto e inclusivo que permite a vigência de controle social efetivo – agenda positiva para o Estado Brasileiro.

Desse modo, a administração pública exerce um papel estratégico na promoção da mudança dos padrões de consumo e de produção, sobretudo no que se refere à inserção de critérios socioambientais em suas atividades administrativas. O gestor público, de acordo com os parâmetros legais, reveste-se assim no papel de agente fomentador do fortalecimento das políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, sobretudo no que se refere ao objeto deste estudo em particular.

Na responsabilidade de administrar os negócios do governo, o gestor público exerce atividade politicamente neutra – normalmente vinculada à lei ou à norma técnica – e de conduta hierarquizada. No cumprimento de tarefas, implica estar revestido dos seguintes parâmetros básicos: na tradução da missão, no planejamento e controle, na administração de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros; inserção de cada unidade organizacional no foco da organização; e tomada de decisão diante de conflitos internos e externos (MAXIMIANO, 2000).

Tal abertura na forma de gerenciar para a sustentabilidade no âmbito do Estado propiciou o surgimento da Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecida por A3P¹⁴. A A3P é um projeto que teve início em 1999 no Ministério do Meio Ambiente (MMA), e possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública (BRASIL, 2007c).

A gestão ambiental em instituições públicas vem sendo gradativamente incrementada à medida que seus gestores tomam conhecimento de sua importância e passam a adotar a inserção de critérios socioambientais, como os preconizados pela A3P. Geralmente, como revelou o referencial teórico deste estudo, tal inserção

¹⁴ Que de acordo com Jacimara Guerra, não é sigla, é uma logomarca, como foi registrado no 1º capítulo deste trabalho.

inicia-se pela gestão dos resíduos sólidos, principalmente com a implantação da coleta seletiva.

Desta forma, estando referendado em todas as instâncias superiores, resta o cumprimento das determinações do programa Coleta Seletiva Solidária por parte dos gestores das IFES, em particular, imbuídos dos princípios administrativos.

O desenvolvimento social e econômico de um país está diretamente ligado ao desempenho do Estado frente às inevitáveis transformações políticas que vêm ocorrendo no cenário mundial. Países como o Brasil vêm ganhando destaque, provavelmente em decorrência de um modelo de gestão mais autônomo, transparente e inovador que está sendo adotado.

2.2 A LÓGICA E A CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA PARA O ESTUDO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA UFPA

Os estudos organizacionais tiveram sua gênese a partir de análises variadas decorrentes das mudanças que vinham ocorrendo desde o surgimento do capitalismo industrial, depois da segunda metade do século XIX. Teóricos clássicos como Comte, Weber, Durkheim, dentre outros, buscavam explicações para mudanças organizacionais na sociedade daquela época quando o processo de industrialização era refletido no âmbito do trabalho, nas relações sociais, na economia e na política (FARIAS FILHO, 2003).

Tolbert e Zucker (1998), na abordagem funcionalista, definem organização como um sistema que se torna eficaz quando suas metas são atingidas de forma explícita por meio da tomada de decisão racional. Como esta pesquisa configura-se no entendimento de um processo que se encontra em fase de consolidação, julgou-se pertinente esse breve intróito.

Este estudo fundamenta-se nas bases teóricas do neoinstitucionalismo uma vez que surge para tentar explicar as relações sociais inerentes ao processo de implementação de políticas socioambientais. O neoinstitucional é o próprio institucionalismo tentando dar conta de novos desafios impostos pela interação entre sociedade e organizações.

Andrews (2005) reforça que as abordagens teóricas do neoinstitucionalismo têm influenciado as ciências políticas na atualidade, sobretudo nos estudos sobre políticas públicas. A linha teórica central dessa orientação é a de que as instituições afetam o comportamento de atores sociais.

Na obra que dá ênfase às explicações por mecanismos para os fenômenos sociais de difícil entendimento, Elster (1994) define instituição como um mecanismo de imposição de regras que governam o comportamento de grupos bem definidos de indivíduos – termo que ele usa também quando se refere aos tomadores de decisão, firmas ou governos – por meio de sanções externas e formais.

Segundo Hall e Taylor (2003), o neoinstitucionalismo surgiu no momento em que perspectivas comportamentais ou behavioristas, que foram importantes nos anos de 1960 e 1970, tornaram-se insuficientes para explicar certos acontecimentos mais recentes percebidos nas organizações. Em decorrência disso, variadas discussões resultaram em novos métodos e diferentes análises.

Assim como no estudo de Esteves (2009), foi utilizado aqui a terminologia Teoria Institucional¹⁵ uma vez que são complementares, sem contudo diminuir a importância dos desdobramentos teóricos do neoinstitucionalismo.

Hall e Taylor (2003) propuseram uma classificação baseada em três correntes de pensamento ou métodos de análise: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico. O presente estudo converge para a corrente da escolha racional, uma vez que procura dar soluções aos fenômenos institucionais pela via das instituições, valendo-se de mecanismos que exerçam controle sobre a atividade e obediência de seus agentes.

O institucionalismo da escolha racional surgiu por ocasião dos estudos de comportamento dos legisladores do Congresso dos Estados Unidos, nos anos de 1970. Ainda segundo as explicações dadas por Hall e Taylor (2003), para os teóricos da escolha racional, era intrigante a estabilidade nas decisões tomadas e passaram a formular proposições para estudar o que era pra eles, uma anomalia. Trata-se de um enfoque „calculador „ clássico, segundo os autores, para explicar a influência das instituições sobre a ação individual.

¹⁵ São estudos decorrentes de mudanças ideológicas e estruturais que vinham ocorrendo desde o surgimento do Capitalismo Industrial, o qual trouxe transformações sociais, políticas e econômicas. Tanto o institucionalismo quanto o neo-institucionalismo não admitem um modelo de organização baseado em concepções racionalistas.

Essa corrente teórica busca explicar, pela via da racionalidade. Utiliza como ponto central, o modelo do indivíduo que age pela maximização dos seus ganhos e satisfação dos seus interesses onde a participação, neste caso, passa a ser racional. Mancur Olson é um dos principais representantes dessa corrente.

Para contrapor as interpretações dominantes quanto ao comportamento coletivo na década iniciada em 1950, Olson (1999) formulou uma tese na qual explicava a disjunção entre a racionalidade individual e a coletiva. O seu argumento era de que, quando indivíduos de um grupo grande são racionais e que visam aos seus próprios interesses, dificilmente conseguem agir voluntariamente com o objetivo comum para soluções cooperativas.

O estudo da ação coletiva investiga, assim, fatores que motivam grupos de indivíduos a coordenarem suas atividades para a melhoria do bem estar coletivo.

Para Olson (1999), as explicações até então formuladas pela Escola de Chicago¹⁶ eram superficiais e insuficientes para explicar as motivações que levavam a ações coletivas. Ele não admitia que tais motivações fossem resultantes de percepções. Ao contrário, no seu entendimento as pessoas eram movidas pela racionalidade.

A discussão de valores socioambientais que tocam o objeto desta pesquisa e que estão sendo, de alguma forma, internalizados aos procedimentos administrativos na UFPA, interfere diretamente no modo de agir dos agentes institucionais, como foi mencionado anteriormente. A ação coletiva para a separação e posterior destinação dos materiais recicláveis às cooperativas de catadores e, induz a produção de um Bem Público – A Coleta Seletiva Solidária na UFPA e, como consequência desta ação em todos os órgãos públicos, em um nível macro, a ação coletiva no Brasil.

Assim, a ação coletiva assume uma maior complexidade quando ocorre no âmbito do Estado onde seus dirigentes e servidores deveriam estar imbuídos dos

¹⁶ Centro de produção intelectual nos Estados Unidos pioneiro nos estudos da teoria da ação coletiva, detendo essa prevalência por longo período (do final do século XIX até meados dos anos de 1960, no século XX). Segundo Gohn (2004 apud MELO JÚNIOR, 2007), os estudos não eram homogêneos nem lineares atuando em pelo menos cinco linhas de pesquisa com um núcleo aglutinador comum: teoria da ação social e coletiva e com relação a tentativa de compreensão dos comportamentos coletivos.

mesmo objetivo: o bem-estar da sociedade. Partindo-se deste raciocínio, percebe-se a constituição de várias ações coletivas que partem de interesses individuais.

Mas nem sempre os interesses dos indivíduos resultam em uma ação coletiva. Olson (1999) afirma que, a menos que o número de indivíduos num grupo seja muito pequeno, ou até mesmo que haja algum tipo de coerção ou algum incentivo espacial, isso poderá influenciar para que os indivíduos atuem coletivamente.

Nesta direção, Olson (1999) diz ser praticamente impossível alcançar soluções cooperativas, uma vez que cada indivíduo é racional e age priorizando seu próprio interesse ao invés de agir de acordo com o interesse coletivo.

Nesta clássica formulação de Olson (1999), as soluções cooperativas assumem a condição de bem público, em que os benefícios ocorrem automaticamente para todos os indivíduos indistintamente. O resultado para o grupo depende da ação de cada indivíduo.

Ao contrário dos bens privados, essa proposição diz que, no consumo do bem público puro existe a condição da não exclusividade e da não rivalidade, podendo dois consumidores, por exemplo, usufruírem ao mesmo tempo o mesmo bem sem custos adicionais desse bem ao outro consumidor. O resultado para o grupo depende da ação de cada indivíduo.

A condição de bem público puro pode ser compreendida quando se observa a questão da Coleta Seletiva Solidária, pois gera benefícios comuns na medida em que existem ganhos sociais, ambientais e institucionais. A não participação individual não acarretará na redução dos benefícios disponíveis para o coletivo.

Calderoni (2003b) reforça essa assertiva quando afirma que a reciclagem é um bem público “porque propicia a todos a oportunidade de viver em um ambiente mais saudável. Todos dela podem se beneficiar, inclusive aqueles que para ela não contribuíram [...]” (p. 56). Ele se refere na sua afirmativa às externalidades positivas que a separação dos resíduos produz e ao “carona”, comportamento que será explicado adiante.

O quadro proposto na Lógica da Ação Coletiva de Olson (1999) pode contribuir nas respostas às questões desta pesquisa. Olson (1999) afirma ser praticamente impossível ocorrer ação coletiva visto que o comportamento do ser humano é semelhante ao de um “carona” ou “free-rider”. Tal comportamento é o mais racional, do ponto de vista individual, já que na maior parte das ações coletivas

os atores são muitos e variados, de tal forma que a não-participação de um ator, isolado, não será percebida pelo conjunto.

Este comportamento se caracteriza no indivíduo que se beneficia do bem coletivo sem assumir os custos de contribuir para alcançá-lo, pois, na concepção de Olson (1999), todo indivíduo é racional e egoísta. Este indivíduo sempre maximizará seu lucro e minimizará seu custo.

No caso da implantação de políticas ambientais, em especial a que tenha como foco, por exemplo, a separação de resíduos antes de sua destinação final, a tendência, diria Olson (1999), é que cada indivíduo, acreditando que sua ação não será percebida pelos outros atores, não venha a colaborar, prejudicando assim o esforço coletivo de separação para destinação correta. Com a Coleta Seletiva Solidária, os materiais recicláveis separados têm como destino as cooperativas dos catadores que em seguida comercializam com as indústrias. Caso isso não venha a ocorrer, todo esse material irá compor as áreas naturais já degradadas nos centros urbanos, os chamados lixões.

A articulação para a ação coletiva, neste caso, tem um custo a fim de estimular a comunidade universitária a participar do esforço coletivo para dar um destino melhor aos resíduos produzidos por cada um dos atores, ou seja, a destinação para os catadores. A informação e divulgação geram custos, de acordo com Olson (1999), mas com estratégias que utilizem a tecnologia da informação eles ficam reduzidos. Segundo Nassar (2001), a coordenação para o planejamento das ações é uma consequência natural do processo.

Outro ponto considerado por Olson (1999) é o tamanho do grupo. Ao estudar grupos de vários tamanhos, observou que grupos pequenos apresentavam mais eficiência e viabilidade para a ação coletiva que os grupos grandes. Ele os denominou de grupos privilégios e é desses grupos que provém o bem coletivo.

Para ilustrar os grupos privilégios, Nassar (2001) cita o caso da criação de uma associação de moradores de um bairro residencial cujo objetivo é elevar a qualidade de vida em vários aspectos. A maioria adere mesmo sabendo dos custos altos e da possibilidade dos “caronas”. Após alguns meses, todos percebem as melhorias, e que estas superaram os custos adicionais, inclusive os “caronas”. Logo, quase todos eles também entram na associação.

Diz Olson (1999) que a maioria das ações praticadas por um grupo de indivíduos ou em nome dele se dá através de uma organização. Esta assertiva de

Olson é para lembrar que, como este estudo é sobre o que aconteceu em uma universidade, tem-se que ter em mente o seu propósito maior que é o do ensino, da pesquisa e da extensão. O enfrentamento de problemas como a gestão de resíduos sólidos já vem sendo incorporado neste tripé, mas talvez o que falte é a incorporação de uma estrutura dentro da organização que dê conta do planejamento das ações articuladas.

Mesmo que, nesta pesquisa, o interesse em jogo não seja o econômico – interesse que originou tal teoria – ele se aplica perfeitamente neste estudo, uma vez que contribui para a compreensão dos problemas que envolvem a gestão dos resíduos sólidos na UFPA.

É importante ter-se a noção, nesta discussão, de que Olson (1999), em sua teoria da Ação Coletiva, nega a visão amplamente difundida pelas ciências sociais de que grupos de indivíduos com interesses comuns possam promover tais interesses. Para ele, isso não acontece mesmo quando ocorrem situações em que há consenso dentro do grupo a respeito do bem comum que se deseja e das formas de obtenção deste. Para ele também, isso se deve a um comportamento característico do ser humano que se assemelha ao “carona” ou “free-rider”.

Mas, como será descrito adiante, outras correntes teóricas vêm demonstrando que existe a possibilidade de grupos com interesses comuns possam traçar estratégias para viabilizar tais ações, mesmo com a presença dos oportunistas.

A principal etapa da Coleta Seletiva Solidária, que trata da separação dos materiais recicláveis na fonte geradora, exemplifica bem a presença do “carona” ou “free rider” no processo de gestão dos resíduos sólidos. Ele é um elemento que compartilha dos bens coletivos promovidos pelo esforço de outras pessoas, sem colaborar com os resultados.

Segundo Olson (1999), do ponto de vista individual, tal comportamento é racional, uma vez que na maior parte das ações coletivas os atores são muitos e variados o que propicia a não-participação de uma pessoa, pois sua decisão não seria percebida pelo conjunto. Ele afirma que o comportamento racional é o de não participar dos esforços coletivos e de se beneficiar do esforço dos outros. Mas, quando esse comportamento é percebido pelos demais, todos os outros tendem a agir dessa forma. Essa é uma das fortes razões sustentadas pela sua teoria, para que a ação coletiva nunca seja colocada em prática.

Neste estudo em particular, a ação coletiva reside na separação dos materiais recicláveis dos outros resíduos pela comunidade universitária. Mas a tendência, segundo a teoria de Olson (1999), seria a de não colaboração, já que todos os envolvidos são racionais e que vão perceber a existência dos “caronas”.

Para solucionar tal dilema, a partir das ideias de Olson (1999), surgem então três possibilidades: **a regulação** para forçar que os envolvidos passem a se comportar de acordo com as determinações, normas ou regras, **os estímulos por meio de incentivos econômicos** e **a punição** para quem não cumprir a determinação de separar.

No entanto, todos esses mecanismos têm um custo muito elevado. Sendo assim, as pessoas não são punidas por continuarem destinando seus resíduos sem a separação, e nem tampouco recebem incentivos por separá-los. Para que esse círculo vicioso seja rompido, pois de qualquer forma é oneroso aos cofres públicos – uma vez que se continua pagando caro pela destinação tradicional dos resíduos sólidos na UFPA – seria necessária uma articulação interdisciplinar e, se possível – num futuro próximo – uma articulação transdisciplinar junto à comunidade universitária como a que sugere Pena-Vega¹⁷, em busca de outras formas de ação coletiva, contrariando assim os pressupostos de Olson (1999).

É o que diz Olson (1999) em sua Teoria da Ação Coletiva. Ele parte do pressuposto de que existe um **planejamento estratégico** para que o objetivo seja alcançado; que é elaborado a partir de um interesse que precede a interação entre os indivíduos para uma ação coletiva rumo a um bem comum, um bem coletivo. É o caso da Coleta Seletiva Solidária na UFPA neste contexto intraorganizacional, a partir das UA.

Mas, neste momento, para que as pessoas cooperem, seria necessário que a UFPA atuasse coercitivamente incentivando os envolvidos, utilizando as normas já disponíveis ou criando novos mecanismos para esse fim. É o Estado atuando e determinando que, se não houver cooperação, caberá em último caso a punição. Ao Estado também cabe a premiação no caso de cooperação.

¹⁷ Sociólogo chileno Alfredo Pena-Vega é uma das maiores autoridades mundiais nas temáticas que envolvem a reforma universitária e a interdisciplinaridade. Debate promovido pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFPA (PROPLAN), nos dias 9 e 10 de setembro de 2011. Intitulado “Universidade do futuro e interdisciplinaridade”, com a participação de Alfredo Pena-Vega.

Uma instituição como a UFPA poderá deixar todos em uma situação melhor resolvendo seu problema de ação coletiva. Essa situação diz respeito ao fato de pertencer a uma instituição a qual cumpre suas responsabilidades socioambientais. No entanto, para que seja superada a tendência do surgimento dos “caroneiros”, terá que lançar mão do seu poder de coerção. A UFPA poderá forçar aqueles que não querem cooperar a agirem cooperativamente com alguma forma de punição ou por meio de premiações. Este fato remete-se ao que já foi anteriormente afirmado: apenas os indivíduos podem agir e pretender.

Então, as pessoas movidas por uma motivação qualquer, agindo individualmente, partem para uma ação coletiva mediante a escolha dos meios ótimos de sua preferência. Elas então escolhem a melhor estratégia e planejam as ações para a promoção de um bem público, uma vez que os benefícios serão maiores que os custos.

Assevera Elster (1994), no entanto, que as instituições não “fazem” e não “pretendem” nada se os indivíduos não tiverem “vontade” ou “interesse”. A UFPA poderá induzir os seus servidores à adesão às instruções e normas legais já existentes para a separação do material destinado aos catadores ou de outras situações que envolvem os resíduos.

É o que diz Olson (1999) em sua Teoria da Ação Coletiva. Ele parte do pressuposto de que existe um **planejamento estratégico** para que o objetivo seja alcançado; que é elaborado a partir de um interesse que precede a interação entre os indivíduos para uma ação coletiva rumo a um bem comum, um bem coletivo. É o caso da Coleta Seletiva Solidária na UFPA neste contexto intraorganizacional, a partir das UA.

Elster (1994), analisando a ação coletiva, afirma que o melhor para todos do grupo seria que todos cooperassem. No entanto, remete-se ao Dilema dos Prisioneiros¹⁸ (OLSON, 1999) para destacar os inúmeros casos em que o

¹⁸ Trata-se de uma situação imaginária na qual dois cúmplices são mantidos incomunicáveis. É dito a um deles que se delatar o outro ganhará a liberdade, caso contrário, se mantiver silêncio e o outro confessar, será punido severamente. Se ambos mantivessem silêncio seriam punidos levemente, mas como estão impossibilitados de se comunicarem para combinar uma versão, cada um opta por delatar, independentemente da escolha do outro. O Dilema do Prisioneiro é uma metáfora, citada pelos especialistas em teoria dos jogos para exemplificar as dificuldades de obtenção de Bens Coletivos já que a estratégia principal é a da deserção e de escolha por uma solução não cooperativa.

predomínio da racionalidade individual, leva à deserção¹⁹, dificultando a participação na geração do Bem Coletivo.

Putnam (2000), ao discorrer sobre a ação coletiva na sua obra “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna” vai a uma das diversas circunstâncias evidenciadas na teoria dos jogos que remete às falhas e aos dilemas da ação coletiva e, também, se remete ao Dilema dos Prisioneiros, mostrando que a “incapacidade de cooperar para o mútuo proveito não significa necessariamente ignorância ou irracionalidade”, mas, a necessidade de um “compromisso mútuo confiável” (PUTNAM, 2000, p. 173).

Uma variedade de trabalhos vem mostrando que as explicações dadas por Olson (1999), no que se refere aos limites da ação coletiva, não dão conta de todas as possibilidades políticas embutidas no comportamento das pessoas. Ele parte de um único pressuposto de que o indivíduo é racional e maximizador dos seus ganhos. Entre os que têm posições contrárias, há os admitem outros comportamentos além do egoísmo racional.

Elster (1994), ao contrário das explicações estruturalistas de Olson, procura explicações para como pessoas e grupos fazem suas escolhas, tomam decisões ou definem suas prioridades. Ele vai além da teoria da escolha racional e afirma que nem sempre o melhor caminho é seguir nossos impulsos. Muitas vezes, afirma, é mais vantajoso, de acordo com os objetivos a serem atingidos, ter menos que mais.

Ostrom (1990) compartilha desse raciocínio. Numa leitura dos mecanismos que regulam o uso de recursos comuns em lagos, florestas, pastos e em recursos ambientais de difícil divisão (por razões técnicas, jurídicas, ecológicas e /ou econômicas), faz uma análise que vai além dos recursos naturais, conhecida como Análise Institucional e Desenvolvimento (AID). Esse é um dos quatro modelos de análise de políticas públicas que medem os impactos das regras institucionais nas tomadas de decisão.

Nesse estudo, está o direcionamento teórico em que se pode apoiar esta pesquisa em razão de sua concepção de uso comum e as decisões coletivas em busca de outras formas de ação coletiva.

¹⁹ Aqui “deserção” está no sentido de desistência de continuar jogando.

As pessoas são impulsionadas para a ação coletiva quando na interação social elas constroem valores morais baseados na reciprocidade, na verdade, e na confiança mútua, afirma a autora. Para isso, devem-se estabelecer regras para o uso do bem público para que não ocorra a esgotabilidade dos recursos. Tanto para Hardin (2002), como para Ostrom (1990) o Bem Público precisa de regras, pois ao ser consumido poderá esgotar-se.

Segundo Andrews (2005), Ostrom (1990) percebeu que existia uma correspondência da “Tragédia dos Comuns” de Garret Hardin e o “Dilema do Prisioneiro” (OLSON, 1999), pois ocorre a incerteza de cada jogador na obtenção da cooperação mútua. Nota também a convergência com o modelo da Lógica da Ação Coletiva de Olson (1999). Hardin (2002) diz que as pessoas são voltadas para os seus próprios interesses e que não existem regras do Estado para disciplinar a utilização do bem público, neste caso.

A discussão popularizada por Garret Hardin em torno dos recursos finitos, provocada pela superexploração dos recursos naturais, continua atual e se aplica a questões tais como a da qualidade de vida, do consumo excessivo da população e de suas externalidades, que correspondem à produção gigantesca de resíduos sólidos com as mais variadas características e ao esgotamento de áreas para a sua disposição final, dentre outras questões.

A explicação para o êxito ou não da produção da Coleta Seletiva Solidária na UFPA como um bem comum leva à percepção do “Dilema da Ação Coletiva” proposto por Olson (1999). Contudo, se para este, o consumo do bem público é indivisível e perene, para Ostrom (1990), a produção coletiva de um bem conduz ao esgotamento deste bem, como já foi mencionado.

Essa abordagem, segundo Ostrom (1990) procura explicar o comportamento individual e a ação coletiva na gestão de recursos de uso comum. Mostra que em diversos exemplos espalhados pelo mundo, que é possível articulação de ações que tem como pressuposto básico a coordenação das ações individuais em torno de objetivos comuns²⁰. Seus estudos demonstram que as pessoas conseguem resolver

²⁰ A solução para Elinor Ostrom (em vídeo no YouTube) está na cooperação recíproca, na confiança no outro e trabalho em conjunto para o bem comum. Os seus estudos demonstram que as pessoas conseguem resolver e muitas vezes, se saem melhor que os governos e o setor privado. Afirmam também que não há uma só maneira de se resolver estas questões. A teoria diz que nunca resolveriam.

um problema e que, em muitas vezes, se saem melhor que os governos e o setor privado. A teoria diz que nunca resolveriam.

Afirma que não há uma só maneira de se resolver uma questão e avança, na medida em que acrescenta novas concepções ao aporte teórico da ação coletiva. Aponta como solução a articulação de uma ação coletiva que deva estar embasada na cooperação recíproca, na confiança no outro e no trabalho em conjunto para o bem comum.

Essa concepção de coordenação para a ação coletiva aponta para os envolvidos que a adoção de estratégias individuais cooperativas é mais interessante do que os comportamentos competitivos e/ou desinteressados no bem comum. Assim, são criadas redes de solidariedade que, segundo Castells (1997), conseguem promover os bens comuns.

Ostrom (1990) afirma que bens comuns são bens que devem estar disponíveis para todos os indivíduos e que, uma vez produzidos devem beneficiar indistintamente mesmo aquele que não cooperou para a sua produção. Neste contexto, a plena institucionalização da Coleta Seletiva Solidária se transforma em uma ação pública e ao mesmo tempo em um bem público na medida em que contribui com a diminuição de resíduos e de todas as externalidades deles advindas e beneficiando os catadores de materiais recicláveis e, à medida que a UFPA cumpre o seu papel institucional quanto a sua responsabilidade como um grande gerador de resíduos.

Entre os autores que criticam tal posição, encontra-se Sen (2000). Ao abordar um cenário paradoxal, desvendado pela globalização, ele propõe outro tipo de desenvolvimento baseado na melhoria da condição de vida das pessoas. Com relação ao pensamento de Olson (1999), ele afirma ter o homem outras razões, além do seu próprio interesse, para o comportamento em coletividade. Sentimentos e valores como a ética que, segundo Sen (2000), teve sua origem ligada à economia, podem alavancar comportamentos em prol da coletividade.

Como ação pública, a Coleta Seletiva Solidária está imbuída de um caráter que simboliza a plena cidadania posta em ação pelos múltiplos vieses que ela proporciona. Como um bem público, a comunidade é indistintamente, beneficiada com a aquisição – forjada pela ação coletiva – de uma consciência social, ambiental, cidadã e solidária.

Está na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e na Constituição Federal de 1988, denominada de Constituição Cidadã – ousada em termos democráticos e humanitários – o pleno direito à solidariedade, de forma expressa no “Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: - construir uma sociedade livre, justa e solidária; [...]” (BRASIL, 1999a).

O objetivo a ser alcançado pelo programa é a institucionalização da Coleta Seletiva Solidária na UFPA. Criar uma coordenação, com estratégias individuais para uma ação coletiva em rede onde cada um dos servidores públicos federais tenha a oportunidade de participar desta forma inovadora na gestão de resíduos em todos os municípios brasileiros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa tem uma abordagem descritiva e qualitativa. De acordo com Vergara (2010a), é descritiva, pois busca mostrar a realidade com relação ao posicionamento atual da comunidade universitária com relação ao Programa Coleta Seletiva Solidária. É qualitativa, uma vez que procura levantar dados que evidenciem o interesse dos técnicos e gestores quanto ao objeto de estudo (GÜNTHER, 2006; FLICK, 2008; VERGARA, 2010a; 2010b). Neste último, há uma interação dinâmica entre o pesquisador e o objeto de estudo que, para Günther (2006), é o que o diferencia da pesquisa quantitativa.

Esta escolha justifica-se também por ser fundamental a compreensão das práticas e processos administrativos em que a comparação de atitudes, opiniões e explicações dadas pelas pessoas envolvidas ajudarão na compreensão do objeto de estudo.

Quanto à delimitação temporal a pesquisa foi realizada de 2006 a 2011. Este período situa-se entre 2001 e 2009 que corresponde a duas gestões, mais precisamente no início de uma gestão ao início de outra. Nesses oito anos, sob a primeira gestão, a universidade brasileira passou por mudanças como o incremento de investimentos na pesquisa e na pós-graduação, sobretudo com a adoção do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Na UFPA, os dados quantitativos mostram a ampliação da capacidade de absorção de estudantes, do número de bolsas na pós-graduação e expansão de sua infraestrutura com relevantes instalações.

Esta pesquisa desenvolveu-se na Cidade Universitária “Prof. José da Silveira Netto”. A coleta de dados teve seu início no mês de março de 2011. O universo limitou-se aos gestores e técnicos da PCU e das UA, além dos funcionários da empresa terceirizada, lotados nos respectivos setores.

Estes locais foram escolhidos em virtude da participação destas Unidades nas atividades educativas promovidas pela PCU no 1º semestre de 2009. Estas atividades basearam-se na realização de uma série de seminários intitulados de

“Bate-Papo Ambiental”, cujo foco principal era fazer um breve histórico da realidade dos catadores, a origem de sua organização e o fortalecimento do movimento até a assinatura do Decreto Lei nº 5.940 – 25 de outubro de 2006 que determina que todos os órgãos públicos federais destinem seus materiais recicláveis gerados no interior de cada prédio público às cooperativas e associações de catadores (BRASIL, 2006).

As atividades foram planejadas e executadas em conformidade com o referido documento e com as diretrizes contidas no guia para a Implantação da Coleta Seletiva Solidária, denominado de Passo a Passo. O objetivo foi sensibilizar, mobilizar e motivar a comunidade universitária à prática da separação de seus materiais recicláveis gerados durante as atividades acadêmicas e administrativas. Objetivou também informar sobre a importância da destinação desses materiais para as cooperativas de catadores.

Aceitaram participar destas atividades UA Instituto de Letras e Comunicação (ILC), Instituto de Ciências da Educação (ICED), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Instituto de Ciências da Saúde (ICS), Instituto de Tecnologia (ITEC), Instituto de Geociências (IG) e os núcleos Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência (NPADC), atual Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI) e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). As atividades no ICS, no IG e no NAEA não aconteceram por falta de quórum. Ela aconteceu nos meses de abril, maio e junho de 2009 e contou com a participação de 118 integrantes das comunidades da PCU, dos seis Institutos e de um Núcleo, conforme demonstrado no Quadro 02 abaixo.

Quadro 02 – Unidades e número total de participantes do Bate-Papo Ambiental que ocorreu nos meses de abril, maio e junho de 2009.

| Item | UNIDADES QUE PARTICIPARAM DA ATIVIDADE | Nº de participantes |
|-------|---|---------------------|
| 01 | Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) | 12 |
| 02 | Instituto de Letras e Comunicação (ILC) | 16 |
| 03 | Instituto de Ciências da Educação (ICED) | 16 |
| 04 | Instituto de Tecnologia (ITEC) | 14 |
| 05 | Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) | 11 |
| 06 | Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI) | 10 |
| 07 | Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) | 12 |
| 08 | Prefeitura | 31 |
| Total | | 118 |

Fonte: Dados da pesquisa.

3.2 PLANO AMOSTRAL

3.2.1 A população e o universo da pesquisa

A Administração Intermediária na UFPA conta com 82 Unidades Acadêmicas (UA) representadas pelos 12 Institutos, quatro Núcleos, uma Escola de Aplicação e nos dois Hospitais Universitários em Belém, nos 51 Polos e 12 Campi no Interior. A Prefeitura faz parte da Administração Superior da UFPA e é a unidade responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos na Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto. Por isso também é foco desta pesquisa.

Para fins desta pesquisa de campo, foi considerado o universo de gestores da Administração Intermediária da UFPA do Campus Belém, tendo como foco o corpo de técnicos e gestores da Prefeitura e das 16 Unidades Acadêmicas representadas pelos 12 Institutos e quatro Núcleos.

O critério de seleção dos participantes teve por base a amostragem não-probabilística intencional ou por julgamento. De acordo com Babbie (2005), esse tipo de seleção se baseia no próprio conhecimento da população, dos elementos e da natureza da pesquisa. Desta maneira, a escolha recaiu somente nas pessoas diretamente envolvidos com o objeto da pesquisa, atuando no planejamento e execução das ações, no caso dos atores da PCU, ou na participação do seminário intitulado “Bate-Papo Ambiental”, no caso dos dirigentes e coordenadores das UA, e envolvidos com a coleta dos materiais recicláveis, como é o caso dos funcionários dos Serviços Gerais.

As Unidades escolhidas participaram por adesão do seminário realizado na PCU e nas sete UA no 1º semestre de 2009, intitulado “Bate-Papo Ambiental”. O convite para tomar parte do seminário foi encaminhado pela Prefeitura por meio de memorando circular para as 17 Unidades. Destas, onze responderam aquiescendo à solicitação, sete não responderam e, dos dez que tinham concordado, três adiaram, restando sete unidades. Sendo assim, partiu-se destas sete UA mais a PCU perfazendo um total de oito unidades.

A partir do agendamento com os dirigentes dos Institutos, as atividades puderam ser desenvolvidas. Elas foram realizadas nos meses de abril, maio e junho de 2009.

Estas unidades possuem estruturas administrativas próprias, que vêm sendo modernizadas para adequar-se a nova realidade na Administração Pública. Como parte dessas inovações passou a integrar sua organização com a Coordenadoria de Planejamento Gestão e Avaliação (CPGA). Este setor é responsável pela infraestrutura e logística das unidades e foi criada com o objetivo de melhorar o funcionamento das atividades meio.

3.2.2 A amostra e os envolvidos na pesquisa

Para efeito desta pesquisa, os funcionários da empresa terceirizada, mesmo sendo prestadores de serviço, foram considerados como parte do contexto interno dos setores onde são lotados uma vez que fazem parte do seu cotidiano.

Para o trabalho de coleta de dados, foi escolhida a PCU e as sete UA onde os seminários de sensibilização foram efetivamente realizados, perfazendo um total de oito Unidades representantes. Tal escolha recaiu em 25 pessoas diretamente envolvidas com o objeto da pesquisa ou na participação do seminário, como já foi mencionado na página anterior. Sendo assim, foram selecionadas para serem os sujeitos da pesquisa, de acordo com os critérios de seleção apresentados no Quadro 03.

Das 25 pessoas, oito foram os gestores de sete UA e um da PCU, sete coordenadores de CPGA, sete funcionários de serviços gerais, um coordenador e dois técnicos da Prefeitura.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O trabalho de campo teve início no mês de abril e se estendeu até junho de 2011. Foi precedido do ofício nº 020 de 29 de março de 2011, da Coordenação do

Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGDSTU/NAEA) ao Prefeito da UFPA e aos sete diretores das UA (Anexo B), entregue na secretaria de todas as UA selecionadas.

Quadro 03 – Mostra as pessoas envolvidas na pesquisa de acordo com seus locais de lotação representados pelos Grupos A e B e as justificativas para os critérios de seleção adotados.

| GRUPOS | CRITÉRIO DE SELEÇÃO | PESSOAS ENVOLVIDAS | JUSTIFICATIVAS |
|-------------------------------------|--|---|---|
| GRUPO A Unidades Acadêmicas (UA) | Em um Universo de 82* UA que fazem parte da estrutura organizacional da UFPA (UFPA, 2011), foram escolhidos 06 Institutos e 01 Núcleo, totalizando 07 UA. Esse número é o total de Institutos que teve a resposta positiva de seus dirigentes ao memorando enviado pela Prefeitura para a realização do “Bate-Papo Ambiental”. *12 Institutos, 04 Núcleos, 01 Escola de Aplicação, 02 Hospitais, 52 Polos e 12 Campi no interior. | <u>7 Dirigentes das Unidades Acadêmicas</u> ICED ILC IFCH ICSA ITEC IENCI (não participou) NCADR | Gestor público da Administração Intermediária (AI), cujo papel é de um agente fomentador do fortalecimento das políticas públicas; um potencial motivador de seus subordinados. |
| | | <u>7 Coordenadores da CPGA das Unidades Acadêmicas:</u> ICED ILC IFCH ICSA ITEC IENCI NCADR | Sujeitos que fazem a ligação da Administração Superior com os Institutos a partir das necessidades advindas do novo modelo de administração gerencial e estratégica. Entre suas atribuições está a gerência dos funcionários da Empresa Terceirizada. |
| | | <u>7 Funcionários da Empresa Terceirizada das Unidades Acadêmicas</u> | Foi escolhido 1 no universo de 2 agentes que atuam na separação dos materiais recicláveis nos prédios, levando-os para os Locais de Entrega Voluntária (LEV). |
| GRUPO B Unidade da Adm. Superior | A Prefeitura escolhida para fazer parte da pesquisa por ser a unidade responsável pela execução e operacionalização da Coleta Seletiva Solidária da UFPA. | <u>1 Coordenador do DINFRA</u> Coordenador da Coordenação de Serviços Urbanos | Foram escolhidas 3 pessoas em um universo de 07 técnicos que trabalham diretamente no planejamento, operacionalização e fiscalização da Coleta Seletiva Solidária da UFPA.. |
| | | <u>2 Técnicos da DINFRA:</u> 01 da Fiscalização 01 da Educação Ambiental | |
| | | <u>1 Funcionário da Empresa Terceirizada:</u> Agente da Coleta Seletiva | Foi selecionado 1 funcionário que faz a coleta do material reciclável em grande quantidade mediante contato telefônico da comunidade universitária. |

Fonte: Dados da pesquisa

Tal documento solicitava autorização aos dirigentes das unidades para que a autora realizasse coleta de dados na PCU com um coordenador e dois técnicos, e nas UA e com os próprios diretores, com os coordenadores de CPGA e com os

funcionários dos Serviços Gerais. A coleta de dados consistiu em observação, pesquisa documental e na realização de entrevistas semiestruturadas. A seguir, são apresentados os fundamentos teóricos dos métodos e os motivos da utilização desses métodos.

3.3.1 A observação

O método da observação nesta pesquisa objetivou constatar a prática de procedimentos administrativos e a existência de aspectos que evidenciem a preocupação ambiental, principalmente no trato com os resíduos. De acordo com Günther (2006), este método mostra o realismo da situação estudada. Jacoud e Mayer (2008, p. 254) notam que, “de um modo geral, a observação dos fenômenos, qualquer que seja a sua natureza, constitui o núcleo de todo o procedimento científico”.

De acordo com Flick (2008), embora pareça de fácil execução, a observação na verdade não é tão simples. Ela, tanto quanto as outras técnicas de coleta de dados requerem cuidados no planejamento e na execução propriamente dita. Na interação com o objeto de observação, deve-se ter certo distanciamento para que não haja interferência nos resultados, ressalta o autor.

Neste trabalho, a observação foi utilizada para descrever atividades operacionais de logística específicas da Coleta Seletiva Solidária, bem como constatar e registrar a existência ou não de alguma infraestrutura dentro das Unidades Acadêmicas e Administrativas da Cidade Universitária que facilite e permita a separação e a coleta dos materiais recicláveis na fonte geradora.

As observações foram realizadas no período de abril a junho de 2011, nas sete Unidades Acadêmicas, por ocasião das entrevistas com os diretores, com os coordenadores de CPGA, ou com os funcionários dos serviços gerais. Como tal técnica poderia ser acompanhada de registro fotográfico, julgou-se necessário tomar o cuidado de incluir no documento emitido pela Coordenação do Curso de Mestrado do NAEA (Anexo B), o seguinte trecho: “tal coleta envolverá pesquisa documental e observações que poderão envolver registros fotográficos com aplicação de questionários e/ou realização de entrevistas com os servidores[...]”.

A cada visita nestas unidades, eram tomadas anotações referentes a todos os aspectos que denotassem interesse para com o descarte e destinação dos resíduos recicláveis por parte de seus integrantes, tanto da direção como de integrantes da comunidade.

Um coletor padronizado nas cores da Coleta Seletiva, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 275,²¹ de 25 de abril de 2001 ou como sugere Gonçalves (2010) uma caixa de papelão no corredor ou em uma sala, ou ainda medidas para reaproveitamento de papel eram indícios que mereciam ser registrados e também fotografados.

A técnica de observação foi utilizada nesta pesquisa para melhor descrever, explicar e compreender eventos e comportamentos relativos ao objeto da pesquisa. Objetivou, também, colher informações acerca da infraestrutura e da logística da Coleta Seletiva Solidária praticada na UFPA.

Foi observada também a existência ou não de algum tipo de estrutura de coleta de matérias recicláveis no interior das Unidades Acadêmicas estudadas tais como lixeiras específicas na entrada do prédio, nas salas, corredores, copa e/ou próximo aos bebedouros. A existência de recursos humanos indicados pela direção com atribuição de promover ações educativas também foi mais um item observado.

Os itens citados acima foram registrados em caderno de campo e denotam a preocupação ou não dos dirigentes ou dos integrantes na comunidade da Unidade Acadêmica com a questão dos resíduos sólidos em um contexto local.

3.3.2 A pesquisa documental

Para Cellard (2008), o documento se constitui frequentemente, como o único registro de atividades particulares ocorridas num passado recente. Ele elimina qualquer eventual influência que venha a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador.

²¹ Estabelece no seu Art. 1 o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Esta resolução está disponível no endereço eletrônico do Ministério do Meio Ambiente (MMA): <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res27501.html>

A pesquisa documental aqui se refere aos dados secundários e foi realizada mediante a leitura e interpretação de materiais que foram disponibilizados pela Prefeitura da UFPA. Neste trabalho, foi utilizada para coletar dados relevantes nas respostas às questões de pesquisa, com referência ao conhecimento das principais estratégias adotadas pelos técnicos e executores da Coleta Seletiva Solidária desde a formação da comissão passando pelo diagnóstico até a implantação.

Foi realizada por meio de investigação nos documentos internos da Coordenação de Meio Ambiente (CMA), da Coordenação de Serviços Urbanos (CSU) e do Setor de Fiscalização da Prefeitura. Dentre eles, o Decreto nº 5.940 – 25/10/2006 e os documentos que o acompanharam, os Relatórios de Atividades da Coordenação de Meio Ambiente referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009, Contrato com a Empresa de Limpeza e as Atas das Reuniões da Comissão da Coleta Seletiva Solidária.

Os Relatórios de Avaliação Semestrais, encaminhados ao Comitê Interministerial para Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, também serviram de fonte de dados. Estes relatórios revelam os encaminhamentos tomados para o planejamento das atividades.

No Relatório de Atividades de 2007, foram evidenciados os procedimentos dados ao Processo Nº 00306/2007 da Reitoria da UFPA. O referido documento, procedente do Ministério Social de Combate à Fome (MDS), encaminhava o Decreto 5.940 – 25/10/06 que deu entrada no protocolo da Prefeitura, no dia 23 de janeiro de 2007.

No dia 31, é realizada a “1ª Reunião de Planejamento para a criação da Comissão Coleta Seletiva Solidária da UFPA” com um Grupo de Trabalho para o planejamento da Coleta da Implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA. Acontece nos dias 22 e 28 de fevereiro, respectivamente, uma reunião com o Coordenador de Meio Ambiente e com o Prefeito para apresentar o planejamento de como será formada a Comissão Coleta Seletiva Solidária.

No dia 23 de março, aconteceu uma reunião preparatória para a formação da comissão. A reunião contou com a presença dos técnicos, diretores e do Prefeito, e de representantes da Faculdade de Geografia, da Secretaria de Saneamento (SESAN), representando a Prefeitura de Belém e da Incubadora de Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários, ligada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Nesta reunião, percebe-se a tentativa de

integração de setores da comunidade universitária e da Administração Pública Municipal visando ao fortalecimento da ação.

No dia 20 de abril aconteceu a reunião para a formação da comissão, como orienta o Art. 5º do referido documento o qual determina que “será constituída uma comissão para a Coleta Seletiva Solidária, no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública federal direta e indireta [...]” (BRASIL, 2006). No mesmo mês, aconteceu a 1ª reunião da comissão formada, cuja formalização ocorreu somente em 13 de novembro de 2007, com a emissão da Portaria Nº 3.411 (Anexo C), assinada pelo Reitor da época, Prof. Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello. Para este evento foi elaborado um plano de divulgação que será detalhado adiante.

Após a formação da comissão, aconteceram 23 reuniões ao longo do ano de 2007, destacando-se as com a Vice-Reitora da UFPA e com a Pró-Reitora de Extensão. Essas duas reuniões visaram à apresentação do Programa e ao pedido de apoio da administração superior.

Concluindo a análise, este relatório mostra o interesse dos agentes responsáveis pela elaboração das ações de implantação da Coleta Seletiva Solidária. Percebe-se a preocupação em envolver a comunidade universitária na responsabilidade para com a destinação do material reciclável para os catadores.

No Relatório de Atividades de 2008, destaca-se a participação da Comissão para a Implantação da Coleta Seletiva Solidária da UFPA na reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2008, promovida pela Secretaria de Governo do Estado do Pará para o lançamento do Decreto nº 801/2008 que institui a Coleta Seletiva Solidária no Estado do Pará.

Destaque neste documento é dado para a reunião de apresentação do Programa ao novo Prefeito da UFPA que havia assumido em outubro de 2007. Também é destaque a “Oficina de Avaliação e Planejamento da Coleta Seletiva Solidária” programada pela Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizada no dia 22 de abril de 2008 e apresentada às comissões dos órgãos públicos presentes. A importância de se ressaltar esses dois acontecimentos reside no fato de que foram repassadas as principais metas e diretrizes para quem estava na condição de decidir e para quem estava na condição de executar.

No Relatório de Atividades do 1º Semestre de 2009, encontram-se as principais realizações que foram elaboradas para a sensibilização da comunidade

universitária: reuniões, o “Bate-Papo Ambiental”, a Semana do Meio Ambiente, as divulgações através da Assessoria de Comunicação da UFPA etc.

Entre todas as realizações, o “Bate-Papo Ambiental” e a Oficina para a Formação de Multiplicadores foram os destaques. Nestas atividades, foram percorridos vários setores da cidade universitária e foi percebido o quanto a destinação dos resíduos por meio da Coleta Seletiva fazia parte dos anseios da comunidade universitária.

3.3.3 As entrevistas

O uso da entrevista é indicado quando a informação se tratar de fenômeno de difícil observação como se refere Manzini (2003). Neste caso – na análise do envolvimento dos gestores no processo após a implantação da Coleta Seletiva Solidária – quando as informações estão “dentro do indivíduo” (VERGARA, 2009).

A entrevista nesta pesquisa visa investigar e analisar as estratégias utilizadas pela Prefeitura na implantação da Coleta Seletiva Solidária e a existência de iniciativas de gestão ambiental na administração das Unidades Acadêmicas da UFPA, em especial no que se refere à gestão dos resíduos sólidos e a separação dos materiais recicláveis para as cooperativas de catadores. Assim como a observação, este método de coleta de dados também apresenta possibilidades e limites de pesquisa, conforme colocam Thompson (2002) e Flick (2008).

Antes de partir para do trabalho de campo, foram feitas as adequações ao roteiro de entrevistas sugeridas na etapa de qualificação, quanto ao direcionamento e ao número de questões. Também foram realizados pré-testes com quatro pessoas com objetivo de adequar, ajustar, dar clareza, eliminação das repetições e consistência na linguagem ao público envolvido (MANZINI, 2003; FARIAS FILHO, 2009; VERGARA, 2009).

As perguntas foram formuladas de maneira semiestruturada. Esse tipo de entrevista, segundo Manzini (2003), foca um determinado assunto no qual é elaborado um roteiro com perguntas que serão complementadas de acordo com o andamento da entrevista. Tal formato de entrevista, deixando “janelas abertas”, vem adequar-se aos objetivos deste estudo e ao seu referencial teórico, pois as

informações podem seguir de forma mais natural, tentando captar dados mais espontâneos.

As entrevistas foram conduzidas pela autora e realizadas individualmente durante os meses de abril, maio e junho de 2011. Foram precedidas de contatos telefônicos com cada participante para informar sobre o objetivo da pesquisa e solicitar agendamento. No caso dos diretores dos Núcleos e Institutos, os contatos e agendamentos se deram por meio das Secretarias Executivas.

Após isso, foi encaminhado um convite por meio do correio eletrônico pessoal ou dos institutos com um breve esclarecimento sobre o objetivo da entrevista (Apêndice A), permitindo ao participante refletir sobre a temática a ser abordada. No referido convite, continha também a solicitação para a divulgação das informações.

Foram elaborados sete tipos de roteiros a serem aplicados aos segmentos escolhidos para responderem às questões da pesquisa (Apêndice B). Estes segmentos foram enquadrados em dois Grupos e sete Subgrupos.

Para os diretores das Unidades Acadêmicas – gestor cujo papel é de um agente fomentador das políticas públicas – o roteiro ficou com um número de dez questões. Para os coordenadores de CPGA – gestores cuja atribuição, entre outras, é a gerência dos funcionários dos serviços gerais – o número de questões ficou em oito. Para a coordenadora de Serviços Urbanos, os técnicos da Educação Ambiental e da Fiscalização da Prefeitura – servidores que reúnem a visão de processo de gestão – o roteiro ficou também com oito questões.

Para os funcionários da Empresa Terceirizada que atuam nestas unidades, foram elaboradas sete questões com uma linguagem menos técnica. A entrevista com esse segmento teve como objetivo conhecer a rotina de trabalho no que concerne à coleta dos materiais recicláveis nas sete Unidades Acadêmicas – Núcleos e Institutos. Foi elaborado, também, um roteiro específico para o agente da Coleta Seletiva Solidária lotado na Prefeitura com cinco questões. Este número reduzido de questões foi proposital, pois na questão de número dois foi solicitado que descrevesse como é o seu dia a dia, o que poderia resultar em um volume maior de informações.

A análise escolhida foi a de conteúdo da categoria temática. Ela permite, de acordo com Bardin (1994), estudar as respostas conforme a afinidade de conteúdos que, no estudo em questão, são as dimensões sobre a Coleta Seletiva Solidária na UFPA. Nestes segmentos, as categorias abrangem três blocos temáticos orientados

pelos seguintes tópicos: 1) Conhecimento sobre o objeto de pesquisa, 2) Responsabilidade Socioambiental no exercício da função e, 3) Engajamento, Envolvimento e/ou Participação.

Antes da execução das entrevistas, foi construído um quadro de contatos com todas as pessoas a serem entrevistadas. Algumas informações sobre números de telefones e endereço eletrônico das pessoas envolvidas foram obtidas diretamente no site de cada unidade no Portal da UFPA. A partir daí, foram realizados contatos por telefone, e e-mail pessoal. Apesar dos compromissos inerentes à função, os dirigentes das UA demonstraram, de um modo geral, interesse em conceder as informações.

A execução de cada entrevista teve sua origem com o que Lakatos e Marconi (2002) designam de contato inicial. É um ponto importante da coleta de dados, pois se trata de um momento em que o entrevistado sente ou não confiança no entrevistador, resultando com isso na qualidade das informações. Todas as entrevistas foram feitas no interior da organização.

As entrevistas foram concedidas mediante autorização dos gestores da Prefeitura e dos Diretores das UA para que fossem realizadas as observações nos locais e a abordagem com os atores sociais. Foram selecionadas inicialmente 32 pessoas para representarem as unidades sendo, para isso, encaminhado convite contendo a apresentação da pesquisa seguida de solicitação de gravação e divulgação das informações concedidas. No entanto, esse número ficou reduzido em 25 com a eliminação de um funcionário dos serviços gerais de cada uma das sete Unidades Acadêmicas, e de um diretor.

No caso dos funcionários dos serviços gerais, o motivo da redução do número inicial deve-se ao fato de que, nas UA, o universo é de no máximo três serventes, de acordo com o Contrato com a Empresa Terceirizada, ficando assim, um funcionário por UA, número que satisfaz a amostra. Quanto ao diretor, foi alegada falta tempo dentro de sua agenda de compromissos.

As entrevistas se iniciaram após assinatura da autorização para utilização das informações concedidas e tiveram uma duração média de 20 minutos. Coletados os dados, procederam-se as transcrições de maneira integral do conteúdo gravado e, em seguida, a leitura do material selecionado. Após leitura, procedeu-se organização das falas e seleção das ideias relevantes que foram agrupadas por categoriais temáticas previamente definidas.

No Quadro 04, apresenta-se um resumo do percurso metodológico.

Quadro 04 – Resumo do percurso metodológico.

| Unidade de Análise | Universo | Envolvidos na Pesquisa | Sujeitos da Pesquisa (Entrevistados) | |
|---|---|---|--------------------------------------|--|
| A Coleta Seletiva Solidária na UFPA no contexto da gestão de resíduos sólidos | As Unidades Acadêmicas e a Prefeitura da UFPA | 25 pessoas escolhidas, segundo o critério de conveniência | Grupo A: Núcleos e Institutos | Subgrupo: 1-Dirigentes 2-Coordenadores de CPGA 3- Funcionários Serviços Gerais |
| | | | Grupo B: Prefeitura | Subgrupo: 1-Coordenador 2-Fiscalização 3-Educação Ambiental 4-Agente Ambiental |

Fonte: Dados da pesquisa

3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE, TRATAMENTOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As entrevistas foram as principais fontes de dados da pesquisa. Essa técnica demonstrou ser a mais adequada aos objetivos do estudo. Para a realização desta pesquisa optou-se pela análise de conteúdo que, segundo Bardin (1994), é um método que pode ser utilizado tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa. A análise de conteúdo foi utilizada nesta pesquisa para a compreensão da construção de significados que os atores sociais externalizaram nas entrevistas.

Definiu-se a grade aberta para análise dos dados que, de acordo com Vergara (2010b), trata-se da definição prévia das categorias. Para este estudo foram estabelecidas três categorias: conhecimento sobre o objeto de pesquisa; responsabilidade socioambiental no exercício da função e engajamento, envolvimento e/ou participação. Tais categorias foram confrontadas com os relatos transcritos das entrevistas por segmentos de sujeitos. Isto permitiu agrupar as frases em subcategorias, em que foi possível relacionar os conteúdos oferecidos pelos 25 participantes finais da pesquisa com o referencial teórico.

Na sua operacionalização, os dados coletados após a conclusão das entrevistas são considerados brutos. Eles foram preparados na forma literal transformando-se os objetos de análise do seu conteúdo e posterior interpretação, de onde foram retirados os resultados e as conclusões.

4 A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM CONTEXTO INTRAORGANIZACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA UFPA

Os resíduos sólidos fazem parte de um dos maiores problemas da atualidade em nível planetário, mas que aqui serão abordados como pano de fundo, em um nível que pode ser considerado como micro. Tal temática vem se constituindo em motivo de estudo em várias áreas do conhecimento e, na Administração Pública, constitui em mais um lugar nessa seara de possibilidades.

Ao ser inserido nesse campo, o presente estudo mostra a importância do Estado, aqui representado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), unindo-se à sociedade – representada pelos catadores – na solução de suas demandas, no entanto, em um contexto intraorganizacional.

Este capítulo encontra-se dividido em três partes. Inicialmente é apresentada uma contextualização sobre a gestão dos resíduos na UFPA, destacando o caminho percorrido pela Coleta Seletiva Solidária na organização. É importante lembrar que a contextualização dos resíduos sólidos foi abordada para dar subsídios de sustentação para a pesquisa sem, contudo, fazer um aprofundamento técnico.

Em seguida, a segunda parte refere-se às Unidades Acadêmicas nesse contexto, de acordo com os critérios estabelecidos na metodologia e as análises das temáticas que definem as categorias abordadas nos roteiros das entrevistas.

Na terceira parte, apresentam-se as discussões acerca das relações dos sujeitos com o objeto da pesquisa, tomaram-se as proposições de Olson (1990) e de Ostrom (1990), que se inserem no âmbito dos desafios que levam a uma Ação Coletiva em concepções que se opõem sobre o uso comum e as decisões coletivas.

Com base nos resultados obtidos, tornou-se possível desenvolver uma análise da interação dos envolvidos na gestão dos resíduos sólidos no contexto intraorganizacional na Universidade Federal do Pará (UFPA). Nesta análise, os princípios da nova Administração Pública e das Teorias Institucionais foram enfocados. No cenário da UFPA, foi priorizado o papel dos dirigentes das Unidades Acadêmicas, de seus integrantes e da Prefeitura no processo da implantação e na ampliação do programa Coleta Seletiva Solidária na UFPA.

Com esses resultados, procurou-se responder ao conjunto de questões propostas na metodologia que ensejou a pesquisa, ou seja, o processo de implantação da Coleta Seletiva na UFPA.

4.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO COM UM ENFOQUE NOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS

As Universidades são instituições representantes da administração pública indireta. A Universidade Federal do Pará (UFPA) faz parte da Administração Pública Brasileira ordenada pelo Poder Executivo Federal, ligada ao Ministério da Educação. É uma autarquia federal com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

Ela foi criada por decreto lei nº 3.191 no dia dois de julho de 1957, mas somente instalada 18 meses após sua criação, no dia 31 de janeiro de 1959. No entanto, o Decreto nº 42.427 em 12 de outubro de 1957 aprovava o primeiro Estatuto da Universidade que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro de 1957, já estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques, que ficou no cargo até dezembro de 1960 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008).

A delimitação temporal deste estudo situa-se na gestão do Prof. Alex Bolonha Fiúza de Mello que foi de julho de 2001 a junho de 2009. Atualmente o gestor responsável pela instituição é o Prof. Carlos Edilson Maneschky, cujo início de gestão se deu em julho de 2009.

Localizada no município de Belém²² no bairro do Guamá, um dos mais populosos da Região Metropolitana, a UFPA oferece, além de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma gama de outros serviços no atendimento à população. Além de sua sede, possui outros prédios distribuídos em outros pontos da cidade.

²² O município de Belém está localizado ao norte do Estado do Pará e pertence à Região Metropolitana de Belém (RMB), formada por outros quatro municípios: Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara. É composto de 1.393.399 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE para o ano de 2010 (RMB = 2.042.417).

A Administração Intermediária (AI) é o nível tático das organizações. É a responsável direta por garantir uma atuação de maneira integrada e forma orquestrada entre os níveis estratégicos e operacionais. O caráter interpessoal é a habilidade requerida para um gestor do nível tático. Por apresentar estas características, foi escolhido para efeito deste estudo focar este nível organizacional na UFPA uma vez que “os gestores táticos precisam compreender as necessidades, interesses e atitudes das pessoas, a fim de engajá-las para [...] o atendimento de objetivos comuns” (MOREIRA, 2011, p. 2).

A UFPA possui um quadro de gestores nos órgãos executivos de direção superior e na direção intermediária, distribuídos em Belém e em 11 municípios do Estado do Pará. Esses gestores atuam na Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias, Procuradoria, Secretaria Geral, Prefeitura, e como dirigentes das Unidades Acadêmicas (Institutos, Núcleos e Escolas), nas Unidades Administrativas e nos Campi do interior.

A organização da UFPA é composta de 12 Institutos e 11 Campi distribuídos nos seguintes municípios do Estado: Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Marabá, Soure e Tucuruí. Oferece atualmente 338 cursos de graduação e 39 programas de pós-graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008).

A UFPA atende a um fluxo diário de aproximadamente 52.419 pessoas somando capital e interior. Somente na capital apresenta um contingente de mais de 32 mil pessoas, apresentando a seguinte distribuição no Quadro 05 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008).

Quadro 05 – Contingente populacional da UFPA.

| CATEGORIAS | Nº |
|---|--------|
| Professores (efetivos do 3º grau, substitutos e visitantes) | 2.368 |
| Técnico-administrativos | 2.337 |
| Estudantes (Pós-graduação) | 6.861 |
| Estudantes (Graduação) na capital | 20.460 |
| TOTAL | 32.026 |

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2008).

Em toda a sua gama de atividades, funciona como um agente potencialmente poluidor, contribuindo de forma direta e indireta na degradação de áreas utilizadas para depósito de lixo. De acordo com dados da análise gravimétrica realizada por Yoshino et. al (2008), a produção diária de resíduos sólidos na UFPA atinge

3.846,15 kg/dia, dos quais 38,47% do total são de materiais passíveis de reaproveitamento e reciclagem, ou seja, papel (19,56%) e plástico (18,92%). O vidro aparece na categoria outros num total de 10,92%. Outro dado encontrado foi que o material orgânico representa mais da metade do total (50,60%).

De acordo com informações da CSU, estes dados serão atualizados após conclusão de pesquisa acadêmica em andamento. Este trabalho é conduzido pela atual Comissão da Coleta Seletiva Solidária da UFPA por meio de uma pesquisa do Curso de Mestrado Profissional do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e, desenvolvida pela coordenadora de Serviços Urbanos da Prefeitura, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Valdívnia da Costa Norat (ITEC), vice-coordenadora da referida comissão. Tem como objetivo, entre outros, atualizar os dados referentes ao último levantamento realizado em 2008 e subsidiar as atividades da comissão.

Entre os vários programas institucionais promovidos em várias áreas na UFPA, a Coleta Seletiva Solidária vem somar esforços para contribuir na redução da desigualdade social no Estado. O programa reveste-se, assim, de um caráter social, ambiental e econômico, pois, ao beneficiar os catadores de materiais recicláveis, contribui para o desenvolvimento da região e para alavancar os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1.1 O processo de implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA

Antes de adentrar o processo de implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária na UFPA, faz-se necessário tecer breve comentário sobre a Prefeitura nesse processo.

A Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) é a unidade responsável pela parte operacional e educativa do Programa Coleta Seletiva Solidária na UFPA. A PCU juntamente com o Instituto de Ciências da Educação, sob a coordenação da Comissão para a Implantação da Coleta Seletiva, planejaram e executaram as atividades que deram o suporte à implantação e realização do referido programa. Nele, a infraestrutura e a logística foram planejadas para promover e incentivar a separação dos materiais recicláveis tornando possível a destinação aos catadores. A

escolha e distribuição dos coletores, a escolha da logomarca e dos outros instrumentos da campanha publicitária também foram executados pela PCU.

No contexto desta pesquisa sobre a gestão dos resíduos, o desempenho da PCU também foi motivo de análise, uma vez que, para que uma determinada política seja implementada, deve-se ter em mente que a infraestrutura acompanhe a dinâmica administrativa, como adverte.

O novo processo de gerenciamento com destinação adequada dos resíduos da UFPA foi iniciado ainda em 2003 pela PCU, a qual solicitou inicialmente a colaboração do Laboratório de Engenharia Sanitária e Ambiental do Instituto de Tecnologia (ITEC), portanto, antes mesmo do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006.

No entanto, sabe-se da existência de iniciativas isoladas e esparsas sobre a destinação adequada de resíduos na UFPA. Iniciativas, como a separação de papel, começaram a surgir entre as décadas de 1980 e 1990, anunciando assim ações informais para a Coleta Seletiva com destinação do material coletado para fins filantrópicos e campanhas beneficentes.

Em 2004, foi dado início a um plano de trabalho para o novo setor da Prefeitura, o qual se encontrava em fase de estruturação, e uma das preocupações principais era a correta destinação dos resíduos, de acordo com a legislação vigente.

Em agosto de 2006, foi realizada a primeira reunião para dar um direcionamento de forma mais sistemática à questão. Foi dado início assim à implantação informal da Coleta Seletiva na UFPA com um levantamento qualitativo e quantitativo por meio de coleta e pesagem do papel e papelão. Nesse trabalho, os catadores informais da UFPA²³ seriam inseridos a partir de atividades acadêmicas a ser desenvolvidas pelo ICESA, como já foi mencionado, o que não chegou a se concretizar.

Em 25 de outubro de 2006, o Decreto nº 5.940 foi assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi encaminhado para todos os órgãos públicos federais do país, por meio do Ofício-Circular Interministerial nº 02/GAB/MDS/MCIDADES, de 29/12/2006, sendo assinado pelos ministros Patrus

²³ Na verdade, eram catadores informais que utilizavam as dependências do ainda “Campus da UFPA”, hoje Cidade Universitária, para a coleta de materiais recicláveis.

Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Marcio Fortes, do Ministério das Cidades (MC). Nesse Ofício-Circular constam as orientações e diretrizes para implantação do projeto nos órgãos públicos federais (Anexo D).

Na UFPA, o referido ofício deu entrada no Protocolo da Reitoria em 04 de janeiro de 2007, dando início ao Processo nº 000306/2007.11. Encaminhado para a Prefeitura, setor responsável pela execução das diretrizes desta natureza, foi protocolado no dia 23 de janeiro de 2007, como foi mencionado anteriormente.

O primeiro passo dado pelo setor, seguindo as orientações procedimentais, foi o preenchimento do formulário de cadastramento da UFPA perante o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC). Outro passo foi a formação da Comissão da Coleta Seletiva Solidária da UFPA que, segundo o §1º do Artigo 5º, “será composta por, no mínimo, três servidores designados pelos respectivos titulares de órgãos e entidades públicas” (BRASIL, 2006). Para tanto, foi programada a realização de uma palestra denominada Reunião Ampliada, que aconteceu no dia 24 de abril de 2007, para a sensibilização da comunidade universitária.

Ao final da atividade, foi listada uma pré-comissão de interessados, cujos nomes foram encaminhados para apreciação e aprovação do Prefeito, que em seguida encaminhou para o Reitor. Ao final desse processo, foram, enfim, determinados os nomes que compuseram a Comissão da Coleta Seletiva da UFPA através da Portaria nº 3.144 de 13/011/2007. A Comissão foi composta por cinco docentes e quatro técnicos (Anexo C).

Após a conclusão dos estudos para a implantação da Coleta Seletiva Solidária que constou da atualização de um diagnóstico anterior por meio de um Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental e da elaboração de um Plano para Implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA, a comissão entendeu que suas atividades estavam limitadas à implantação, dando por concluídas suas atividades, reunindo-se até o final do primeiro semestre de 2008. No entanto, suas atividades foram encerradas antes mesmo que tal implantação viesse a se concretizar.

Esta atitude por parte da comissão trouxe dificuldades para as tomadas de decisão, uma vez que deixava de atuar com o objetivo para o qual foi criada. Sendo assim, as decisões tomadas não puderam ter solução de continuidade já que a

equipe que vinha acompanhando o processo – Prefeito e Assessores – foi substituída por outra. Esta nova equipe não levou em conta algumas recomendações técnicas relevantes, sugeridas pela comissão, quanto ao tipo de seleção dos resíduos para a Coleta Seletiva Solidária, quanto à construção de um galpão de triagem dos materiais recicláveis e quanto ao modelo de coletores.

Os 29 Locais de Entrega Voluntária (LEV) na Cidade Universitária ficaram distribuídos como mostra o Quadro 06 e os Mapas 1, 2, 3, e 4 no Anexo E.

Quadro 06 – Distribuição dos 29 Locais de Entrega Voluntária (LEVs) na Cidade Universitária.

| Ponto | Localização | Ponto | Localização |
|-------|--|-------|--|
| 1 | Prefeitura da UFPA | 16 | Hospital Universitário Bettina Ferro e Souza |
| 2 | Bloco “G” (Setor Básico) | 17 | Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) |
| 3 | Restaurante Universitário (Setor Básico) | 18 | Instituto de Tecnologia (ITEC) |
| 4 | Bloco “A” (Setor Básico) | 19 | Restaurante Universitário (Setor Profissional) |
| 5 | Bloco “D” (Setor Básico) | 20 | Tribunal do Júri |
| 6 | Biblioteca Central | 21 | Laboratório de Engenharia Mecânica |
| 7 | Reitoria | 22 | Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN) |
| 8 | CEPS | 23 | Ginásio de Esportes |
| 9 | Reitoria | 24 | Campus III |
| 10 | Vadião | 25 | Centro de Capacitação (CAPACIT) |
| 11 | Faculdade de Arquitetura | 26 | Marcenaria |
| 12 | Bloco “H” (Setor Profissional) | 27 | Fundação Desenv. da Pesquisa (FADESP) |
| 13 | Bloco “L” (Setor Profissional) | 28 | Instituto de Geociência (IG) |
| 14 | Faculdade de Farmácia | 29 | Laboratório de Química |
| 15 | Faculdade de Odontologia | | |

Fonte: Yoshino et. al (2008).

Quanto ao tipo de seleção, as recomendações da comissão apontavam para um modelo mais simples de separação do lixo seco (papel, plástico, metais e vidros) e do lixo úmido (resíduos orgânicos: restos de alimentos, de frutas e legumes, etc.) (VILHENA, 1999). Este modelo de separação, que envolve apenas dois coletores, é mais simples, menos oneroso e mais eficiente já que só existem duas alternativas de separação. É também o modelo recomendado pelas cooperativas e pelo CIISC.

No entendimento da nova equipe da alta direção da Prefeitura – período de outubro de 2007 a julho de 2009 – o modelo adotado para a Coleta Seletiva Solidária na UFPA deveria ser semelhante ao que foi adotada pela Prefeitura de Belém, composta por quatro coletores nas cores sugeridas pela Resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril 2001. Este é um modelo adotado para Coleta

Multisseletiva, ou seja, quando há uma coleta para cada tipo de material como acontece na Europa, onde o sistema de quatro cores surgiu.

Sobre esta temática, Gonçalves (2010) enfatiza que deve existir o bom senso na escolha do tipo de Coleta Seletiva a ser implantada, que deve ser coerente com a geração, com a logística e com a cultura local. Coloca ainda que a principal preocupação de quem está no papel de gestor é implantar a coleta com a distribuição dos quatro coletores coloridos, do tipo Multisseriada que obedece à Resolução CONAMA nº 275 – 25/04/2001 e que segue os padrões europeus, como já foi mencionado.

Gonçalves (2010) continua, sugerindo que, se a opção for pela utilização dos coletores nas quatro cores, o transporte dos resíduos também deverá ser diferenciado, o que é muitas vezes inviável pelo alto custo operacional. No caso da Separação Simplificada, que segue o modelo dos Estados Unidos e Canadá e onde a escolha é por apenas dois coletores, a adesão da comunidade costuma ser maior, uma vez que só existem duas opções de coletor. Outro ponto positivo do modelo de dois coletores é o seu baixo custo. Mesmo neste caso, o material reciclável passará por uma nova triagem, uma vez que existem diferentes categorias de papel e vários tipos de plásticos.

Estes são apenas alguns motivos para a adoção do modelo sugerido anteriormente, ou seja, a do sistema canadense muito utilizado nos Estados Unidos e recomendado pelas cooperativas brasileiras e, mais recentemente, pelo Comitê Interministerial. Com um coletor para todos os recicláveis e um para os materiais não recicláveis, pode-se utilizar o sistema de dois coletores aumentando, assim, a responsabilidade individual no momento da separação. Diferentemente do Sistema Multisseriado, no Sistema Simplificado não existe a obrigatoriedade pelo uso das cores.

Entre as falhas observadas na implantação na UFPA, destaca-se a ausência de uma consulta prévia às cooperativas de qual o melhor modelo de separação dos materiais recicláveis a serem coletados por elas. Ou seja, elas não foram ouvidas sobre a escolha adequada do tipo e quantidade de coletores. Os recursos financeiros que foram aplicados poderiam ter sido mais bem utilizados.

A Coleta Seletiva Solidária na UFPA passou a fazer parte do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos da instituição a partir de sua inauguração oficial, no dia 3 de junho de 2009, em comemoração à Semana Mundial do Meio Ambiente.

É um instrumento de gestão de resíduos com uma forte vertente socioambiental, econômica e cidadã que, como já foi enfatizado, vem sendo planejado pela PCU desde 2004.

Todo o material, antes mesmo da inauguração, já vinha sendo transferido para a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES)²⁴, em decorrência de um sorteio realizado pela Prefeitura, conforme recomenda o § 1º do Artigo 4º do Decreto 5.940 26/10/2006. A partir da inauguração, a referida cooperativa continuou sendo beneficiada, uma vez que se recusou a assinar o Termo de Compromisso com a UFPA (Anexo F). Sobre esta questão, a Prefeitura consultou a Procuradoria Geral da UFPA e foi orientada a realizar a publicação de um edital, a partir da constituição de uma nova comissão, o que já foi devidamente instituída pelo atual Reitor, por meio da Portaria n. 3.925/2010 (Anexo G).

Vale lembrar que, antes da parceria com a UFPA, os catadores recolhiam o material reciclável de maneira informal, trazendo sérios riscos de acidentes, de saúde pública e inúmeros problemas com o setor de segurança. Hoje eles participam do sistema integrado de gestão de resíduos, recolhendo o material diretamente dos Locais de Entrega Voluntária (LEV). Esta foi uma das falhas encontradas nesta pesquisa no sistema de entrega aos catadores, uma vez que não existe um local para triagem desse material.

Na UFPA, o planejamento do sistema foi baseado em um dos princípios básicos da Educação Ambiental sobre resíduos – o conceito dos 3R – a REDUÇÃO do volume dos resíduos gerados na fonte, a REUTILIZAÇÃO dos materiais estendendo a sua vida útil e, por último, encaminhar para a RECICLAGEM por meio da Coleta Seletiva. De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), além de promover a minimização de resíduos que seriam descartados no solo a reciclagem leva à redução do consumo de energia, de matéria-prima, de recursos hídricos e de economia com controle ambiental.

Esta forma de gestão de resíduos vem sendo utilizada em vários países e no Brasil foi difundida durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou ECO-92 como é mais conhecida.

²⁴ A CONCAVES integra a cadeia produtiva de materiais recicláveis da Região Metropolitana de Belém e é a primeira cooperativa beneficiada pela UFPA no Programa Coleta Seletiva Solidária.

No entanto, a realidade mostra ainda um consumo exacerbado, principalmente do papel. Na UFPA, essa realidade foi confirmada em muitos depoimentos, como estão destacados adiante, na segunda parte deste capítulo.

4.1.2 As atividades educativas de suporte a sensibilização para a implantação da Coleta Seletiva Solidária da UFPA

a) Atividades para a formação da Comissão

As atividades educativas de sensibilização foram uns dos passos mais importantes para a implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA. A primeira delas denominada de Reunião Ampliada teve a finalidade de formar a Comissão da Coleta Seletiva Solidária, o que aconteceu no dia 24 de abril de 2007, em atendimento ao Decreto 5.940 – 25/10/2006, no seu Artigo 5º, no qual determina que, “será constituída uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública federal direta e indireta, no prazo de noventa dias, a contar da publicação deste Decreto” (BRASIL, 2006).

Continuando, o § 1º do Artigo 5º recomenda que “a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária será composta por, no mínimo, três servidores designados pelos respectivos titulares de órgãos e entidades públicas” (BRASIL, 2006). Este trecho indica que a participação fica restrita ao quadro de servidores públicos, que na UFPA refere-se aos docentes e técnico-administrativos. Essa comissão contou com a participação de cinco docentes e quatro técnico-administrativos cuja tarefa inicial foi a de elaborar um planejamento para a implantação. Este trabalho de pesquisa se limitará aos trabalhos desta primeira comissão.

b) Atividades da Comissão para a Implantação da Coleta Seletiva Solidária da UFPA

A comissão formada (Anexo C) foi instituída pela Portaria Nº 3144/07, no dia 07 de novembro de 2007, pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello. Ficou estabelecido, na primeira reunião da comissão, que fossem realizados primeiramente os estudos para atualizar a caracterização dos resíduos sólidos da Cidade Universitária, necessários para que o decreto fosse atendido. Com a

conclusão desses estudos, a comissão passou a trabalhar no processo educativo para a implantação do programa ou da Educação Ambiental.

O planejamento incluiu, além do diagnóstico dos resíduos gerados na Cidade Universitária, a elaboração e confecção de materiais informativos de comunicação visual e da realização de atividades para a comunidade universitária tais como um ciclo de palestras sobre o tema, iniciado nas Unidades Acadêmicas. Este ciclo de palestras foi denominado de Bate-Papo Ambiental e teve como objetivo mostrar a realidade dos catadores no Brasil, e dar conhecimento à comunidade universitária do referido Programa.

Esse processo visou sensibilizar os integrantes da comunidade universitária sobre seu papel como gerador de resíduos dentro da instituição. Seu objetivo foi de esclarecer que, separando os materiais recicláveis dos outros resíduos, haverá um melhor aproveitamento, evitando assim que esses materiais sejam jogados no lixo comum, gerando, assim, uma economia de recursos para a instituição e, mais que isso, passando a contribuir diretamente na inclusão social dos catadores de materiais recicláveis da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Paralelos ao planejamento para a implantação ocorreram três Cursos de Capacitação para os funcionários dos serviços gerais da Empresa Terceirizada de Limpeza, elaborados pela Prefeitura. Os cursos foram realizados em 2006, 2007 e 2008 e tiveram como objetivo orientar quanto à coleta dos materiais recicláveis disponibilizados, principalmente, pelos servidores públicos da UFPA em suas salas.

Outras atividades elaboradas pela comissão foram as participações na Semana do Calouro de 2009 e a do Curso para Formação de Agentes Multiplicadores, este em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e com o Instituto de Ciências da Educação por meio Grupo de Educação Ambiental (GEAAM).

c) As técnicas de divulgação utilizadas

A divulgação é uma etapa essencial para os programas de Educação Ambiental. Para esse fim, a Prefeitura contou com o apoio da Assessoria de Comunicação Institucional na veiculação de informes no Portal da UFPA, com matérias no Jornal Beira do Rio e na Rádio Web. O Instituto de Letras e Comunicação (ILC) participou com a elaboração da arte visual dos folders, cartazes e das placas educativas por meio da Oficina de Criação (Figura 01).

Figura 01 – Cartazes da Coleta Seletiva Solidária da UFPA elaborados pela Oficina de Criação da Faculdade de Comunicação (ICL).



Fonte: Dados da pesquisa

Paralelo à divulgação na mídia eletrônica institucional e às peças publicitárias ocorreu o Bate-Papo Ambiental, que também pode ser considerado como um meio de divulgação. Ele aconteceu nos meses de maio e junho de 2008 e contou com a participação das comunidades da Prefeitura e das Unidades Acadêmicas selecionadas para iniciar a primeira etapa do programa.

4.1.3 Os principais resultados alcançados

Com sua inauguração oficial, no dia 3 de junho de 2009, em comemoração a Semana Mundial do Meio Ambiente (Fotografia 01), a Coleta Seletiva Solidária passou a integrar o Sistema de Gestão de Resíduos da UFPA. É um instrumento com uma forte vertente socioambiental, econômica e de cidadania.

Fotografia 01 – Prefeito da Cidade Universitária e representante da cooperativa CONCAVES na inauguração da Coleta Seletiva Solidária da UFPA – Semana do Meio Ambiente de 2009.



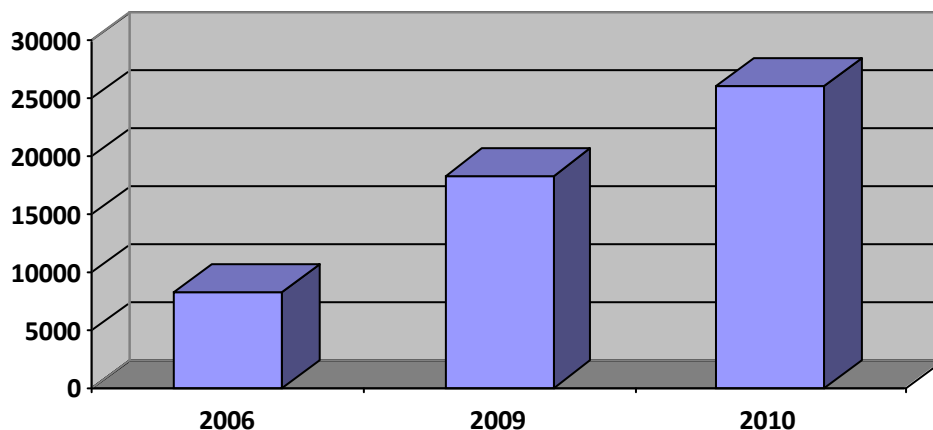
Fonte: Assessoria de Comunicação Institucional da UFPA (2009).

A intenção desta imagem foi mostrar que nessa data a Coleta Seletiva Solidária na UFPA foi oficialmente implantada. Foi uma forma simbólica de marcar este feito na UFPA com a instalação dos 29 Locais de Entrega Voluntária (LEV) na Cidade Universitária. Mostra também que estes equipamentos foram importantes no início desse processo, pelo impacto visual que causou. Este é o LEV de nº 05, em frente ao Pavilhão G, localizado no Campus Básico, como mostra o Quadro 06.

De acordo com os dados fornecidos pela primeira cooperativa sorteada – a CONCAVES – no ano de 2006, o total de material arrecadado foi de 8.290 kg, em 2009, foi de 18.306 e em 2010, de 25.980, perfazendo um total em três anos de 52.566 kg de papel e papelão, plástico e metal. Esses dados foram repassados para a Prefeitura a cada retirada realizada pelas cooperativas (Gráfico 01).

Estes números demonstram que, apesar dos muitos atropelos mencionados nos depoimentos do gestor, dos técnicos, do agente da coleta seletiva da Prefeitura e dos funcionários dos serviços gerais lotados nas UA, da aparente incipiência do programa, citada por alguns dos entrevistados, os resultados parecem se configurarem em uma tendência que pode ser considerada como promissora em termos de implantação.

Gráfico 01 – Total de dados fornecidos pela primeira cooperativa sorteada (CONCAVES) mostrando o total de material arrecadado nos anos de 2006, 2009 e 2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo depoimento da responsável pela Coordenação de Serviços Urbanos (CSU), com estes resultados, a Prefeitura pretende ampliar o programa para os outros campi da Universidade. Mas, para que isso ocorra, será necessário que cada campus realize uma análise da situação e elabore um projeto conforme a sua realidade.

Outro dado fornecido pela Prefeitura refere-se ao alcance do programa que, conforme o responsável pela fiscalização da Empresa Terceirizada de Limpeza, extrapolou os limites da Cidade Universitária onde a população do entorno vê, na estrutura dos Locais de Entrega Voluntária (LEV), uma forma de integração com a UFPA ou trazendo seus materiais recicláveis ou na solicitação de informações sobre os contatos com as cooperativas, por exemplo.

Tal alcance pode ser resultado do trabalho de divulgação da Prefeitura em parceria com a Assessoria de Comunicação da UFPA (ASCOM), além da divulgação na imprensa local. Assim, campanhas educativas que mostram às pessoas a importância da Coleta Seletiva Solidária foram quase sempre os meios utilizados pelo programa e que repercutem, de certa forma, dentro e fora da Universidade.

4.2 INDIVÍDUOS, ATORES E AGENTES ENVOLVIDOS NA PROMOÇÃO DE UM BEM COLETIVO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE SUAS PERSPECTIVAS E EXPECTATIVAS

Na UFPA, a Administração Intermediária (AI) da UFPA conta com 83 Unidades Acadêmicas (UA) representadas pelos 12 Institutos, quatro Núcleos, uma Escola de Aplicação, pelos dois Hospitais Universitários em Belém, nos 51 Polos e 12 Campi no Interior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2008). A Prefeitura da Cidade Universitária (PCU) faz parte da administração superior da UFPA e é a Unidade responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos na instituição. Por isso, também fez parte desta pesquisa.

Este estudo centrou-se em sete das 17 UA escolhidas pela PCU para dar início à primeira etapa da sensibilização para a implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA²⁵, com uma série de seminários intitulados “Bate-Papo Ambiental”. O convite para tomar parte da atividade foi encaminhado pelo Prefeito da época, por meio de memorando circular para as 17 unidades escolhidas, ou seja, os 12 Institutos, os quatro Núcleos, e a Escola de Aplicação.

No entanto, destas 17, 10 responderam aquiescendo à solicitação, sete não responderam e, das 10 que haviam concordado, três adiaram, restando sete UA. Sendo assim, partiu-se destas sete UA para a realização efetiva deste trabalho de coleta de dados. É importante enfatizar que os sujeitos desta pesquisa foram selecionados por pertencerem aos locais onde estes eventos foram realizados.

O Quadro 07 abaixo mostra as sete Unidades Acadêmicas escolhidas para a realização deste trabalho de coleta de dados.

²⁵ Quando aparecer no texto deste trabalho a denominação “Coleta Seletiva Solidária” estará se referindo ao programa. Quando aparecer “coleta seletiva”, estará se referindo ao tipo de coleta de dentro do sistema de gestão de resíduos sólidos.

Quadro 07 – As Unidades Acadêmicas escolhidas para a coleta de dados. Destas, apenas o IEMCI não participou da pesquisa.

| Unidades Acadêmicas (UA) |
|---|
| Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) |
| Instituto de Letras e Comunicação (ILC) |
| Instituto de Ciências da Educação (ICED) |
| Instituto de Tecnologia (ITEC) |
| Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) |
| Instituto de Educação matemática e Científica (IEMCI) |
| Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) |

Fonte: Dados da pesquisa

4.2.1 Conhecimento sobre o objeto de pesquisa

Foram três as categorias previamente estabelecidas na metodologia: Conhecimento sobre o objeto de pesquisa; Responsabilidade socioambiental no exercício da função e Engajamento, envolvimento e/ou participação. Tais categorias foram escolhidas por representarem um elo, um encadeamento no processo de implantação. Elas foram confrontadas com os relatos transcritos das entrevistas, por segmentos dos sujeitos. Isto permitiu agrupar as frases em subcategorias, e foi possível relacionar os conteúdos oferecidos pelos 24 participantes finais da pesquisa com o referencial teórico.

Para iniciar os comentários sobre as categorias presentes nas entrevistas, toma-se o conhecimento sobre o objeto de pesquisa como ponto de partida.

Conhecer sobre determinados assuntos reflete em uma possível mudança de comportamento referente a um determinado contexto. Mas não basta apenas conhecer sobre determinado assunto. É necessário ser, de alguma forma, “tocado” ou usando o termo que se tornou consagrado, é necessário estar sensibilizado. É preciso internalizar esse conhecimento a ponto de externalizar uma ação. Este é o ponto chave para a implantação da Coleta Seletiva Solidária, identificá-lo nesta pesquisa representa um indício da existência de iniciativas de uma mudança de comportamento e este de uma ação efetiva.

Como se sabe, a externalização de uma mudança de comportamento se dá em diversos níveis e, nesta pesquisa, ela foi analisada por meio do conteúdo das respostas concedidas nas entrevistas. As respostas foram organizadas

hierarquicamente dentro das categorias estabelecidas para alcançar os objetivos da pesquisa.

Para a implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA, organizou-se uma série de atividades já mencionadas no capítulo anterior. Tais atividades visaram ampliar os conhecimentos dos integrantes nos diversos institutos no que diz respeito ao programa, dentre eles, o conhecimento sobre os catadores, alvo central do Programa Coleta Seletiva Solidária. Outros conteúdos foram elencados, como um histórico desde o início da organização do movimento nacional dos catadores até a assinatura do decreto, por exemplo. A intenção foi munir os integrantes das UA – a começar pelos seus diretores e coordenadores das CPGA – com dados que os motivassem à realização de ações internas que dessem suporte ao programa.

Como foi informado no capítulo anterior, uma das UA não respondeu ao convite para a participação da pesquisa. Por isso, só foi possível trabalhar apenas com seis diretores das sete unidades definidas anteriormente.

Com os resultados das entrevistas realizadas com os seis diretores e com os sete coordenadores das CPGA, foi possível constatar, que mesmo aqueles que não participaram das referidas atividades possuem certo conhecimento geral sobre questões ambientais, possivelmente adquiridos pelos meios de comunicação ou por outras fontes de informação. Este fato ficou claro na primeira pergunta – das dez, do roteiro de entrevistas (Apêndice A) – que versou sobre o conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública, conhecida pela logomarca A3P²⁶. Esta questão foi feita somente aos diretores.

Todos os entrevistados responderam negativamente quanto à especificidade da pergunta, mas explanaram sobre temas afins em suas falas, como por exemplo, sobre a Agenda 21, como segue:

A questão da Agenda é brilhante. Mas se nós cumpríssemos [...] Nós temos uma Agenda menor que é aqui dentro, mas a própria do Governo Federal não é cumprida e as Agendas Locais desapareceram do papel. Se você for buscar [...] todo mundo tem Agenda 21 (Entrevistado 01, informação verbal)²⁷.

²⁶ De acordo com Jacimara Guerra (2010), em depoimento pessoal, não é sigla, é uma logomarca. Esta informação está mais detalhada no capítulo 1 “Introdução”.

²⁷ Diálogo informal na Sala de Direção no dia 19/04/2011.

Uma diretora respondeu que o que sabe são “[...] reflexos dessa política ambiental que está sendo divulgada” (Entrevistado 02, informação verbal)²⁸, enfatizando, no entanto, que no seu Instituto alguns projetos com a preocupação ambiental vêm sendo desenvolvidos. Outro diretor declarou que nunca leu nada a respeito e justificou: “[...] Apesar de a gente ter a preocupação com o meio ambiente, isso é uma questão geral, mas assim dos instrumentos legais eu realmente não conheço os detalhes” (Entrevistado 03, informação verbal)²⁹.

Antes dos anos 1990 o gestor intermediário amargava uma tarefa árdua devido às regras burocráticas que impediam a fluidez de sua gestão, impondo barreiras à criatividade organizacional, de acordo com Moreira (2011). Hoje, ao contrário da visão antiga, esse gestor tem a autonomia, conforme suas habilidades, para promover a organização de trabalhos multidisciplinares, para dar conta das demandas, independente da área que atue. Essa pode ser a forma para a superação das dificuldades observadas com a grande parte dos diretores entrevistados.

Na sequência, abrem-se três parênteses. O primeiro para lembrar que, para o roteiro de entrevistas com os funcionários dos serviços gerais que atuam nessas Unidades, foram elaboradas sete questões, com uma linguagem menos técnica, como foi ressaltado no Capítulo 3, sobre os procedimentos metodológicos. A entrevista com esse segmento teve como objetivo conhecer a rotina de trabalho no que concerne à coleta dos materiais recicláveis nas sete UA, logo, as perguntas foram elaboradas de acordo com a vivência dos envolvidos na pesquisa.

O segundo parêntese é para justificar que os funcionários dos serviços gerais tiveram três momentos – à parte – para aprimoramento necessário dos seus conhecimentos com vistas ao que propõe o programa, com relação à destinação adequada dos resíduos, quando da participação em cursos oferecidos pela PCU. Estes cursos aconteceram em 2006, 2007 e 2009, de acordo com a pesquisa documental e o número de participantes por ano, como foi demonstrado abaixo, no Quadro 08. Os cursos em questão tiveram como objetivo instrumentalizar os funcionários dos Serviços Gerais para atender ao novo sistema de gestão de resíduos sólidos na UFPA.

²⁸ Diálogo informal no Local de trabalho do entrevistado no dia 12/04/2011.

²⁹ Diálogo informal na Sala de Direção no dia 25/04/2011.

Quadro 08 – Número de participantes dos Cursos de Capacitação realizados pela Prefeitura.

| CAPACITAÇÃO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA TERCEIRIZADA | | |
|--|----------|----------|
| Número de Participantes / Ano | | |
| 204 | 180 | 205 |
| Ano 2006 | Ano 2007 | Ano 2009 |

Fonte: Dados da pesquisa.

O terceiro parêntese é para lembrar que a A3P (BRASIL, 2007c) foi uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1999, para dar suporte à introdução de critérios socioambientais na administração dos órgãos públicos. De acordo com a pesquisa documental, consta que a PCU encaminhou memorando circular nº 01/2008 para as 17 UA, solicitando pauta nas Reuniões da Congregação para apresentação da referida agenda.

As apresentações da A3P aconteceram no segundo semestre de 2008, por meio de adesão, durante as Reuniões de Congregação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), no Instituto de Ciências Biológicas (ICB), no Instituto de Tecnologia (ITEC) e no Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN), setores que acataram a solicitação. O Quadro 09 mostra o número de participantes e as respectivas unidades acadêmicas.

Quadro 09 – Número de participantes que assistiram à apresentação da A3P e dos institutos que acataram ao convite da Prefeitura.

| UNIDADES ACADÊMICAS (AU) | Nº DE PARTICIPANTES |
|--|---------------------|
| Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) | 14 |
| Instituto de Ciências Biológicas (ICB) | 13 |
| Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN) | 13 |
| Instituto de Tecnologia (ITEC) | 12 |
| TOTAL | 52 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda sobre a A3P, a pesquisa documental realizada constatou mais uma tentativa de ampliar o conhecimento sobre a referida agenda na UFPA, com o seu lançamento, durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente em junho de 2009. De acordo com o relatório de atividades da Coordenadoria de Meio Ambiente, participaram do evento 43 integrantes dos vários segmentos da comunidade universitária.

O evento teve apoio da Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM), que enviou convite a todos os integrantes da comunidade universitária. A Oficina de Criação participou com a confecção de material informativo, e o Ministério do Meio

Ambiente com a doação de 100 cartilhas da A3P. Contou também com a presença do Magnífico Reitor, a quem a A3P foi apresentada. Fecham-se os parêntese.

A segunda questão do roteiro de entrevistas versou sobre o conhecimento a respeito da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Apenas um diretor declarou conhecer. Os outros entrevistados demonstraram um conhecimento geral, como se referiu um deles: “Apesar de a gente ter a preocupação com o meio ambiente, isso é uma questão geral, [...] dos instrumentos legais eu realmente não conheço os detalhes [...]” (Entrevistado 05, informação verbal)³⁰, como deixaram claro alguns dos diretores. Em suas respostas – não apenas com relação a esta pergunta – se reportaram a temas ambientais como os resíduos sólidos e a coleta seletiva, dentre outros. Mas, ainda para um diretor, “a colocação desses recipientes para diferentes tipos de materiais parece ser um reflexo dessa política” (Entrevistado 02).

A seguir, são apresentados os resultados das perguntas específicas sobre o objeto de pesquisa. A pergunta inicial foi com relação à participação no evento de apresentação do programa da Coleta Seletiva Solidária, denominado Bate-Papo Ambiental. Nesta questão, dos treze entrevistados, um diretor e três coordenadores de CPGA informaram que estiveram presentes. Esta informação foi confirmada na lista de participantes do evento. Tal confirmação foi necessária, uma vez que alguns não lembravam se haviam participado. Este foi o caso do entrevistado abaixo que participou da atividade que, no seu setor, foi realizada na Reunião de Congregação, a pedido do diretor da época:

Não participei da reunião, mas houve uma exposição aqui no âmbito da congregação do ICESA dos objetivos, da natureza, do programa, enfim, pelos responsáveis aqui dentro da UFPA. Naquela oportunidade eu era membro da congregação e assisti à exposição (Entrevistado 06, informação verbal).³¹

Contando com este entrevistado que se equivocou ao responder que não havia participado da atividade o número de participantes sobe para cinco, dentre os entrevistados, que assistiram ao seminário de sensibilização.

³⁰ Diálogo informal na Sala de Direção no dia 19/05/2011.

³¹ Diálogo informal na Sala de Direção no dia 09/05/2011.

Perguntados sobre o conhecimento dos objetivos o Programa Coleta Seletiva Solidária da UFPA, dois coordenadores da CPGA que participaram do Bate Papo Ambiental afirmaram ter apreendido algum conhecimento o suficiente para ter uma noção do programa. Um entrevistado disse: “tomei conhecimento pelo cotidiano” (Entrevistado 10, informação verbal)³². Os outros afirmaram não terem um conhecimento específico como relatou um dos entrevistados, mas, analisando-se o conteúdo das falas, percebeu-se que têm uma noção geral. Em outras palavras, tem conhecimento sobre a problemática dos resíduos, da importância da separação de forma seletiva, mas não do programa em si, para quem é destinado, por exemplo.

Já os diretores demonstraram, ao que pareceu, ter um conhecimento restrito à visualização da colocação dos LEV e a publicidade que foi realizada por ocasião da implantação. Um diretor respondeu: “Eu sei em função da colocação desses recipientes para diferentes tipos de materiais [...]” (Entrevistado 02), não atendendo ao objetivo da questão. As respostas demonstram que todos conhecem em linhas gerais, mas não conhecem “[...] seus desdobramentos [...] em termos práticos [...] de resultados”, como afirmou um diretor, concluindo com a frase “[...] eu não venho acompanhando” (Entrevistado 06).

Tanto os diretores quanto os coordenadores afirmaram ainda, que não tiveram um envolvimento maior com o assunto, mesmo porque, segundo alguns, isto havia acontecido em uma gestão anterior, não estando à frente da direção ou da coordenação por ocasião da atividade.

Esse programa [...] teve uma ação que envolveu o Instituto, no caso a Oficina de Criação, e eu acompanhei pela propaganda. Na verdade eu não tive nenhum tipo de envolvimento até mesmo porque na época que foi lançado eu não estava na direção [...] (Entrevistado 03).

Sobre isso, vale mencionar outras justificativas declaradas pelos entrevistados por não terem tomado conhecimento sobre a questão e, como consequência, não terem tido um envolvimento maior com a situação. Seguem algumas razões citadas: “Eu estava de férias” (Entrevistado 07, informação verbal)³³, “[...] infelizmente eu não soube do evento” (Entrevistado 10), “Na realidade, nesse

³² Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 03/04/2011.

³³ Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 26/04/2011.

período eu estava concluindo o meu mestrado[...]" (Entrevistado 11, informação verbal)³⁴ e, "Não lembro" (Entrevistado 13, informação verbal)³⁵.

4.2.2 Responsabilidade no exercício da função

A segunda categoria considerada nesta pesquisa foi quanto à responsabilidade no exercício da função que reflete nas tomadas de decisão por parte dos gestores. Este fator leva em consideração o conhecimento adquirido sobre a importância do programa.

Entre as questões relacionadas a esta categoria, destaca-se a seguinte: Que medidas foram adotadas para atender às propostas do programa? Responderam a esta questão os dirigentes e coordenadores das UA, um coordenador e dois técnicos da PCU. O objetivo deste questionamento foi identificar se houve ou não algum interesse por parte dos dirigentes e coordenadores das UA em promover ações que viessem a facilitar e contribuir com a implementação do programa.

Com relação à PCU, o objetivo da questão foi conhecer as principais estratégias adotadas pelos executores do programa, desde o recebimento do Memo. 0002/MD/MC/2006 (Anexo B), contendo o decreto, passando pelo cumprimento das etapas sugeridas no referido documento, tais como a criação da comissão, a realização do diagnóstico, dentre outros.

Para a referida questão, as repostas dos diretores foram as seguintes:

Não foi feito nada. [...] disseram uma época que iríamos colocar camburões recicladores aqui para identificar. Fomos atrás (na Prefeitura) e nunca também [...] (Entrevistado 01).

Nós não temos internamente nenhuma preocupação com isso, por exemplo, de pegar os cartuchos [...] as pessoas jogam fora. Não existe uma cultura com relação a isso. [...] houve uma reunião aqui na congregação em 2008 [...] e se discutiu essa questão da implantação, mas como é uma coisa institucional, não estava vindo para a gente implantar alguma coisa [...], que a universidade ia fazer isso, a partir da Prefeitura (Entrevistado 02).

³⁴ Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 18/05/2011.

³⁵ Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 07/06/2011.

Olha, eu não sei se houve interesse por parte da direção. [...] É porque nós temos um trabalho com eles da engenharia sanitária [...] soube que os alunos estavam participando de um programa de coleta, agora não sei se estava ligada à gestão do Instituto (Entrevistado 04, informação verbal)³⁶

[...] a gente tem feito também um esforço de tentar que cada sala tenha essa separação, mas não é muito fácil, assim. No corredor ainda é fácil, porque está lá no corretor [...] (Entrevistado 05).

Olha, para ser sincero eu desconheço se teve alguma formalização de alguma decisão interna para adotar procedimentos [...] (Entrevistado 06).

Nota-se na resposta de um dos entrevistados que a noção sobre “coisa institucional” está limitada apenas à Administração Superior, colocando a Administração Intermediária em uma posição passiva dentro da estrutura organizacional com relação à questão. Com exceção do entrevistado 05, nota-se também, pelo conteúdo das respostas, que pouco foi realizado visando atender ao programa nas UA pesquisadas. Este entrevistado, mesmo não tendo participado do Bate-Papo Ambiental, por motivo de viagem – de acordo com sua resposta – deu continuidade ao trabalho que foi iniciado pela gestão anterior.

Conforme foi mencionado, ao final da apresentação do seminário, por algumas pessoas, o referido evento parece ter motivado alguns integrantes presentes, a decidirem por colocar em prática ideias que, supostamente, já estavam, de alguma forma, em estado latente em alguns deles. Deduz-se daí a origem da resposta positiva à questão por parte do dirigente que, mesmo assim, afirma que “não é muito fácil, assim” (Entrevistado 05).

Esta questão propiciou revelar também que alguns dos diretores atribuem grande parte da responsabilidade sobre a gestão dos resíduos gerados nas suas Unidades à Administração Superior da UFPA e à PCU. Esse é um pensamento que contraria o Capítulo III Art. 25 – Título II da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, no que se refere à responsabilidade do gerador:

O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância das diretrizes e demais observações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento (BRASIL, 2011).

³⁶ Diálogo informal na Sala de Direção no dia 19/05/2011.

A PNRS é uma Lei que foi instituída no dia 2 de agosto de 2010. Nela, dentre outros aspectos, está clara a responsabilidade de todos no trato com os resíduos sólidos, principalmente em se tratando da administração pública. A coleta seletiva é apenas um dos dezoito instrumentos a que se remete a Lei, como aparece no Capítulo III – Art. 8 – Título II.

Como já foi mencionado no item 4.1.2 deste capítulo, a correta destinação dos resíduos sólidos produzidos na UFPA, com o envolvimento de estudos acadêmicos, já vinha sendo uma preocupação da PCU desde 2003. As determinações contidas no Decreto 5.940, nos documentos que o acompanharam e na PNRS só vieram fazer com que as atividades que já vinham sendo colocadas em prática fossem fortalecidas administrativamente, ao contrário do que afirmou um coordenador de CPGA, que deu o seguinte depoimento,

Eu acredito que foi uma iniciativa pensada por força de um instrumento legal, porque a universidade não teve iniciativa própria, entendeu? Isso [...] não foi iniciativa da universidade, foi um instrumento de lei que obrigou a tomar uma iniciativa [...] (Entrevistado 08, informação verbal).³⁷

Aparentemente o entrevistado parece não ter atentado para o que foi dito no Bate-Papo Ambiental sobre o histórico do processo de implantação do programa na UFPA, uma vez que afirmou ter assistido ao seminário. Por outro lado, sua posição crítica sobre a falta de iniciativa da UFPA leva quem desconhece os pormenores dos fatos a ter essa mesma opinião que, de certa forma, não deixa de ter razão. Daí a importância de atividades que levem o esclarecimento de forma permanente.

Com relação às medidas adotadas pela PCU para a implantação do programa, uma das técnicas responsáveis pelas atividades educativas, informou que tais medidas seguiram os preceitos e determinações das recomendações sugeridas nos documentos elaborados pelo CIISC, que estão detalhados no item 4.1.3, deste capítulo.

Reportando-se a tais determinações, a técnica informou que uma das principais preocupações do grupo de trabalho foi a de elaborar ações pautadas nos princípios do Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Foi priorizada assim, segundo ela, a gestão participativa que se baseia na participação da

³⁷ Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 28/04/2011.

comunidade em todo o processo de construção de um processo educativo, desde a fase de planejamento até a sua implantação.

Priorizando esse princípio, a comunidade teve seu primeiro momento de participação, neste caso, durante a formação da Comissão para Implantação da Coleta Seletiva, que ocorreu no mês de abril de 2007. Ainda segundo a técnica, esse foi o momento em que “[...] todos os segmentos da comunidade universitária tiveram a oportunidade de participar e dar sua colaboração na implantação do programa”. Continuando, disse que “a comunidade não participou como deveria participar [...]”. Continuando suas considerações sobre as práticas educativas adotadas, desabafa: “[...] as pessoas deveriam assumir como um compromisso pessoal e não por uma determinação imposta pela instituição [...]”. Para finalizar disse, “[...] isso depende da boa vontade e da seriedade de como cada um vê essa coleta seletiva” (Entrevistado 23, informação verbal)³⁸.

De acordo com os dados da pesquisa documental, as principais atividades educativas realizadas constam de campanhas publicitárias, o Bate-Papo Ambiental, dos Cursos para Capacitação dos funcionários da terceirizada e para Formação de Agentes Ambientais. Perguntada sua opinião sobre essas práticas educativas, respondeu que:

[...] as ações foram programadas com seriedade, sob as mais diversas formas para buscar atender aos mais variados segmentos, dentro do seu setor de trabalho, fora do setor de trabalho, pra ver se as pessoas tivessem mais facilidades de participar [...] (Entrevistada 23).

Quando solicitados a opinar sobre as dificuldades para a implantação de programas dessa natureza, a resposta de um entrevistado recaiu na questão sobre a geração dos resíduos. Enfatizou “que tem-se que diminuir ao máximo a produção de resíduos [...] senão fica cada vez mais difícil”. Disse também que isso “não é uma coisa muito fácil [...] porque é um problema sistêmico” (Entrevistado 05). Para ilustrar, relatou o que acontece no seu setor:

³⁸ Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 25/04/2011.

Só para se ter uma ideia, aqui nós nos preocupamos com a questão da produção dos copos descartáveis. Então a gente tenta ter xícaras de louça [...]. Só que [...] usar uma xícara significa que uma xícara precisa ser lavada. Qual é a qualidade da água que lava a xícara?” Continuando, “Então muitas vezes o usuário fica com receio daquela água preferindo usar copo descartável [...] fica-se entre a cruz e a espada [...]” (Entrevistado 05).

O entrevistado em questão refere-se a um dos principais conceitos da Educação Ambiental com relação aos resíduos que são os 3R. Fala também do receio do usuário quanto à qualidade da água para lavar a xícara. No entanto, existem outros tantos exemplos.

Abrem-se outro parêntese para ampliar o leque de justificativas da não adesão às pequenas ações internas que algumas pessoas, mesmo de forma isolada, já implantaram em seus locais de trabalho. Dentre os relatos mais comuns estão: a falta de um local com torneira – uma copa e, em último caso, no banheiro mais próximo – o que, claro não é muito recomendado, mas que foi citado como alternativa. As pessoas também justificam que não utilizam copo de material permanente por uma questão de higiene, mas que utilizam apenas um copo descartável durante todo o expediente, dentre outras justificativas.

Além da razão citada pelo entrevistado, quanto à redução da utilização de copos descartáveis, existem outras iniciativas observadas nesta pesquisa, que incentivam a economia de recursos naturais como a reutilização do papel na Secretaria do ICSA e na Faculdade de Psicologia.

Um coordenador de CPGA declarou que não participou do Bate-Papo Ambiental, mas que, quando trabalhava como secretário de uma faculdade do seu instituto, chegou “a organizar as lixeiras identificando para a aplicação da coleta seletiva, mas não avançou de lá pra cá” (Entrevistado 07).

Disse também da sua preocupação no reaproveitamento daquilo que é desperdiçado, principalmente o papel. Analisando a sua fala, percebe-se realmente esta preocupação quando diz: “[...] é uma coisa que chega a dar dor de cabeça da gente ver tanto desperdício [...]”. Lembrou também que, após a realização da atividade educativa “[...] a própria menina da limpeza pediu pra não amassar ou rasgar, porque a gente tinha esse costume [...] hoje em dia, eu não amasso; só faço dobrar e colocar na caixinha” (Entrevistado 07).

Sobre isso, de acordo com Gonçalves (2003), a produção dos resíduos é inexorável, no entanto, podemos reduzir sua produção reutilizando sempre que

possível os materiais recicláveis. Nesse sentido, nota-se a preocupação de algumas pessoas com a questão do reaproveitamento em alguns setores pesquisados.

Outros coordenadores de CPGA disseram que muitas das dificuldades para a implantação deste tipo de programa recaem no número reduzido de servidores e na “pesada rotina administrativa”. Com isso, acaba não sobrando tempo para outras atividades, segundo um deles. Disse também que “[...] a gente acaba sendo atropelado e não „consequimos“ fazer outra coisa [...]” (Entrevistado 11). Estes fatores podem estar influenciando no baixo envolvimento desse setor – a CPGA – como comenta um coordenador:

[...] Essa preocupação eu te digo, não tenho [...] É complicado porque [...] na coordenação de planejamento eu tô praticamente só, apesar de que agora eu já tenho uma diretora de compra e um diretor de pessoal. Eu, até pouco tempo, tava sem ninguém, sozinha. Então, eu que gerenciava tudo isso, não é fácil [...] (Entrevistado 11).

A CPGA foi um foco importante da pesquisa dentro das UA, como foi enfatizado nos procedimentos metodológicos. As coordenações foram criadas com o objetivo de modernizar e melhorar o funcionamento das atividades meio nas UA da UFPA. São responsáveis pela infraestrutura e logística das Unidades e vêm se adequando à nova realidade na Administração Pública Brasileira. Também é responsabilidade desse setor a gerência dos funcionários dos serviços gerais das empresas de limpeza contratadas, mantendo uma interação com a PCU, no que envolve tais questões.

Observando a posição da CPGA na estrutura organizacional de cada UA, percebe-se que, pelo menos teoricamente, possuem potencial para disseminar iniciativas de apoio ao programa, uma vez que esta coordenação contempla em sua estrutura uma divisão de infraestrutura e logística. Mas o que se nota é que ainda não se deram conta de tal potencial, talvez pelas razões mencionadas. Outra causa, pode vir a ser o fato de que seja difícil encontrar um servidor que se adapte às exigências do setor, de acordo com o comentário de um coordenador de CPGA. O cargo existe, mas não tem quem se enquadre, segundo ele.

Um gestor da PCU também se referiu à insuficiência de servidores para a operacionalização da Coleta Seletiva Solidária como mais uma dificuldade. E, com relação à questão, comentou:

[...] o número de servidores da UFPA é insuficiente [...] não tem uma pessoa que queira realmente abraçar [...], mas a gente tem muitas outras atividades, então a gente tá fazendo várias coisas ao mesmo tempo e acaba que nada sai como a gente queria 100%. A gente não pode contar com as pessoas. Então seria a falta de mão de obra, um dos principais problemas [...] (Entrevistado 21, informação verbal).³⁹

Sobre tal situação, Viveiros (2006) afirma que as ações municipais que buscam resolvê-los – se referindo aos problemas dos resíduos – encontram uma série de obstáculos, dentre eles, a insuficiência de recursos financeiros e humanos. A alegação gira em torno da relação custo/benefício das alternativas existentes para a minimização, destinação final e tratamento dos resíduos, da sua adaptação e adequação à realidade local e no quadro do funcionalismo público.

Outra dificuldade destacada pelos coordenadores de CPGA foi quanto à troca de funcionários antigos, que já conhecem as tarefas de destinação dos materiais recicláveis, por novos, que ainda não receberam tais orientações. Questionados da existência de alguma recomendação do setor para com a separação dos materiais recicláveis, um coordenador informou que repassa todas as recomendações, sugeridas tanto nas atividades educativas que foram ministradas pela PCU como da própria Empresa Terceirizada.

Complementando sua resposta, disse também que, como estão ocorrendo trocas constantes dos funcionários dos serviços gerais, tem que repassar os procedimentos a cada mudança. Este foi um fato mencionado apenas por coordenadores entrevistados.

Nos setores com funcionários que possuem mais de cinco anos de serviço na UFPA, como é o caso daqueles que estão lotados no ITEC, no ILC e no ICOSA, foi percebida uma maior familiaridade com as atividades de separação dos materiais recicláveis, como ficou comprovado pelos depoimentos. Todos eles participaram dos Cursos de Capacitação oferecidos pela PCU em 2006, 2007 e 2009, como foi mostrado no Quadro 04.

Um desses funcionários mais antigos, que participou dos cursos de capacitação, quando solicitado a responder se coloca ou não em prática o que foi ensinado, informou que não apenas coloca em prática, como também incentiva os

³⁹ Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 19/05/2011.

alunos, professores e funcionários da Unidade. Procede assim porque, segundo ele, os servidores do setor não estão colaborando. Diz que:

[...] eles não estão colaborando, jogam copo de café [...], até resto de lanche quando eles passam no corredor, eles jogam dentro da caixa com papel reciclado, é isso que acontece; a gente separa bastante material aqui, (como por exemplo) papéis, isso danifica todo o material, eu acho que é a falta de conscientização de algumas pessoas [...] (Entrevistado 16, informação verbal).⁴⁰

A pesquisa confirma que o trabalho de separação dos materiais recicláveis pelos funcionários dos serviços gerais ocorre independente de orientações repassadas pela CPGA. Uma coordenadora comprova este fato informando que:

[...] depois dessa reunião [...] começaram a fazer essa separação seletiva. De 2009 até hoje, são os mesmos, e eles têm essa preocupação. Agora eu sou bastante sincera contigo, eu não tô participando disso [...]. Agora com essa tua orientação a gente começa a ver isso com novos olhos. [...] (Entrevistado 11).

Ela declara que o trabalho dos funcionários dos serviços gerais teve início após as atividades educativas dos Cursos de Capacitação. Percebe-se na fala da coordenadora uma preocupação real e um comprometimento pessoal futuro a partir da entrevista concedida.

Esse tipo de coleta requer um treinamento constante dos funcionários dos serviços gerais, lotados nos diversos setores e prédios dentro e fora da cidade universitária. De acordo com o Demonstrativo de Lotação fornecido pelo setor de fiscalização da Prefeitura, são 219 funcionários da Empresa Terceirizada de Limpeza contratada pela UFPA, que realizam, dentre outros serviços nos prédios e nas áreas livres, a coleta dos materiais recicláveis. É importante ressaltar que o programa abrange, nesta etapa inicial, apenas a Cidade Universitária no Campus Belém.

Diferentemente do caso anterior, alguns servidores das Unidades pesquisadas procuram, de alguma maneira, contribuir com o programa. Sobre isso, quando perguntado sobre a existência de alguma recomendação do setor para com a separação dos materiais recicláveis, um coordenador de CPGA diz que realiza

⁴⁰ Diálogo informal no Local de trabalho do entrevistado no dia 23/05/2011.

“Não formalmente [...]” (Entrevistado 07). Sendo assim, não contando com uma lei maior ou regra vinda do topo da organização, essas atitudes parecem não ter eco. É bem provável que, mesmo vindo da própria direção, as pessoas não tivessem o interesse ou a obrigatoriedade de cumprir. As pessoas precisam de uma motivação maior.

Sobre isso, o diretor de uma UA pesquisada, disse:

[...] a eficiência das agendas dentro das administrações públicas precisa ser acompanhada de uma normalização, que deveria ser criada nas instituições, principalmente nas públicas e federais [...] cada um pode fazer isoladamente os seus comprometimentos ambientais dentro da instituição, mas não há uma regra que estabeleça [...] qual é a política dentro da administração superior da UFPA que me diz que esses recursos que nós usamos devem ser reciclados? [...]. Se o papel não tem mais uso oficial, eu tenho que destinar ele à reciclagem. Mas isso não existe. Não há uma regra que estabeleça que todos nós tenhamos o mesmo padrão de comportamento (Entrevistado 01).

Sobre essa resposta, crê-se que exista um desconhecimento sobre a implantação de políticas. No caso da política ambiental que está sendo tratada nesta pesquisa – a que institui a destinação dos materiais recicláveis para as associações e cooperativas de catadores – foi oficialmente implantada pela PCU durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente de 2009. Portanto, a lei foi implantada e está sendo instituída em um processo gradativo de adesão pela comunidade universitária, desde a Administração Superior, passando pela Administração Intermediária, onde as UA estão localizadas, até o servidor público, de maneira individual.

O mesmo dirigente, demonstrando certa indignação pela incapacidade de tomar decisões na questão dos resíduos, desabafa: “[...] se elas não se tornarem normas, enquanto eu mandar ninguém vai aceitar, até porque se as normas não vierem da administração superior, as pessoas vão achar que nós estamos perseguindo, que nós estamos querendo criar outro modelo, [...]” (Entrevistado 01). De acordo com o raciocínio descrito acima, o Decreto que institui a Coleta Seletiva Solidária não seria esta norma? Este regulamento? Bastando somente ao gestor o cumprimento da lei?

Outro diretor é da mesma opinião sobre a institucionalização do projeto que, segundo ele, não ocorreu. Ele pergunta: “Institucionalizar um projeto significa o quê”? É fazer com que as pessoas sejam conduzidas a um comportamento, ou que

seja sugerido a elas que executem isso, e essa questão é institucional, a meu ver [...]” (Entrevistado 03).

Prosseguindo, em pergunta aos funcionários dos serviços gerais sobre se as pessoas colaboram na separação dos materiais recicláveis nas salas, uma das respostas foi: “Não. Isso não tá acontecendo. Tem vez quando eu chego pra tirar do lixo, o papel que dá pra ser aproveitado tá todo sujo de café [...]” (Entrevistado 14, informação verbal)⁴¹. Apesar de as instruções recebidas nos cursos ministrados para os funcionários da Empresa Terceirizada ser para que colem apenas os materiais já separados, percebe-se que eles acabam realizando também a separação dos materiais que estão misturados.

A partir da indignação que a realidade mostra, passa-se a ter uma nova atitude. A observância da lei contribui para que a comunidade tenha a opção pela ação, pelo enfrentamento dos obstáculos. Lançar mão de modelos que estão dando certo também é um incentivo a agir. Isto pode vir a desencadear um círculo virtuoso em prol da coleta seletiva como uma opção vantajosa e viável no gerenciamento dos resíduos sólidos.

Com isso, remete-se a Gonçalves (2003) que, no referencial teórico, afirma ser parte dos materiais recicláveis desperdiçada pela inexistência de regras para o tratamento de cerca de 150 mil toneladas de resíduos sólidos produzidos diariamente nos 5.564 municípios brasileiros, segundo Pesquisa de Informações Municipais (IBGE, 2008).

Isto foi constatado nesta pesquisa e pode estar relacionado à falta de incentivos para a promoção da destinação correta dos materiais recicláveis aos catadores por parte da Administração Superior da UFPA, ou da direção das UA. Como exemplo, cita-se a aquisição de equipamentos como coletores específicos para os resíduos recicláveis gerados pelos setores visitados,

⁴¹ Diálogo informal em frente ao Prédio do ILC no dia 09/05/2011.

A universidade infelizmente [...] não conseguiu se adequar [...]. Não estão preocupados. A gente pede lixeira, não tem dinheiro [...] pra comprar só lixeira. Aí vai na Prefeitura, [...] colocam um monte de condições [...]. A gente faz um contrato com alguém que vem aqui e leva ali pro Ginásio [...] só os papelões. Pronto. O plástico e os outros irão para o lixo. Eles viram lixo. Não viram materiais reciclados; materiais que são possíveis de aproveitamento econômico [...]. Eles se perdem. Então, a gente tem essa contradição [...] (Entrevistado 01).

Outra coisa observada foi a existência de uma cultura do desperdício não apenas de papel, mas com relação aos copos descartáveis. Esse efeito poderia ser minimizado com a compra de canecos de plástico permanente ou de louça. Dois diretores se reportaram à questão. Um deles, como já foi citado, informou que no seu setor existe a preocupação com redução do consumo, sendo instituída a utilização de copos e xícaras de louça. Outro teceu considerações a cerca da produção excessiva de copos descartáveis na UFPA e como conseqüência, da produção desnecessária de resíduos.

[...] Na Universidade se poderia ter um caneco para cada servidor. Todo dia o café seria servido no mesmo caneco [...] porque eu acho que não é só a gente produzir resíduos para alguém reciclar. A gente tem que saber que tipo de resíduo nós produzimos, nós produzimos muitas coisas desnecessárias, isso a gente deveria evitar (Entrevistado 01).

O desincentivo do consumo de papel e dos descartáveis está preconizado na A3P, quando afirma que a mudança de conceitos leva à mudança de procedimentos e que esta não é uma tarefa fácil quando se trata de uma organização pública. Está na referida agenda que “estimular um consumo responsável e o combate ao desperdício são questões fundamentais para se resolver os problemas ambientais...” (BRASIL, 2007c, pg. 29).

Voltando à falta de coletores, a PCU, nesse contexto, é colocada em alguns momentos como vilã por não fornecer os coletores de resíduos recicláveis às unidades. De acordo com informações da coordenadora do CSU, essa compra não cabe a ela (Prefeitura) e sim aos próprios institutos. Sua responsabilidade administrativa está nos limites das áreas externas da Cidade Universitárias e não no interior dos prédios. Nota-se uma percepção equivocada quanto às suas atribuições.

Essa assertiva pode ser ratificada no regimento interno de cada instituto. No caso do Regimento Interno do ITEC, por exemplo, como consta no Art. 23, que compete à CPGA, uma série de responsabilidades, dentre elas, o que está no inciso

XX, que diz: “colaborar na supervisão dos trabalhos das empresas prestadoras de serviço de limpeza, manutenção, reforma e segurança dos prédios do Instituto”.

Sobre a questão acima, a coordenadoria CSU informou também que a compra dos LEV e do caminhão só foi possível com a realização do Fórum Social Mundial (FSM). Foi uma das contrapartidas negociadas com a organização do megaevento. Depois disso, o programa também amarga a falta de recursos, segundo ela.

Esses entraves administrativos podem estar relacionados à falta de uma política interna que promova arranjos institucionais eficazes, regulamentando assim, a Coleta Seletiva Solidária como uma política da própria Universidade. Um diretor de instituto reforça esse fato:

[...] Tem que ter uma política única e cada um dentro das suas especificidades [...]. Se nós tivéssemos a regra a ser aplicada, ou seja, [...] se a administração superior dissesse é regra, tem que ser cumprida, quem não cumprir terá suas penalidades. Seria maravilhoso [...] é igual ao desenvolvimento sustentável, todo mundo sabe que existe, mas ninguém nunca viu (Entrevistado 01).

A Coleta Seletiva Solidária para ser bem executada requer uma logística com procedimentos específicos, diferenciados do sistema tradicional de coleta e destinação de resíduos. Para que os materiais recicláveis cheguem às cooperativas, deve ser tomada uma série de medidas para a sua operacionalização, desde a separação, coleta, o armazenamento, o transporte até a compra de materiais e equipamentos. Questionado sobre a existência de dificuldades frente à implantação, um técnico da PCU deu a seguinte resposta:

Em relação aos problemas enfrentados, posso citar a parte da infraestrutura, a parte de manutenção dos containers e a manutenção do caminhão. A gente tem uma grande demanda de containers, [...] é mais a parte da infraestrutura, mão de obra para poder operacionalizar a manutenção dos containers [...] são poucos funcionários (Entrevistado 22, informação verbal).⁴²

Esta resposta foi em decorrência da pergunta em comum para gestor e os técnicos da Prefeitura sobre a existência de dificuldades para a implantação. A

⁴² Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 26/04/2011.

pergunta acima foi feita ao técnico responsável pela fiscalização da Empresa Terceirizada. A coordenadora da CSU por sua vez, declarou que a maior dificuldade apresentada não foi com a implantação – pois existia a verba do Fórum Social Mundial (FSM). A dificuldade maior, em sua opinião, residiu após a implantação, ou seja, na sua operacionalização, no seu dia a dia. Citou também a falta de experiência da equipe com as questões jurídicas, como por exemplo, na elaboração do edital para chamamento das cooperativas.

Os técnicos responsáveis pelas atividades educativas e pela fiscalização também foram da mesma opinião sobre a existência de dificuldades para a implantação. Acrescentaram que fatores, como a falta de infraestrutura, dificultaram a implantação uma vez que, para atender a todas as etapas, se fazia necessário um espaço físico para armazenamento do material coletado, e profissionais envolvidos. Uma das responsáveis pelas atividades educativas fala de outra dificuldade inicial foi que “[...] na época, na nossa cidade poucas cooperativas estavam dentro do processo de regulamentação” (Entrevistado 23). A regulamentação das associações e cooperativas é exigência para o recebimento do material reciclável.

Com a instituição do programa, cada órgão público federal teve que adaptar à sua rotina operacional de destinação de resíduos os procedimentos do documento elaborado pelo CIISC, denominado Passo a Passo. É importante lembrar que em muitos órgãos públicos, dentre os quais, as universidades, a coleta seletiva já vinha sendo utilizada como prática de gestão de resíduos, principalmente com a separação do papel com algum tipo de destinação social.

Na UFPA, as estratégias adotadas para a coleta do papel foram revistas e ampliadas por meio de um Plano para a Implantação da Coleta Seletiva na UFPA – que já vinham sendo praticada desde 2006 – em que incluiu-se um diagnóstico elaborado pela Comissão da Coleta Seletiva. Isso ocorreu para que outros materiais recicláveis viessem a ser destinados para os catadores. Nesse trabalho, que foi baseado no Trabalho e Conclusão do Curso (TCC) de Engenharia Sanitária e Ambiental, defendido por Gabriel Hiromite Yoshino et al (2008), constava um estudo para determinar os pontos de localização os conjuntos de coletores ou Locais de Entrega Voluntária (LEV).

Nessa etapa, a comissão teve o apoio técnico e administrativo da Prefeitura e da Pró-Reitoria de Extensão, e acadêmico do Laboratório de Engenharia Sanitária e Ambiental do Instituto de Tecnologia (ITEC), respectivamente.

Analisando os itens do roteiro de observação nas UA, mencionados no Capítulo 03, inicialmente, quanto à existência de equipamentos para separação dos materiais recicláveis, merece destaque o Núcleo de Ciências Agrárias de Desenvolvimento Rural (NCADR). Por iniciativa da direção, foi adquirido um conjunto de coletores para separação de papel e plástico produzidos no local e que foi colocado no corredor. A Fotografia 02 ilustra os dados da observação. Isso corresponde ao que foi dito em entrevista pelo diretor do núcleo e confirmado pela coordenadora da CPGA que informou que tal compra só foi possível com a venda de livros publicados pelo setor, e esclarece “[...] porque a gente não pôde comprar [...] pela agenda de compras [...]” (Entrevistado 12, informação verbal)⁴³.

Neste setor também foram observadas outras iniciativas que evidenciam a preocupação em adotar medidas e procedimentos administrativos em consonância com a legislação ambiental vigente, como por exemplo, a utilização de copos e xícaras permanentes (Fotografia 03).

Fotografia 02 – Conjunto de coletores para separação de materiais recicláveis. **Fotografia 03** – Copos e xícaras permanentes.



Fonte: Pesquisa de campo.



Fonte: Pesquisa de campo.

Outro fato é que tanto a direção quanto a CPGA repassam à funcionária dos serviços gerais as orientações quanto à separação dos materiais recicláveis. Isto foi constatado na fala da funcionária desse setor que, por ocasião da entrevista, contava com apenas dois meses no setor quando informou que a disposição dos materiais recicláveis é feita por algumas pessoas no coletor localizado no corredor:

⁴³ Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 07/06/2011.

[...] a instrução que a Dona Clívia me deu é que a gente tem que separar o lixo. Por isso, tem ali (apontando para os coletores localizados no corredor) o plástico e o papel, só os dois que tem aqui (Entrevistado 15, informação verbal).⁴⁴

Esse fato denota uma preocupação da CPGA do setor em repassar as informações sobre a destinação correta dos resíduos. Nas outras UA, este fato não foi observado e as respostas foram negativas quando se perguntou às coordenações do CPGA se existia alguma recomendação quanto à separação dos materiais descartáveis para os funcionários dos serviços gerais.

A presença de um técnico que tenha sido designado pelos dirigentes para desenvolver atividades de gestão ambiental nas Unidades denotaria também algum tipo de preocupação, mas nenhum resultado foi encontrado. Apenas o NCADR parece desenvolver, na CPGA, tais atividades, ainda de forma embrionária. As atribuições de gestão ambiental assumidas pela CPGA precisariam de continuidade nas próximas gestões, a exemplo da direção local que, como já foi mencionado na anteriormente, deu continuidade à gestão que lhe precedeu.

A UFPA padece e carece de uma política ambiental que também possa garantir uma solução de continuidade às ações que já vêm sendo praticadas. Esse aspecto está presente em vários depoimentos. Destaca-se aqui o da coordenadora da CSU da Prefeitura,

Eu acredito que pra tratar da questão dos resíduos sólidos como um todo na UFPA, teria que ser criada uma unidade ligada diretamente à Reitoria, composta por uma equipe multidisciplinar e com um recurso anual no orçamento demandado para essas atividades, uma coordenação de resíduos sólidos, uma comissão permanente, nesse estilo, como eu tenho visto em outras instituições de ensino superior, com um trabalho diretamente ligado à Reitoria (Entrevistado 21).

Foi notada nesta pesquisa a presença de recursos humanos que, por iniciativa própria, desenvolvem algum tipo de ação educativa, além do NCADR, no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), no Instituto de Ciências da Educação (ICED) e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Percebeu-se também que essas pessoas passaram a ser, de alguma forma, uma referência nos seus setores quando o assunto é ação educativa na área ambiental.

⁴⁴ Diálogo informal em frente ao prédio do Curso de Geofísica no dia 19/05/2011.

De uma maneira geral, foi observada e confirmada por meio de depoimentos, que em algumas UA, em especial naquelas referidas acima, a existência do hábito da destinação correta dos resíduos, por parte de alguns de seus integrantes, principalmente com relação ao papel em grande quantidade. Essa observação foi realizada *in loco*, onde foram registrados flagrantes desses procedimentos por parte de alguns integrantes das UA.

A coleta desse material é realizada por dois funcionários dos serviços gerais lotados na Prefeitura. Eles atuam diariamente como agentes da Coleta Seletiva Solidária no recolhimento e armazenagem do papel ou em ocasiões quando, em algum setor, há a necessidade de “limpeza” de armários e arquivos, com o devido consentimento do Arquivo Central – em se tratando de documentação oficial – por meio de contato telefônico, e-mail ou pessoalmente.

Percebe-se que a comunidade universitária vem aos poucos adquirindo a responsabilidade de lidar com os resíduos que produz e construindo um bem coletivo. Aqueles que não apoiam e que cuidam apenas de seus interesses podem vir a ser levados a refletir e mudarem as suas posições. É o que diz a teoria que veio ser confirmada pelos resultados apresentados nos gráficos, nas observações *in loco* e nos depoimentos das entrevistas.

Sobre esta questão, uma coordenadora de CPGA disse por ocasião da avaliação do programa: “[...] se a gente tem aqui alguma coisa referente a papel, basta a gente ligar pra lá que o pessoal vem buscar. Então, pra mim isso é muito bom [...]” (Entrevistado 09, informação verbal)⁴⁵. Ela está se referindo ao atendimento do chamado para a retirada de papel ou de outro tipo de material com destinação para os catadores. Essa prática já faz parte da rotina dos funcionários destacados para a Coleta Seletiva Solidária. Muitas vezes, o agendamento é realizado no momento do “ponto”, quando são comunicados sobre a existência de material para ser recolhido nos prédios. Sobre isso, disse um deles:

[...] quando eu vou assinar meu ponto [...] eu já começo a me agendar, por exemplo, dizem: olha, amanhã vai lá no meu prédio, tem muito material; então eu já tenho que [...] me lembrar daquele contato para o dia seguinte, então é assim o meu dia a dia [...] (Entrevistado 24, informação verbal).⁴⁶

⁴⁵ Diálogo informal na Sala da Coordenação no dia 29/04/2011.

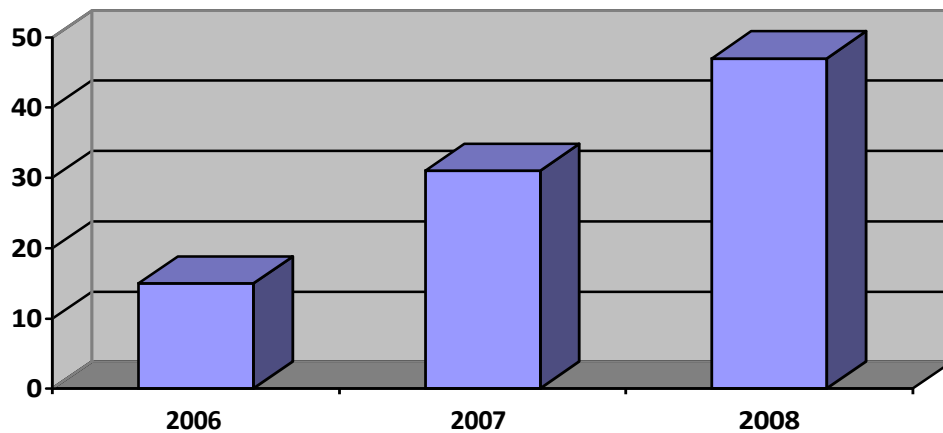
⁴⁶ Diálogo informal em frente ao depósito no dia 29/04/2011.

Esses dois funcionários também aparecem como peças importantes no processo educativo e de sensibilização. Eles funcionam também como agentes ambientais multiplicadores no momento em que repassam as orientações dos técnicos da Educação Ambiental, informando e esclarecendo à comunidade, conforme explicações dadas logo adiante.

A título de ilustração, foi elaborado um gráfico (Gráfico 02) para que se perceba a evolução de adesão à destinação, inicialmente do papel, por ocasião da “Campanha do Arthur”, de acordo com a pesquisa documental. Como já foi mencionado anteriormente, essa campanha serviu de piloto para o início da operacionalização do programa.

O Gráfico 02 mostra que em 2006 apenas 15 setores doavam papel a partir de uma campanha beneficente. Em 2007, este número aumentou para 31 setores, e em 2008, para 47 setores. Em virtude de problemas operacionais, não foi possível contabilizar os anos de 2009, 2010 e 2011. Em todo caso, observa-se uma tendência de crescimento de adesão ao programa, principalmente no que se refere ao papel de expediente.

Gráfico 02 – Dados que mostram a evolução de adesão dos setores da UFPA à Coleta Seletiva Solidária, nos anos de 2006, 2007 e 2008.



Fonte: Dados da pesquisa

Dando prosseguimento às respostas quanto à questão das dificuldades encontradas, para os diretores, a dificuldade maior reside, de acordo com uma expressão usada por um deles, em uma “boa vontade coletiva”. Disse também que “precisamos participar [...] precisamos de engajamento [...] se a gente não participar,

o sucesso não será como o esperado [...]” (Entrevistado 01). Complementando, concluiu:

[...] temos muita dificuldade de implementar políticas que condicionem a qualidade de vida [...] encontramos muita dificuldade de nos habituar. Nós precisamos resolver o problema do lixo, mas nossas práticas continuam as mesmas.

Sobre isso, destacam-se as falas de dois diretores que justificam esse estado de coisa com um “problema de natureza cultural” (Entrevistado 06) e que, portanto, deve haver “uma mudança de cultura na universidade” (Entrevistado 04). Ainda de acordo com as respostas, outro entrevistado sugeriu que esta mudança deverá vir precedida da promoção de uma ampla divulgação para um maior número de engajamento das faculdades. Disse um diretor, sobre a mudança de cultura institucional por meio da divulgação, que esta deveria ser aproveitada durante a Semana do Calouro da UFPA, assim, segundo ele:

[...] esses alunos que estão entrando [...], tomassem consciência, aqui dentro, que eles precisam ser exemplo lá fora [...] que eles levem isso para dentro de casa [...], que levem para os seus parentes, que levem para seus vizinhos, que levem para o bairro, que levem para a cidade, então há uma escala nisso tudo, e não se pensa nessa escala de atuação [...] (Entrevistado 01).

Esta foi uma opinião mencionada com certa frequência pelos entrevistados. Acrescenta outro diretor, ainda com relação à divulgação, que a “venda do produto deve vir por meio de um marketing ostensivo em relação à importância dessa atividade e que ela não se esgota no âmbito da UFPA [...] e nem nos outros órgãos públicos [...]” (Entrevistado 06).

Outra questão tem reflexos no compromisso com as tomadas de decisão por parte dos gestores, e está relacionada à implantação de políticas ambientais com a imagem da organização pública perante a sociedade. A referida questão sugere ainda que a implantação da Coleta Seletiva Solidária traga uma imagem positiva para a UFPA.

Quando perguntados sobre o que teriam a dizer sobre tal afirmativa, um diretor disse que até entende que é uma coisa difícil, “mas que é mais difícil ainda entender que a Universidade, como um centro de excelência, não tenha um

comportamento mais efetivo com relação à coleta seletiva [...]” (Entrevistado 03), desabafa.

Outro diretor comenta que “[...] a gente nunca discutiu nessa instituição [...] as dimensões da sustentabilidade como a defendida por Sachs” (Entrevistado 01), lamenta. Tais dimensões mencionadas pelo diretor resultam, segundo Sachs (2008), em uma total equidade entre o “ter” e o “ser” embasadas no social, no econômico, no ecológico ou ambiental, no espacial e no cultural. Nisso, discordo do diretor, uma vez que já existiram, por vários momentos no âmbito desta universidade, discussões sobre tais dimensões. O que não vem ocorrendo é a prática das retóricas que, ao final, almeja-se.

Nesta pesquisa, a Educação para a Sustentabilidade mostra-se constituir em um conceito importante para a viabilização do sistema de coleta seletiva. Ela vem estimular uma mudança de valores, de práticas e de atitudes e, portanto, a sua participação permanente na campanha. Será um instrumento importante para o êxito da pesquisa.

Junta-se a este conceito uma tendência fundamental que aparece em Veiga (2008) e em Amartya Sen (2000) de entender o desenvolvimento como está em sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”⁴⁷. Diz que “é nele que devem ser buscados os fundamentos para o caminho do meio, entre a miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento, e o derrotismo que o descarta como inexequível” (VEIGA, 2008, p. 33).

Continuando, o mesmo diretor alerta que devemos participar com a sociedade, não somente repassando os “nossos resíduos”. Ele faz uma reflexão sobre o nosso consumo excessivo e, conseqüentemente, sobre a geração de coisas desnecessárias e supérfluas que devem ser evitadas. No entanto, a destinação dos materiais recicláveis para as associações e cooperativas de catadores é o ponto crucial da lei que ensejou este estudo. Penso que, ao menos ou “somente” – como se referiu o diretor – os seus resíduos recicláveis possam ser destinados pela UFPA. Com esse simples gesto – de se destinar aos catadores o que não é mais utilizado – já se estaria no cumprimento da lei.

⁴⁷ [...] essa obra procura demonstrar a necessidade de se reconhecer o papel de diferentes formas de liberdade no combate às absurdas privações, destruições e opressões existentes em um mundo marcado por um grau de opulência que teria sido difícil até mesmo imaginar um ou dois séculos atrás. Veiga (2008, p. 33).

Para ilustrar a questão do desperdício de papel, um diretor retratou o que acontece na sua rotina de trabalho, e que parece ser um reflexo do que ocorrer com muitas organizações. Ele comentou: “toda vez que eu tenho que fazer um ofício gasto de quatro a cinco folhas de papel”. Continuando diz: “Olha como está a minha mesa. Quantas árvores foram necessárias para a produção desse papel. Mas, ainda, se mandar por e-mail eu vou receber “esculhambação” (críticas). Eles querem papel [...]” (Entrevistado 01). Disse também,

[...] Então a pessoa não aceita que eu mande um documento digital. Ele quer o papel por que assim ele tem como comprovar. Onde nós estamos colocando o papel? Depois jogamos fora esse papel. Mas, colocar na cabeça das pessoas que a política pública introduz uma mudança de comportamento ainda é muito difícil para alguns gestores e para a maioria das pessoas que estão sob a júdice das gestões [...] (Idem).

Continuando, o mesmo diretor, conjecturou sobre o problema, “Se o Reitor determinasse: acaba o uso de papel nos expedientes!”. Mas ao invés disso, “[...] a gente tem que mandar para alguém, que devolve, que anexa [...]” (Entrevistado 01), Ele expõe a irracionalidade da administração pública. Fala que a preocupação da Universidade deveria ser de diminuir a quantidade de resmas de papel que se usa. Concluindo diz que “[...] todo mundo quer papel, é incrível, sem brincadeira, se não tiver papel, não é oficial [...]” (Idem).

Perguntados se a destinação dos materiais recicláveis para os catadores incluirá social e economicamente os catadores, o mesmo dirigente disse que “Não adianta a gente fazer um pacto com a demanda do movimento nacional dos catadores [...]”, pois se “nós produzimos muitas coisas desnecessárias e isso a gente deveria evitar” (Idem) Ele, possivelmente, está se referindo à diminuição da produção de resíduos, como por exemplo, os copos descartáveis mencionados anteriormente por outro dirigente de instituto.

Ainda sobre a mesma questão, vários diretores foram da opinião de que a UFPA, assim como outros órgãos públicos, deveria proporcionar uma melhor assistência para os catadores, oferecendo cursos e treinamentos. Um diretor, que trabalhou em sua tese com a questão econômica dos resíduos, sugere que, para que essa política seja mais efetiva, deveriam ser dadas oportunidades para as famílias dos catadores, principalmente para seus filhos para que as novas gerações tenham condições de mobilidade social. Tais possibilidades, segundo ele, poderiam

ser efetivadas via projetos de extensão por meio de inúmeras faculdades de vários institutos.

Continuando, sobre a mesma questão, outro diretor acredita que, com esse programa, os catadores poderiam ter melhores condições de vida, quando disse que:

[...] se a gente pelo menos se organizar para separar esse material, sabendo que tem pessoas que podem trabalhar isso, e que vão tirar daí a sua fonte de renda [...] eu acho que é uma obrigação nossa fazer isso. Eu acho que são muitos os interessados aqui (Entrevistado 05).

A sua fala remete ao “gesto simples” mencionado anteriormente, e da importância social e econômica que isso representa para os catadores. Inclui também às suas considerações, a formação para a cidadania de todos os envolvidos nesse processo, tanto dos catadores quanto da comunidade universitária. No conteúdo do seu discurso do Entrevistado 05, quando fala “[...] que é uma obrigação nossa fazer isso [...]”, percebe-se que é ciente da responsabilidade da UFPA, a partir dos “muitos interessados” aos quais ele faz referência.

Com a realização desta pesquisa, teve-se a confirmação de que os interessados, aos quais o entrevistado se refere, existem em um número ainda não quantificado, pertencem aos mais variados segmentos e localizam-se em vários pontos desta imensa organização. Congregar essas pessoas interessadas seria um próximo passo para fazer avançar o programa.

Ainda sobre o mesmo entrevistado, ele se utilizou de um exemplo pessoal, do condomínio onde mora, para concluir que se faz necessário criar “uma estratégia para incentivar. Porque também se for só pedir, as pessoas não vão fazer porque não têm um nível de educação ambiental para isso. Mas se tiver um incentivo [...]” (Entrevistado 05). Comenta também, baseado na sua experiência, que as pessoas dizem “se eu vou gastar mais, então como é que eu vou aderir?”. “Ninguém”, completa, “quer arcar com esse custo para poder fazer [...]” (Idem).

Olson (1999) parte exatamente desse pressuposto quando afirma que deve existir um **planejamento estratégico** para que o objetivo seja alcançado. Vai além, colocando o interesse que precede a interação entre as pessoas como condição para que a ação coletiva ocorra.

4.2.3 Engajamento e/ou participação

Dando prosseguimento à análise das respostas, apresenta-se a terceira categoria: a participação. Esta categoria denota que o conhecimento deva gerar o engajamento e o envolvimento das pessoas. Esta questão está intimamente ligada à questão anterior, uma vez que, para que ocorra a inclusão social dos catadores por meio da Coleta Seletiva Solidária, dependerá de um trabalho intenso para uma mudança comportamental e do envolvimento dos servidores públicos. São estes servidores que agirão para que esta política socioambiental, baseada na destinação dos materiais recicláveis produzidos nos órgãos públicos, se efetive.

Para a discussão desta categoria, destacam-se principalmente a oitava, a nona e décima questões. No entanto, tal conceito aparece em respostas a outras questões, permeando vários outros momentos nas falas dos entrevistados. Assim, seguem as respostas mais significativas para representar a importância da categoria para a mudança que se deseja.

A imagem da instituição referida na questão anterior reflete-se, naturalmente, em como esta política está sendo trabalhada na organização. É de se pensar que, quanto maior e quanto mais complexa é sua estrutura, mais trabalhosa é a sua implementação. Os resultados desta pesquisa vêm demonstrando que este pode ser o caso da UFPA e de outras organizações de ensino superior que a ela se assemelham, em termos de tamanho, diversidade de público e de atividades.

Essa foi uma situação analisada por Olson (1999). Ele estudou vários grupos e observou que os pequenos, em especial, apresentavam uma maior eficiência e viabilidade para promoção da ação coletiva.

Políticas para inclusão social e econômica com responsabilidade ambiental para serem implementadas na Administração Pública dependem de uma gama de ações que lhes deem suporte e de comprometimentos da Administração Superior e da Administração Intermediária. Além disso, importa também mencionar o envolvimento de todos os segmentos da comunidade, sem distinção, pois, como enfatiza uma diretora “[...] sozinhos, não fazemos nada. Se não envolver toda a comunidade não tem repercussão [...]” (Entrevistado 02). Compartilho desta resposta e acrescento que, sem um envolvimento das pessoas, essas políticas podem vir a amargar dificuldades, entraves e fracassos.

A colaboração, a cooperação, o comprometimento e a participação são conceitos importantes no processo de implantação. Questionados sobre o que dificulta, em sua opinião, a implantação e execução de políticas como a da Coleta Seletiva Solidária, um diretor disse “[...] se a gente não participar, o sucesso não será como o esperado. Eu acho que a gente precisa engajar-se [...]” (Idem), enfatiza afirmando que:

[...] Enquanto a gente tiver a ideia de que o conhecimento é mais importante do que os nossos comportamentos [...], a gente terá muita dificuldade de implementar políticas que condicionam a qualidade de vida de todos. Então, a gente ainda irá encontrar muita dificuldade em se habituar. Nós precisamos resolver o problema do lixo, mas as nossas práticas ainda continuam as mesmas (Entrevistado 01).

A resposta de outro diretor sobre a mesma questão ajuda no entendimento da resposta acima, uma vez que para ele, “[...] a Universidade caminha para um lado e os catadores para outro lado [...]” (Entrevistado 03). São dois pontos congruentes e paradoxais, não havendo sincronia entre a demanda que gerou a política e a sua implantação, segundo ele. Este ponto corrobora com o que está em Rua (1999, p. 248-249), a decisão “não garante que a demanda que deu origem ao processo seja efetivamente atendida”.

Tal abordagem institucionalista também pode ser entendida quando não há empenho ou vontade por parte do gestor, ou em situação em que há pouca ou nenhuma atividade desenvolvida com relação à implementação de políticas ambientais. Essa situação pode ser explicada pelo que Hall e Taylor (2003) denominaram de ausência de arranjos institucionais, como foi anteriormente mencionado.

Ainda com relação ao diretor acima, ele cita como exemplo a enorme quantidade de computadores danificados que estavam no seu instituto por quase dois anos. Disse que no início da sua gestão teve que dar baixa para poder descartar e liberar espaço. Ele confessou que não tem conhecimento de alguma ação da Universidade a fim de repassar esses materiais para os catadores. Continuando, acrescentou:

[...] esse material é riquíssimo, do ponto de vista da reciclagem, pelas informações que eu tenho da mídia, e que ficava aqui jogado e que, quando vai embora para o DEPAD, eu não sei qual é o fim, o destino [...] (Entrevistado 03).

Este é um fato que ilustra bem a dicotomia existente entre uma política que está aí para ser cumprida e a falta de arranjos em todos os pontos que podem ser alcançados para a sua efetivação.

A mudança de cultura na Universidade foi um ponto bastante recorrente nas entrevistas. Quando se perguntou sobre a implantação de políticas desse tipo, uma diretora questionou também que deve se pensar na melhoria do programa como um todo, tanto na divulgação quanto na forma como o material é coletado. Sobre esse último ponto, criticou a falta de manutenção dos coletores. Informou que “muita gente diz que não quer abrir os coletores porque vai sujar as mãos [...]” (Entrevistado 04).

Este é um ponto que pode ser considerado como negativo e que pode ser o reflexo do número reduzido de funcionários, como foi colocado por um técnico da PCU. Segundo ele, este é um dos problemas mais sérios enfrentados pela infraestrutura. Ele disse: “a gente tem uma grande demanda de contêineres, e a manutenção [...] não dispõe de mão de obra para operacionalização [...]” (Entrevistado 22). De acordo com informação do mesmo técnico, a execução da limpeza dos contêineres e do caminhão é realizada por dois funcionários dos serviços gerais que são os mesmos destacados para a função da coleta seletiva.

Ao entrevistar um desses funcionários, foi possível conhecer mais de perto o trabalho que realizam, inclusive de como e quando se dá a manutenção. Ele fez um longo relato do seu dia a dia como agente da Coleta Seletiva Solidária.

Informou que o seu dia de trabalho é planejado desde a véspera, “quando vou assinar meu ponto” (Entrevistado 24) e faz os contatos com os colegas de empresa, dos serviços gerais, que trabalham nos prédios e que, muitas vezes, agenda ali mesmo a retirada de material. Informou também que normalmente esse agendamento é feito pela parte da tarde no horário entre 13h e 16h. Explicou: “Pela manhã, de 8h em diante não se encontra ninguém aqui [...]” (Idem), se referindo ao depósito provisório atrás do Ginásio de Esportes. Continuando disse “[...] inclusive coloquei no quadro de aviso da nossa empresa. Está lá: ligue para a reciclagem, 8304 que é o nosso ramal, das 13h às 16h [...]” (Idem).

Prosseguindo, informou: “Hoje não houve coleta porque o caminhão foi pedido [...], mas houve o serviço de manutenção dos coletores” (Idem). Explicou que basicamente essa manutenção é a retirada do lixo orgânico e outras coisas que não servem para a coleta seletiva. Falou também que, por serem deixados abertos, os

contêineres acumulam água da chuva no seu interior. Complementando, informou “[...] se deixar aquela água acumulada, ela fica podre, daí fede, é uma coisa horrível, sem falar n carapanã da dengue também [...]” (Idem).

Os funcionários dos serviços gerais lotados nos prédios das UA pesquisadas declararam sobre a falta de colaboração na separação dos materiais recicláveis. Quando perguntados sobre se as pessoas colaboram com a separação do papel nas salas, a maior parte das respostas foi negativa, como já foi afirmado anteriormente. Para ilustrar, destaca-se a seguinte resposta:

Aqui não. Jogam o papel e garrafas só num saco. Dentro das salas eles não separam. Tudo é misturado no lixo, papel, sacos, copos descartáveis. Aquelas caixas que a gente coloca, eles colocam todo o tipo de lixo, copos descartáveis, vidro quebrado [...] (Entrevistado 17, informação verbal).⁴⁸

Sobre a situação citada, todos os funcionários dos serviços gerais tiveram a chance de externalizar alguma crítica, avaliar e dar alguma opinião para melhorar o programa. Uma funcionária disse que acha que, com esse trabalho, a UFPA está ajudando outras pessoas e que isso é muito importante. Falou também que “[...] se todo mundo fizesse isso, não só aqui na Universidade, mas em casa também ou em outros locais, seria muito bom [...]” (Entrevistado 15).

Para ampliar a discussão sobre o que foi dito acima, tomam-se as repostas dos técnicos da PCU quando perguntados se os resíduos estariam sendo misturados com outros tipos de resíduos nos conjuntos de coletores e qual seria a opinião deles para isso estar ocorrendo. Lembrando que, como consta nos procedimentos metodológicos, algumas perguntas foram feitas apenas para determinado público envolvido, variando também o número de questões e a posição dessas questões em cada formulário. Esta, por exemplo, foi feita apenas para os envolvidos do Subgrupo B que corresponde a uma gestora, a dois técnicos da PCU e a um funcionário dos serviços gerais que trabalham diretamente no programa.

Na opinião da coordenadora da CSU, este é um fato que está diretamente ligado ao número de atividades e campanhas realizadas no ano de 2009, por ocasião da implantação. Nesse ano, segundo ela, a qualidade dos resíduos separados foi boa e proporcional ao número de campanhas educativas realizadas.

⁴⁸ Diálogo informal no Local de trabalho do entrevistado no dia 24/05/2011.

Informa que em 2010 o número de campanhas diminuiu e em 2011 não houve nenhuma. Continuando o seu raciocínio, disse “[...] então a educação ambiental influi diretamente na separação ou não dos resíduos, [...] porque a pessoa se sensibiliza. Passou um tempo, não houve mais, aí ela já não quer participar [...]” (Entrevistado 21).

A explicação pode estar no fato de as campanhas não ocorrerem de maneira permanente. Caso isso acontecesse a motivação e o interesse poderiam favorecer a melhores resultados.

Adiante, este fato será discutido de forma mais detalhada, onde aparecerão também relatos sobre essa “queda” no número de campanhas. Lá os entrevistados farão uma avaliação sugerindo alguns pontos para a melhoria do programa.

A coordenadora da CSU também cita como um fator que dificulta a efetividade das campanhas na Cidade Universitária, a grande rotatividade de alunos que a cada ano adentram para formação acadêmica e que permanecem entre quatro a cinco anos. Existem também as pessoas que vêm em busca dos serviços que são prestados pela UFPA como, por exemplo, os cursos livres, os hospitais e as clínicas ou, por terceiros como os bancos, correios, dentre outros.

Analisando o que foi dito tanto pela coordenadora, quanto pelo técnico da PCU e pelo agente da Coleta Seletiva Solidária, fica evidente a carência de recursos humanos para operacionalizar o programa, não apenas pelo número de pessoal contratado da Empresa Terceirizada, que parece ser insuficiente – o que reflete no quesito manutenção dos contêineres que é realizada quando o caminhão é solicitado para outro fim – mas pela falta de funcionários da própria UFPA. Na opinião da coordenadora da CSU, “[...] a falta de mão de obra é um dos principais problemas do programa”. Complementa, “[...] tu não tens uma pessoa que queira realmente abraçar [...], a gente tem aqui o velho problema do serviço público [...]” (Entrevistado 21).

Outra dificuldade apontada pela coordenadora “[...] é que não há um apoio da Administração Superior em ‘enxergar’ a coleta seletiva como uma causa ambiental que tem de ser abraçada, que demanda de recursos [...]” (Idem). Não só a coleta seletiva, mas a gestão de resíduos sólidos como um todo na instituição, conclui. Na opinião da coordenadora, seria preciso um elo com a Administração Superior. Para tanto, ela sugere que fosse criada uma unidade composta por uma equipe multidisciplinar, com um recurso anual no orçamento demandado para as atividades,

aos moldes de uma comissão permanente ou de uma coordenadoria, mas que fosse ligada diretamente à Reitoria.

Sobre esse “elo”, um diretor de uma UA é da opinião que tivesse um representante em cada Unidade e que fosse uma pessoa interessada, sensibilizada e que fizesse essa articulação com o resto da Universidade. Disse que assim poderia surgir um fórum com tais representantes, e que a partir daí, “a gente poderia discutir e planejar, com o apoio da Prefeitura e das pessoas que já estão envolvidas nisso”. Disse também que “seria um trabalho em rede para poder ter mais ressonância nas unidades e mais comunicação”. Continuando, falou que “É questão de manter permanentemente as atividades do programa para não ficar ocorrendo por impulso, num momento que acontece e depois não” (Entrevistado 05).

Pode-se deduzir que os técnicos da PCU tiveram melhores condições para responder sobre as dificuldades encontradas para implantação do programa, pois vivenciaram o processo desde o início e, sendo assim, detêm o conhecimento de causa. Todos eles foram unânimes em dizer que a principal dificuldade residiu na infraestrutura estabelecida para o início do programa, com a falta de um galpão para triagem do material, de um motorista e de um transporte exclusivo, dentre outros. Outro ponto bastante citado foi com relação à burocracia para a formalização do termo de compromisso entre a UFPA e as cooperativas.

A décima e última questão pede aos entrevistados uma avaliação da Coleta Seletiva Solidária da UFPA e sugestões para a melhoria do programa. Esta pergunta foi comum aos sete roteiros trabalhados para os dois grupos, a saber, Grupo A, representado por seis diretores, sete coordenadores das CPGA e seis funcionários dos serviços gerais lotados nos Institutos e no Núcleo e Grupo B, representado por um coordenador, dois técnicos e um funcionário dos serviços gerais, lotados na Prefeitura. O seu objetivo foi buscar subsídios para embasar as considerações finais da pesquisa no que concerne à cooperação para a produção de um Bem Coletivo, segundo Olson (1999) e Ostrom (1990).

Respondendo sobre a avaliação do programa, a maior parte dos entrevistados, apesar das críticas, de acharem que “precisa melhorar muito” e de terem apontado várias falhas, avaliaram o programa positivamente pelo fato de ter dado início a um processo. A opinião da coordenadora da CSU representa uma autoavaliação dos técnicos da PCU quando responde o seguinte: “[...] apesar de todos os obstáculos que a gente enfrenta [...], teve que ter um ponto de partida e a

gente tinha que começar de algum jeito [...] independente de ter ou não recursos [...]” (Entrevistado 05). Na opinião de uma das responsáveis pelas atividades educativas “[...] Ela está acontecendo tendo falhas ou não, pois abrange todo o processo desde a separação até o destino final” (Idem).

Outro técnico da PCU, em sua avaliação sobre o programa disse que vê grandes avanços de 2006 até 2011, uma vez que a infraestrutura foi aos poucos sendo implantada. Disse também que “[...] as dificuldades encontradas são muitas e sempre vão existir [...]” e que “[...] há de ser criada uma nova cultura e que isso vai levar tempo e tem que ter muita informação [...]”. Completa dizendo que “[...] tem que ser bastante divulgado para que as pessoas não apenas conheçam, mas que adotem a coleta seletiva como uma forma de vida, não só na UFPA, mas também nas suas casas” (Entrevistado 22).

Prosseguindo com as respostas, em sua avaliação do programa, um diretor lamenta, assim como outros entrevistados, que o Programa Coleta Seletiva Solidária “teve uma queda”, sugerindo em seguida que “[...] para poder manter essa chama acesa devem existir campanhas permanentes” (Entrevistado 05). Outro entrevistado, desta feita uma diretora, também avalia que “[...] as campanhas devem ser permanentes [...]”, reforçando o que disse os demais. Diz também “[...] que está precisando de muito reforço. Sozinho não se faz nada. Se não houver a comunidade, não tem repercussão. [...] aí sim você vai ver o efeito” (Entrevistado 02). Nessa sua fala, enfatiza que, para as campanhas permanentes, deve-se planejar o envolvimento dos alunos:

[...] o que está faltando aqui, segundo a minha visão, é uma campanha permanente [...], para isso vocês poderiam dar algumas bolsas para estagiários e teria essa mão de obra. Ela facilita, pois eles gostam de fazer esse tipo de trabalho, [...] então eu acho que o trabalho teria muito mais resultado (Entrevistado 02).

Nesse mesmo ponto, outro diretor também é da opinião da participação dos alunos em vários momentos, principalmente na sua entrada na Universidade. Sugere que seja criada uma cultura em que os alunos tomem consciência de que eles precisam ser exemplo lá fora. Que eles levem para as suas casas, para os seus parentes, para os seus vizinhos, para o seu bairro, para a sua cidade. “Essa é uma escala que não é pensada” (Entrevistado 01), complementa.

Em sua opinião, bastaria essa grande campanha para receber os calouros, na qual o trote ecológico seria o trote dos resíduos sólidos, e que todos os institutos uniriam suas campanhas individuais. Diz que, para que isso ocorra, seria preciso uma interação entre os Institutos, coisa que não há. Conclui dizendo que “isso seria um novo caminho a ser trilhado dentro da instituição” (Idem).

Os funcionários dos serviços gerais também puderam avaliar e contribuir com uma série de considerações para a melhoria do programa. Uma dessas sugestões passa pelo quesito divulgação por meio da distribuição de cartazes pela PCU. “[...] Talvez eles ‘tivesse’ mais consciência [...]” afirma o Entrevistado 14, referindo-se aos alunos e servidores. Isso seria um reforço para que eles tivessem um respaldo da PCU junto à comunidade e, quando fosse necessário, chamar a atenção dos alunos sobre a separação dos materiais. Sobre isso, a mesma funcionária comenta que não se sente com autoridade para pedir alguma coisa.

Continuando disse “[...] às vezes nós próprias ‘vamo’ falar e eles, não tão nem aí pra nada [...] aí eu digo: Ei menino! Não joga copo sujo de café em cima do papel, que a gente recicla esse papel”. Segundo ela, as pessoas vão alegar que “[...] a gente não ‘somo’ ninguém nem nada pra tá dando ordem e mandar [...]” (Entrevistado 14).

As campanhas de conscientização para os servidores e alunos foram uma constante nas sugestões dadas pelos funcionários dos serviços gerais. Seriam palestras e treinamentos não só para eles, da empresa, mas para toda a universidade, sugerem. De acordo com um funcionário dos serviços gerais, “[...] os funcionários (servidores da UFPA) deveriam participar também para ajudar a gente [...]”, muitos não colaboram, lamenta “[...], jogam até copinho de café, na caixinha de papel reciclado que está lá fora [...]”. Participando dos cursos, segundo ele “[...] serve pra eles e para a gente.” Desabafa “[...] a gente não tem tempo pra ficar separando, o nosso trabalho não é o de separar” (Entrevistado 16).

Os materiais recicláveis (papel, plástico, metais e vidros), quando misturados com a matéria orgânica (sobras de alimentos) e com rejeitos (lixo de banheiro, pilhas, lâmpadas etc.), apresentam mais dificuldades de serem reaproveitados e perdem seu valor comercial.

Com a coleta seletiva, os materiais recicláveis são separados nos lugares onde são gerados – no caso deste estudo, nas UA – transportados e destinados para a reciclagem pelos catadores. Essa prática facilita e estimula a compra pelas

indústrias, porque os materiais coletados separadamente, por serem mais limpos, têm maior potencial de aproveitamento e maior valor agregado.

Outro diretor avalia sob o ponto de vista administrativo. Diz que, no que envolve rotina e procedimentos, a avaliação é positiva. No entanto, diz também que, para se atingir uma escala satisfatória, a qual todos nós almejamos, ainda demorará “por conta [...] da cultura”. Pondera que, “à medida que se cria e se massificam essas idéias [...] a pessoa passa a incorporar no seu cotidiano administrativo, e assim se consegue „ter um efeito em uma escala maior“ ” (Entrevistado 06).

Para ele, em virtude de não termos o hábito de fazer a coleta seletiva em nossas residências – uma vez que a Prefeitura de Belém ainda não implantou em todos os bairros – “há uma desconfiança das pessoas [...] se ele vai ser misturado”. Diz que “essa desconfiança precisa ser quebrada” (Idem) e coloca as campanhas educativas permanentes, como a entrega de folders com explicações e utilizando-se de recursos da mídia eletrônica, como um recurso que “tem um efeito bastante interessante” (Idem). Assim como os outros diretores, é da opinião de que se deve envolver toda a comunidade e não só os discentes e os docentes.

Nassar (2001) tece comentário pertinente ao que é dito pelo diretor no depoimento acima, no que se refere à utilização da mídia eletrônica. Ele argumenta que, com o rápido desenvolvimento da informática e da tecnologia da informação nos anos de 1990, os custos empregados com a obtenção e a divulgação da informação tendem a diminuir. À época de Olson, este fator não foi considerado uma vez que tal estratégia de propagação da informação ainda não era difundida. Olson (1990) discute que os custos de negociação e comunicação necessários à ação coletiva são uns dos principais entraves para a formação de grupos grandes.

O problema da decisão racional tem outras vertentes. A questão da informação, por exemplo, tem muita influência na tomada de decisão. É a informação que induz os indivíduos a tomarem decisões e a orientarem suas ações. Para Elster (1994), a ação coletiva terá ganhos substantivos se for possível a identidade entre comunicação e racionalidade.

Com este depoimento, encerra-se a parte do trabalho referente à análise dos conteúdos que mais se destacaram. Muitos outros trechos das entrevistas não aparecem, mas mereciam terem sido citados por apresentarem fatos interessantes que perpassam pelo objeto desta pesquisa. Entretanto, poderão vir a ilustrar outros trabalhos.

Ficou evidente, no conteúdo das respostas acima, a necessidade premente da institucionalização de campanhas permanentes para que o programa seja consolidado. O conhecimento do programa é imprescindível para a adoção de uma nova filosofia de gestão de resíduos no que se refere ao descarte com separação prévia dos materiais recicláveis e para que seja criada uma nova cultura institucional por meio da Coleta Seletiva Solidária, não apenas na UFPA, mas em nossas casas, como se referiram outros entrevistados.

O desafio dessa realização já foi iniciado. Ele se concentra em pôr em prática as sugestões elencadas nesta pesquisa, interligando e integrando todos os setores da organização. O ponto de partida pode vir ser a retomada das atividades nas Unidades Acadêmicas (AU) e, a partir daí, prosseguir nos setores administrativos.

4.3 O DESAFIO DE INTEGRAÇÃO DAS UNIDADES ACADÊMICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BEM COMUM: A COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA

O processo operacional da gestão integrada dos resíduos sólidos com destaque para a coleta seletiva oferece uma expressiva simbologia para o exercício da cidadania socioambiental. Segundo Jacobi (2006), em nenhum outro caso existem condições tão expressivas para se demonstrar as relações entre a sociedade humana e o sistema ecológico como a forma pela qual a sociedade lida com os resíduos que produz. Essa é uma discussão que extrapola os estudos específicos sobre resíduos sólidos a avançar em direção a outros conhecimentos em torno dos meios e dos fins para o alcance da sustentabilidade socioambiental, segundo o mesmo autor.

Para o enfrentamento dessa realidade, novas prioridades foram sendo incorporadas quanto à gestão dos resíduos sólidos no Brasil. Isso ocorreu na década que teve início em 1990 quando da realização da Conferência Rio 92 que resultou em compromissos assumidos na Agenda 21, como já foi mencionado. Segundo Besen (2006), aspectos voltados à mudança de padrões de produção e consumo sustentáveis foram incorporados à temática dos resíduos sólidos, passando a integrar, desde então, as agendas dos movimentos sociais e do setor público.

Com a iniciativa de implantação do Programa da Coleta Seletiva Solidária, cada órgão público federal em todo o país tem a possibilidade de planejar estrategicamente a produção de um bem público que é a própria Coleta Seletiva Solidária. Tal bem público está sendo produzido à medida que se cumprem os procedimentos relativos à implantação do programa.

A ação coletiva, nesta direção, tem como regra todo um arcabouço formal para incentivar a sua produção que, hierarquicamente, está desde a Constituição Federal de 1988 até as mais específicas idealizadas pelo CIISC. Os órgãos públicos, por força das regras e pelo **princípio da obediência** instaurado no serviço público brasileiro, deverão acatar mesmo que de forma compulsória, por meio de coação, uma vez que essa tomada de decisão requer todo um planejamento estratégico.

É sabido que os mecanismos de coação instituídos pelo Ministério Público Federal vêm sendo utilizados como um “elemento motivador” para a implantação da Coleta Seletiva Solidária aos órgãos públicos federais. É o custo/benefício da relação estratégica e o estabelecimento de regras do Estado para forçar a produção do bem público. Seus representantes legais têm como uma das motivações a instalação de algo que trará a minimização dos impactos negativos.

Um campo que vem sendo aberto nesse sentido parte para entender os níveis das relações entre os indivíduos no tocante aos desafios da construção de uma ação coletiva. Assim, a fim de promoverem interesses comuns para o equacionamento dos impactos negativos que os resíduos sólidos provocam no ambiente e na saúde pública, os indivíduos assumem para si a solução desses problemas e promovem um planejamento, organizando as ações a fim de equacioná-los.

A implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária é fundamental e estratégica, pois traz uma série de benefícios ao meio ambiente natural e aos catadores de materiais recicláveis. No entanto, como assevera Besen (2006), apesar desses evidentes benefícios, a prática da coleta de forma seletiva dos resíduos sólidos é caracterizada como um desafio permanente.

O mesmo acontece com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em um nível mais amplo. Criada pela Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010b) e regulamentada pelo Decreto nº 7.404 (BRASIL, 2010a), essa política estabelece a elaboração de um Plano Nacional de Resíduos Sólidos como trata o decreto, que também prevê uma Versão Preliminar para Consulta Pública (BRASIL,

2011). Na região Norte, essa consulta ocorreu na cidade de Belém nos dias 18 e 19 de outubro de 2011 e contou com representantes de todos os Estados que compõem a região.

As UA interagindo de forma integrada e interligada, fortalecendo os laços de cooperação e confiança, poderão, de acordo com Ostrom (1990), contribuir para que se efetive a separação dos materiais recicláveis, podendo também estimular uma organização coletiva.

Com relação a isso, confirmou-se em campo que a Coleta Seletiva Solidária precisa de uma mobilização dentro das UA e, por conseguinte, em todos os prédios administrativos. Esses locais precisam primeiramente estruturarem-se internamente sendo que para isso será necessária a criação de uma coordenação para, juntamente com o direção, fazer o elo com a Prefeitura.

O desafio na UFPA já foi iniciado. Mas, como ficou demonstrado neste estudo, apesar do pouco conhecimento dos gestores sobre o objeto de estudo – o que não se traduz em falta de interesse, pelo contrário – foi notado certo envolvimento por parte de integrantes da comunidade de algumas Unidades. Esse engajamento é percebido em iniciativas de reaproveitamento, de destinação correta dos materiais recicláveis ou no gesto de colocar uma caixa de papelão para a separação do papel em uma sala ou em um corredor, por exemplo. Mas são iniciativas isoladas que foram detectadas no IFCH, ICESA, no ICED, no IEMCI e no NCADR. As Fotografias 04 e 05 ilustram esse fato.

Fotografia 04 – Iniciativas que evidenciam a preocupação em adotar medidas e procedimentos administrativos em consonância com a legislação ambiental vigente.



Fonte: Pesquisa de campo.

Fotografia 05 – Caixa de papelão para a separação do papel em uma sala.



Fonte: Pesquisa de campo.

Para uma breve análise de uma possível ação coletiva no processo de implantação do programa, escolheu-se partir de sete UA e, para subsidiar as discussões acerca dessas relações dos envolvidos com o objeto da pesquisa, tomaram-se as proposições de Olson (1999) sobre a identificação e avaliação dos incentivos e/ou desincentivos suficientes e necessários a fim de conduzir os indivíduos em interação social e política a agirem na produção de bens públicos.

No entanto, Olson (1999) faz uma ressalva quanto ao tamanho do grupo. Apresenta uma série de estudos com grupos de vários tamanhos e verifica que em muitas situações os grupos pequenos apresentam-se mais eficientes e viáveis à ação coletiva do que em grandes. Foi o que se observou nesta pesquisa, uma vez que foi demonstrada a relação do número de prédios e do número aproximado de servidores, referidos pelos coordenadores de CPGA, com a separação dos materiais recicláveis, de acordo com o Quadro 10, abaixo:

Quadro 10 – Número de prédios e de servidores mencionados pelos coordenadores de CPGA por ocasião das entrevistas, por Unidades Acadêmicas.

| Unidades Acadêmicas (UA) | Nº de prédios | Nº aproximado de servidores |
|--|---------------|-----------------------------|
| Instituto de Filos. e Ciências Humanas (IFCH) | 5 | 200 |
| Instituto de Letras e Comunicação (ILC) | 3 | 300 |
| Instituto de Ciências da Educação (ICED) | 4 | — |
| Instituto de Tecnologia (ITEC) | 9 | 127 |
| Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) | 2 | 194 |
| Instituto de Educ. Matem. e Científica (IEMCI) | 4 | — |
| Núcleo de C. Agrárias e Desen. Rural (NCADR) | 1 | 22 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Em grupos relativamente grandes permite o aparecimento de sujeitos oportunistas o que dificultaria o surgimento do bem público representado pela Coleta Seletiva Solidária. Em grupos grandes, como neste estudo, esse é um receio inevitável. Ostrom (1990), assim como outros autores que compartilham de suas ideias, acredita na experiência que leva ao aprendizado decorrente da instituição de práticas mesmo dentro dos grupos menores. Isso leva a circulação de informações e a consolidação de confiança como um processo que se fortalece com o tempo.

Esses grupos pequenos são chamados por Olson (1999) de grupos de privilégios em que seus membros provêm o bem coletivo. O bem coletivo neste caso é obtido com recursos próprios e sem uma organização ou coordenação. Segundo

Nassar (2001), a coordenação para o planejamento das ações é uma consequência natural do processo.

Esse ainda não é o estágio da UA em questão, pois a adesão ainda não atingiu um nível expressivo, de acordo com as observações realizadas e com o depoimento da funcionária dos serviços gerais. Mas, se depender do entusiasmo e empenho da direção e da coordenação da CPGA local, os “caronas” também vão acabar aderindo.

Tal análise é resultante de que, sendo um grupo pequeno, os aspectos limitantes para a promoção de um bem coletivo quase não existem. Tais aspectos passam pela heterogeneidade de interesse e os custos com a comunicação.

A UA representada pelo NCADR, com o menor número de prédios e de servidores, foi a que apresentou o resultado mais satisfatório quanto ao cumprimento das recomendações.

Verifica-se com isso que, para uma efetiva contribuição de todos os agentes para a promoção de bens públicos, é importante que todos os integrantes da coletividade contribuam. Ou seja, é necessário que haja um arranjo institucional a partir de regras que regulamentem a destinação dos materiais recicláveis na UFPA. Sem isso, dificilmente os objetivos serão atendidos.

Mas, neste momento, para que as pessoas cooperem, seria necessário que a UFPA atuasse coercitivamente incentivando os envolvidos, utilizando as normas já disponíveis ou criando novos mecanismos para esse fim. É o Estado atuando e determinando que, se não houver cooperação, caberá em último caso a punição. Ao Estado também cabe a premiação no caso de cooperação.

Uma instituição como a UFPA poderá deixar todos em uma situação melhor resolvendo seu problema de ação coletiva. Essa situação diz respeito ao fato de pertencer a uma instituição a qual cumpre suas responsabilidades socioambientais. No entanto, para que seja superada a tendência do surgimento dos “caroneiros”, terá que lançar mão do seu poder de coerção. A UFPA poderá forçar aqueles que não querem cooperar a agirem cooperativamente com alguma forma de punição ou por meio de premiações. Este fato remete-se ao que já foi anteriormente afirmado: apenas os indivíduos podem agir e pretender.

Então, as pessoas movidas por uma motivação qualquer, agindo individualmente, partem para uma ação coletiva mediante a escolha dos meios ótimos de sua preferência. Elas então escolhem a melhor estratégia e planejam as

ações para a promoção de um bem público, uma vez que os benefícios serão maiores que os custos.

Assevera Elster (1994), no entanto, que as instituições não “fazem” e não “pretendem” nada se os indivíduos não tiverem “vontade” ou “interesse”. A UFPA poderá induzir os seus servidores à adesão às instruções e normas legais já existentes para a separação do material destinado aos catadores ou de outras situações que envolvem os resíduos. No entanto, se não tiverem interesse não farão a separação.

A ação coletiva é imprescindível para otimização do resultado, segundo Ostrom (1990). Ao contrário, a não-cooperação de um indivíduo faz com que todos os outros tendam a não cooperar, fazendo com que o movimento em favor da construção do bem coletivo seja descontinuado. Isto afeta o resultado de todo o grupo. Existem outros elementos que interferem na ação coletiva como sugere Ostrom (1990). A confiança, a reciprocidade e a reputação podem propiciar ou impedir a cooperação.

O vínculo da co-responsabilidade de cada setor mais a articulação e a pactuação entre os gestores e deste com a PCU formarão o sentido de ação coletiva a ser fortalecida, como está proposto em Ostrom (1990). Analisando as duas teorias abordadas neste trabalho, nota-se que a de Ostrom traz no seu bojo princípios que respondem a esta aspiração.

Um envolvimento de toda a comunidade por meio de mecanismos, como os que são oferecidos pela Educação Ambiental, aparece de maneira frequente nas respostas como um indício de que as campanhas educativas devem ser retomadas e ampliadas e que devem ser realizadas de forma permanente pelos setores competentes.

Alguns setores que não fizeram parte da pesquisa como a Gráfica da UFPA, a Reitoria e o Restaurante Universitário, informados pelo agente da coleta seletiva, e o Instituto de Ciências Biológicas observado pela autora, também possuem uma forte intenção para a separação dos materiais recicláveis. Isso mostra que a comunidade universitária deve ser incentivada a participar mais amplamente da Coleta Seletiva Solidária a fim de viabilizar uma ação coletiva na UFPA.

Alcançando os diferentes órgãos públicos, o Programa Coleta Seletiva Solidária tem o desafio de integrar os indivíduos que fazem parte dessa imensa rede. Para que o objetivo seja alcançado em sua totalidade, faz-se necessário que

os materiais recicláveis produzidos na fonte geradora sejam previamente separados pelos servidores públicos de todo o país. Este é um longo caminho a ser percorrido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Países como o Brasil vêm ganhando destaque provavelmente em decorrência de um modelo de gestão pública mais autônoma voltado para a transparência e inovação. Diante disto, o papel do gestor frente a tais transformações torna-se cada vez mais importante aos desafios que se apresentam. Estas afirmativas foram elaboradas a partir das leituras ao longo do curso e dos resultados desta pesquisa que ora conclui-se.

Para compor essa nova ordem social, os órgãos públicos federais da administração direta e indireta são chamados a possibilitar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão, em diversos aspectos das organizações.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) representadas aqui, pela Universidade Federal do Pará, já trazem em sua missão institucional a nova ordem social que é de: “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2011, p. 34). Sendo assim, a construção de novas alianças para formar os elos de uma corrente solidária não deveria ser imposta.

No contexto intraorganizacional do processo de implantação da Coleta Seletiva Solidária na UFPA onde esta pesquisa foi situada, fez parte a comunidade universitária, localizada na pessoa dos dirigentes e coordenadores das Unidades Acadêmicas (UA), dos funcionários dos serviços gerais e de técnicos da Prefeitura da UFPA. Nesta pesquisa, não foi contemplado o contexto extraorganizacional do qual fazem parte as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, contempladas por meio de edital, e demais atores sociais. Este foi um limite imposto pela pesquisa.

Em relação aos limites, vale destacar também que este estudo poderia ter avançado um pouco mais. Entretanto, considerando as delimitações metodológicas estabelecidas, dentre elas, o tempo, o que impossibilitou adentrar um pouco mais além a realidade oferecida pelos dados coletados e conseqüentemente na base teórica pertinente, deixaram lacunas que, de certa forma, enfraqueceram as análises dos dados.

Outro fator limitante foi quanto à redução do número dos sujeitos da pesquisa e dos métodos para obtenção dos dados que poderiam aproximar mais o objeto de uma leitura da realidade.

Também se destaca como outro fator limitante desta pesquisa o fato de que muitos trechos das entrevistas, destacados como relevantes, deixaram de ser analisados; acredita-se que poderão futuramente ser contemplados em outros enfoques sobre este mesmo objeto pesquisado.

Nesta abordagem intraorganizacional, procurou-se dar ênfase nos locais de geração, ou fontes geradoras dos materiais recicláveis. Assim, entender como se deu o referido processo sem antes o conhecer, como isso ocorreu nos locais de geração dos resíduos – ou nas fontes geradoras – seria um trabalho infrutífero. Se essa política de inclusão social tem uma amplitude nacional e, para que seja considerada efetiva, depende de um esforço coletivo, é natural que se queira conhecer mais a fundo os seus elos e onde tudo começa, e que nesta pesquisa estão representados pelas Unidades Acadêmicas (UA).

No decorrer do trabalho de pesquisa, foi possível conhecer parte da vivência dos setores que serviram de cenário para a obtenção das informações. Pôde-se observar e entender parcialmente como é vista a questão dos resíduos em cada unidade visitada, a partir do trabalho de campo. As respostas às questões levantadas no início deste trabalho e que, por conseguinte, ajudaram a formular as hipóteses levantadas, ajudaram a esclarecer também as inquietações acerca do objeto desta pesquisa.

A partir disto, seus objetivos foram sendo alcançados gradativamente à medida que se obtinha um perfil dos gestores das UA e dos outros envolvidos na pesquisa. Eles têm interesse em ver políticas como estas sendo implementadas com o apoio de suas Unidades. Entretanto “esbarram” em entraves como, por exemplo, na dificuldade da formação de uma equipe capaz de combinar tarefas operacionais e estratégicas que exijam um “olhar” sistêmico, como foi referido por alguns participantes da pesquisa. São as tais competências e habilidades requeridas em um ambiente de complexidades.

Diante desse quadro, os resultados apresentados indicam poucas iniciativas de adesão à Coleta Seletiva Solidária nas UA como uma prática que foi implantada, mas ainda não instituída na UFPA. Elas limitam-se às ações individuais em alguns institutos, como já foi mencionado. Este fato demonstra que os setores precisam de

uma articulação junto às novas demandas e tarefas inerentes aos seus cargos de administradores públicos, principalmente, com relação à sua responsabilidade nas tomadas de decisão nos dias atuais.

Ter criatividade no exercício da função denota ser é um ponto importante na gestão dos resíduos recicláveis, pois nem sempre as UA dispõem de verbas para aquisição de coletores padronizados, como aconteceu com o NCADR, por exemplo. O fator financeiro mencionado nas falas como um entrave para a compra dos coletores coloridos, na verdade, pode ser resolvido com a aquisição de equipamentos alternativos. A filosofia da sustentabilidade é favorável a que se reutilize o que já existe!

Verifica-se, assim, que os arranjos introduzidos para a implantação do programa trouxeram poucos resultados para que uma ação coletiva mais efetiva acontecesse. No entanto, estes resultados, mesmo escassos, são frutos de esforços individuais, mas que foram capazes de superar os obstáculos existentes, visto que o programa foi implantado e as pessoas aos poucos vêm contribuindo com a separação dos materiais recicláveis.

Os resultados da implantação do novo modelo de gestão de resíduos na UFPA são poucos – uma vez que a falta de incentivo gera pouca motivação – mas significativos, na opinião dos responsáveis pela execução e da grande maioria dos outros entrevistados. No entanto, podem ser ampliados se houver o interesse por parte dos tomadores de decisão em criarem mecanismos que deem sustentação ao programa, de acordo com alguns diretores e coordenadores de CPAG.

Chega-se assim à conclusão de que as hipóteses levantadas no início desta pesquisa foram em parte confirmadas e, conseqüentemente, seus objetivos. Tal afirmativa é fruto da análise das respostas, pois mesmo sem incentivos a motivação aparece. O que falta ao que parece, é uma equipe para dar o suporte que se precisa para as tomadas de decisão.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que não é decretando uma lei que uma política é efetivamente implantada em uma organização pública. Uma frase dita pelo Prof. Milton C. Farias cabe perfeitamente na finalização deste trabalho: “Uma política só será institucionalizada se estiver legitimada pela sociedade.” O professor se referia em seu comentário às implantações de políticas públicas, e que muitas vezes a instituição utiliza de seu poder coercitivo para “tentar” lhe dar sustentação.

Estudos sobre a gestão ambiental em universidades brasileiras são amplamente registrados. Com a instituição da Coleta Seletiva Solidária, esse número só tende a aumentar, aumentando também a responsabilidade dessas instituições em criarem programas voltados para a pesquisa e extensão.

Sabendo-se que grande parte dos resíduos gerados na UFPA é reciclável, torna-se, assim, imprescindível que se tomem medidas para que esses materiais venham a ser reutilizados e posteriormente destinados aos catadores para serem comercializados pelas indústrias de reciclagem. Mas, como foi observado na pesquisa de campo, parte desse material ainda vem sendo descartada no lixo comum pela comunidade universitária.

A separação na fonte geradora passa a ter uma importância fundamental no processo de coleta seletiva. É a fase na qual a pessoa promove um estado de ação individual para um estado de ação coletiva. É neste ponto que a construção da confiança se faz sentida. Este é o ponto do desafio para a consolidação de um grupo, pois sem unidade não existe confiança e nem identificação entre os membros. Com o individualismo não se constrói o indivíduo social, segundo as concepções coletivas de Ostrom (1999). A separação é individual, mas o ganho é coletivo.

Este estudo teve como pano de fundo a Administração Pública com um enfoque organizacional. Vem somar esforços a outras tantas pesquisas realizadas nesta universidade nas mais variadas abordagens, demonstrando ser um tema de interesse nas diversas áreas do conhecimento. Sua contribuição passa pelo entendimento do processo de implantação de uma política ambiental voltada à gestão dos resíduos sólidos, a partir de um dos setores que compõem sua estrutura organizacional.

A investigação revela que este estudo poderá servir – dentre outras realizações – para a estruturação de um modelo administrativo que venha dar suporte ao Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na UFPA. Este seria um importante arranjo institucional que poderia contribuir para a ampliação do programa.

Mostra também a viabilidade para a realização de ações internas incentivadas pelos próprios institutos visando dar suporte ao Programa Coleta Seletiva Solidária. A teoria abordada demonstra que os indivíduos não podem estar acorrentados a uma má vontade de maneira definitiva. Eles podem sair desse estado de inação

para a ação e começar a mudar sua realidade e a realidade que os cerca. Esta afirmativa é sustentada pela base teórica que subsidiou esta pesquisa e pelos trabalhos de campo realizados.

Acredita-se que os resultados aqui apresentados também venham contribuir para o fortalecimento, nesta organização, de uma política voltada para as questões ambientais de maneira ampla, notadamente para o problema dos resíduos sólidos em um contexto intraorganizacional. Tal afirmativa procede, uma vez que seus desdobramentos poderão resultar na introdução destas questões no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de propiciar a elaboração de farto material em pesquisas técnicas e acadêmicas.

Assim, percebe-se com este trabalho que a Universidade Federal do Pará, a partir dos setores estudados, ainda não conseguiu incorporar uma forma efetiva de participação, ao Programa Coleta Seletiva Solidária. Sua implantação ainda está longe de ser consolidada, uma vez que alguns pontos precisam ser atendidos para que haja uma maior integração e motivação por parte da comunidade universitária.

No entanto, será necessária a realização de outros trabalhos que possam responder, por exemplo, em que momento de participação está a UFPA? Quem são as pessoas que, mesmo de forma quase isolada, estão conseguindo, nos seus setores de trabalho, dar conta de cumprir com as determinações de uma política ambiental?

Seja em que momento de participação estiver, não há sentido em não se tomarem decisões administrativas que viabilizem o programa. Como foi constatado, as UA, por parte dos Institutos e Núcleos e mesmo a Administração Superior ainda não priorizaram a propagação de uma política institucional.

O sentido da Ação Coletiva a ser fortalecida com o vínculo da coresponsabilidade de cada setor, seguido da articulação entre os gestores e a comunidade e destes com a PCU, sugere que os princípios da teoria escolhida se apliquem ao estudo em questão.

O desafio da redução dos problemas de desigualdade e da pobreza não virá apenas de meios tecnológicos e econômicos ou jurídicos. A solução dependerá de valores como a equidade, a solidariedade e a compaixão que pertencem à outra seara bem diferente. A necessidade de cooperação cresce em todos os segmentos e é apontada como um instrumento capaz de enfrentar tais desafios.

Para que as reivindicações dos catadores sejam alcançadas, faz-se necessária a compreensão por parte dos próprios interessados, do reconhecimento de sua atividade em decorrência da sua organização. Por outro lado, tais reivindicações não encontrarão eco no interior dos órgãos públicos se as pessoas jurídicas às quais a lei atribui a função administrativa não estiverem imbuídas do seu papel nesse processo. A Administração Intermediária (AI) tem um papel estratégico no novo modelo organizacional, político e jurídico da Administração Pública Brasileira. Seu fortalecimento para o cumprimento das funções que lhe conferem levará também ao fortalecimento dos elos dessa corrente solidária.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Christina W. Implicações teóricas do Novo Institucionalismo: uma abordagem Herbesiana. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Trad. Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.

BESEN, Gina Rizpah. Programa de Coleta Seletiva de Londrina: caminhos inovadores rumo à sustentabilidade. In: JACOBI, Pedro (Org.). **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-128.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1999a.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei da vida: a Lei de Crimes Ambientais**. Brasília, DF: MMA / Assessoria de Comunicação Social, 1999b. 38 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Coleta Seletiva Solidária: cidadania, oportunidade de renda e inclusão social**. Brasília: MDS, [200-?].

_____. Decreto Federal nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 out. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 29 jul. 2009.

_____. Lei n. 6.087, de 20 de abril de 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6087.htm>. Acesso em: 29 jul. 2009.

_____. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental da Administração Pública**. 4. ed. Brasília, DF: MMA / PNEA, 2007c. 80 p.

_____. Decreto n. 7.404, de 23 de dezembro de 2010. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 23 dez. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Boletim Estatístico de Pessoal**, Brasília, DF, v. 15, n. 171, jul. 2010c. Disponível em: <http://www.servidor.gov.br/publicacao/boletim_estatistico/bol_estatistico_10/Bol171_Jul2010.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. 3. ed. Brasília: 2010d.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos: versão preliminar para consulta pública**. Brasília, DF: MMA, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luis, C. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, DF: MARE, 1997a. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do Estado, v. 1). Disponível em: <www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/publicacoes/cadernos_mare.htm>. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____. **Programa de qualidade e participação na administração pública**. Brasília; DF: MARE, 1997b. (Caderno MARE da reforma do Estado, v. 4). Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/gestao/conteudo/publicacoes/cadernos_mare.htm>. Acesso em: 27 abr. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luis C; PACHECO, Regina S. A reforma do Estado Brasileiro e o desenvolvimento. **RERE**, Salvador, n. 3, p. 1-18, set./nov. 2005.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2003a.

CALDERONI, S. Reciclagem no mundo e no Brasil. In: GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A; Fase, 2003b.

CÁRITAS BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8>>. Acesso em: 15 out. 2010.

CASTELLS, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à exclusão. **Cadernos CRH**, n. 26/27, p. 19-40, 1997.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, Frederico L. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-874, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. **Direito Administrativo**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DUARTE, F. D.; CADERNARTORI L. E. U. A nova administração pública no contexto da globalização. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: CONPEDI, 2008.

ELSTER, JON. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ESTEVES, Deise Ferreira. **Gestão ambiental na administração pública: sua institucionalização no Tribunal Regional Federal da 5ª Região**. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Centro de Ciências de Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ESTIGARA, Adriana. Desenvolvimento sustentável e políticas públicas: uma análise dos atores eleitos pela agenda 21. **EDUCIENS: Educação e Pesquisa Científica**, 15 maio 2007. Artigos, download. Disponível em: <<http://www.educiens.org.br/index.php?pag=menu&idmenu=7&artigos>>. Acesso em: 5 out. 2010.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Reforma administrativa e arranjos institucionais**: a experiência do Estado do Pará. 2003. Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

_____. Milton Cordeiro. **Noções gerais de projeto e pesquisa**: uma abordagem didática. São Paulo: Barúna, 2009.

FISCHER, Tânia A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa: 8-11 out.. 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044559.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2011.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 114-136.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Programa nacional lixo e cidadania**: conquistas, desafios e perspectivas. 2001. Disponível em: <www.ibam.org.br/publique/media/FNLC.pdf>. Acesso em: 30 out. 2010.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A; Fase, 2003.

_____. **Coleta Seletiva**: cores. 2010. Disponível em: <http://www.lixo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=137&Itemid=244>. Acesso em: 20 out. 2010.

GRIMBERG, E.; BLAETH, P. R. **Coleta Seletiva**: reciclando materiais, reciclando valores. São Paulo: Instituto Pólis, 1998.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

HARDIN, Garret. La tragédia de los bienes comunes. In: SMITH, Richard C.; PINEDO, Danny. **El cuidado de los bienes comunes**: gobiernos y manejo de los lagos y bosques em la Amazonía. Lima: Instituto de Estudos Peruanos, 2002. p. 33-48.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível: em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452003000_00010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2008.

HELFERICH, Gerard. **O cosmos de Humboldt**: Alexandre Von Humboldt e a viagem à América Latina que mudou a forma como vemos o mundo. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**: perfil dos Municípios Brasileiros. Brasília: 2008.

JACOBI, Pedro (Org.). **Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil**: inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa. In: J. POUPART. **A pesquisa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, Jacimara Guerra, Comunicação científica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lucia.almeida.ufpa@gmail.com> em 6 ago. 2010.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.). **Colóquio sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: EDUEL, 2003. p. 11-25.

MARTINS, Roberto Araújo. **Políticas públicas, arranjos institucionais e organizações informais**: uma análise das mudanças do aterro sanitário do Aurá em Belém (1997/2006). 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2007.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A Ação Coletiva e seus interpretes. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 1, p. 65-87, jul./dez. 2007.

MOREIRA, Wellington. **O gerente intermediário**: manual de sobrevivência dos gestores, supervisores, coordenadores e encarregados que atuam nas organizações brasileiras. 2011. Disponível em: <www.ogestorintermediario.com.br/sumario.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2011.

NASSAR, André Meloni. **Eficiência das associações de interesse privado**: uma análise do agronegócio brasileiro. 2001. 234 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NEDER, Lúcia de Toledo Câmara. Reciclagem de resíduos sólidos de origem domiciliar: análise na implementação e da evolução de programas institucionais de coleta seletiva em alguns municípios brasileiros. In: VEIGA, José Eli da (Org.). **Ciência ambiental**: primeiros mestrados. São Paulo: Anaablume / FAPESP, 1998.

OLIVEIRA, Márcio. **Universidade e sustentabilidade**: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSTRON, Elinor. **Governing the Comuns**. Cambridge. Cambridge: University Press, 1990.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão (Orgs.). **O estudo da política**: estudos selecionados. Brasília, DF: Paralelo 15, 1999.

_____. **Ética no contexto do serviço público brasileiro**. [Brasília, DF]: ESAF, [2004?]. Disponível em: <<http://www.iem.gov.br/etica/arquivos/artigos/eticanocontexto doservicopublicobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2001.

THOMPSON, Paul. A entrevista. In: A VOZ do passado: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002. p. 254-278.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORDY, W. **Handbook de estudos organizacionais**. Trad. Humberto F. Martins e Regina Luna S. Cardoso. São Paulo: Atlas, 1998. p. 196-219.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará**. Belém: EDUFPA, 2003.

_____. **Histórico e estrutura**. 2008. Disponível em: <http://www.portal.ufpa.br//historico_estrutura.php>. Acesso em: 27 março 2011.

_____. Prefeitura. **Plano para Implantação da Coleta Seletiva Solidária da UFPA**. Belém, 2009.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará**. Belém: EDUFPA, 2011. Minuta

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

_____. **Métodos de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010b.

VIEIRA, Arimar Leal. **Análise do ciclo de vida (ACV): uma avaliação social e econômica da reciclagem das latas de alumínio na cidade de Belém**. 2004. 296 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sócio-ambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

VILHENA, André. **Guia da coleta seletiva do lixo**. São Paulo: CEMPRE, 1999.

VIVEIROS, Mariana Vieira. **Coleta Seletiva Solidária: desafios no caminho da retórica à prática sustentável**. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

YOSHINO, Gabriel. Hiromite et al. **Diagnóstico de manejo com proposta para gestão dos resíduos sólidos da cidade universitária Prof. José da Silveira Neto da Universidade Federal Do Pará – UFPA**. 2008. 66 f. (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Convite.

CONVITE

Prezado(a) participante:

A entrevista foi um dos instrumentos de coleta de dados escolhidos para responder as questões da pesquisa intitulada “**A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CONTEXTOS INTRAORGANIZACIONAIS: um estudo a partir de UFPA**”. Assim sendo, convido você para participar deste trabalho, respondendo as perguntas que lhe serão dirigidas.

Sua participação será decisiva para a construção desta pesquisa uma vez que todas as pessoas foram escolhidas de acordo com o critério de conhecimento sobre o assunto.

Cada entrevista tem a duração de aproximadamente meia hora, podendo variar dependendo de cada participante. Caso concorde, a entrevista será gravada e transcrita, sendo que a divulgação das informações somente será utilizada para fins acadêmicos.

Para que seu tempo não seja desperdiçado e que suas informações sejam colhidas com tranquilidade, evitando interrupções, solicito que agende o melhor dia, hora e local da entrevista. Solicito ainda que, caso aceite o convite, encaminhe sua resposta com o devido agendamento.

Agradeço desde já sua colaboração!

Belém, 23 de maio de 2011

Lúcia de Fátima Almeida
Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido –
PPGDSTU – NAEA/UFPA (Matrícula 2009050M032)

AUTORIZAÇÃO

Eu, AUTORIZO a gravação, transcrição, e divulgação das informações desta entrevista, cujo teor somente deverá ser utilizado para fins acadêmicos.

Belém (PA), de de 2011

Assinatura

APÊNDICE B – Roteiros de entrevistas.

GRUPO A – Subgrupo: Diretores das Unidades Acadêmicas

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS DIRIGENTES DOS INSTITUTOS E NÚCLEOS

| | | |
|------------------------|-------------------|----------------|
| Unidade: | Data: | Entrevista Nº: |
| Identificação: | Sexo: | Idade: |
| Formação: | Titulação: | |
| Cargo/Função: | Início da gestão: | |
| Duração da entrevista: | Início na UFPA: | |

A Administração Pública Brasileira disponibiliza a todos os gestores dos órgãos públicos federais, instrumentos de políticas públicas como, por exemplo, o Decreto 5.940 de 25/10/2006, que institui a destinação de todo o material produzido no âmbito dos prédios públicos por meio do Programa Coleta Seletiva Solidária, para as associações as cooperativas de catadores. Em vista do exposto, pergunta-se:

- 1- O senhor já ouviu falar na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)?
- 2- E da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)?
- 3- O Programa Coleta Seletiva Solidária foi instituído pelo Decreto 5.940 de 25 de outubro de 2006? O que o senhor sabe sobre ele?
- 4- O senhor esteve presente ou tomou conhecimento do seminário Bate-Papo Ambiental sobre a Coleta Seletiva Solidária que foi realizado nesta Unidade no dia 30 /06/2009 pela Prefeitura da UFPA?
- 5- O senhor conhece os objetivos do Programa Coleta Seletiva Solidária?
- 6- Que medidas, ações ou procedimentos administrativos foram adotados para atender as propostas sugeridas na atividade, nesta unidade?
- 7- Em sua opinião o que dificulta a execução da Coleta Seletiva Solidária?
- 8- A implantação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos públicos incluirá os catadores social e economicamente?
- 9- Como o senhor avalia a Coleta Seletiva Solidária da UFPA?
- 10- Qual sua sugestão para a melhoria do programa?

GRUPO A – Subgrupo: Coordenadores de CPGA

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS COORDENADORES DE CPGA

| | | |
|------------------------|-------------------|----------------|
| Unidade e Subunidade: | Data: | Entrevista Nº: |
| Identificação: | Sexo: | Idade: |
| Formação: | Titulação: | |
| Cargo/Função: | Início da gestão: | |
| Duração da entrevista: | Início na UFPA: | |

A Administração Pública Brasileira disponibiliza a todos os gestores dos órgãos públicos federais, instrumentos de políticas públicas como, por exemplo, o Decreto 5.940 de 25/10/2006, que institui a destinação de todo o material produzido no âmbito dos prédios públicos por meio do Programa Coleta Seletiva Solidária, para as associações e/ ou cooperativas de catadores. Em vista do exposto, pergunta-se:

- 1- Você esteve presente ou tomou conhecimento do seminário Bate-Papo Ambiental sobre a Coleta Seletiva Solidária que foi realizado nesta Unidade no dia 22/04/2009 pela Prefeitura da UFPA?
- 2- Você conhece os objetivos do Programa Coleta Seletiva Solidária?
- 3- Qual o contingente populacional desta Unidade?
- 4- Quantos prédios fazem parte da sua estrutura física? Onde estão localizados?
- 5- Quantos funcionários da Empresa Terceirizada estão lotados em cada prédio?
- 6- Existe alguma recomendação para os funcionários da limpeza por parte deste setor para o atendimento da Coleta Seletiva Solidária? Qual?
- 7- O que os funcionários comentam sobre isso? Existe alguma queixa? Qual?
- 8- Como você avalia a Coleta Seletiva Solidária na UFPA?

GRUPO A – Subgrupo: Funcionários da Empresa Terceirizada

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS FUNCIONÁRIOS DOS SERVIÇOS GERAIS

| | | |
|--------------------|-------------------|----------------|
| Unidade: | Data: | Entrevista N°: |
| Identificação: | Sexo: | Idade: |
| Escolaridade: | | |
| Unidade Acadêmica: | | |
| Cargo/Função: | Tempo de Empresa: | |

- 1- O que você sabe sobre a Coleta Seletiva Solidária da UFPA?
- 2- Você sabe para quem é entregue e para onde vai o material descartável que você ajuda a separar?
- 3- Você participou dos cursos de capacitação que a Prefeitura organizou? De quantos? Você achou importante o que foi ensinado? Por quê?
- 4- Do que foi ensinado, o que você passou a colocar em prática no seu trabalho?
- 5- Que instruções que você recebe no seu local de trabalho (as Unidades Acadêmicas) para a separação do papel?
- 6- As pessoas colaboram na separação do papel nas salas?
- 7- Você tem alguma crítica, elogio e/ ou sugestão para dar?

GRUPO B – Subgrupo: Coordenadores do DINFRA

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM COORDENADOR DA CSU

| | | |
|------------------------|---------------------------|----------------|
| Subunidade: | Data: | Entrevista Nº: |
| Identificação: | Sexo: | Idade: |
| Formação: | Titulação: | |
| Cargo/Função: | Início da gestão (d/m/a): | |
| Duração da entrevista: | Início na UFPA: | |

01 – Tem conhecimento de dificuldades internas na implantação da Coleta Seletiva Solidária instituída pelo Decreto 5.940? Quais?

02 – Em sua opinião qual das recomendações contidas no Decreto foi de difícil execução/operacionalização?

03 – O seminário Bate-Papo Ambiental sobre a Coleta Seletiva Solidária foi realizado nesta Unidade no dia __/__/__. O que você achou da atividade?

04 – Os resíduos recicláveis estão sendo misturados com outros tipos de resíduos nos conjuntos de coletores? Em sua opinião porque isso ocorre?

05 – O que dificulta a execução da Coleta Seletiva Solidária na UFPA em sua opinião?

06 – Quais os problemas mais graves enfrentados pelo programa?

07 – Como você avalia a Coleta Seletiva Solidária na UFPA?

08 – Cite alguns fatores que considera importantes para que o programa se fixe como cultura institucional.

GRUPO B – Subgrupo: Técnicos do DINFRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS DA FISCALIZAÇÃO

| | | |
|------------------------|---------------------------|----------------|
| Subunidade: | Data: | Entrevista Nº: |
| Identificação: | Sexo: | Idade: |
| Formação: | Titulação: | |
| Cargo/Função: | Início da gestão (d/m/a): | |
| Duração da entrevista: | | |

01 – Qual o modelo de Coleta Seletiva adotado na UFPA?

02 – Como se dá a sua operacionalização?

03 – O que reza no contrato com a Empresa Terceirizada sobre a de Coleta Seletiva? Isso está sendo cumprido? E a fiscalização?

04 – Os resíduos recicláveis estão sendo misturados com outros tipos de resíduos nos conjuntos de coletores? Em sua opinião porque isso ocorre?

05 – Quais os setores que destinam com maior frequência e em maior quantidade para as cooperativas?

06 – Em sua opinião o quantitativo de funcionários da terceirizada é suficiente para auxiliar na separação?

07 – Cite alguns fatores que considera importantes para que o programa se fixe da como cultura institucional?

08 – Como você avalia a Coleta Seletiva Solidária na UFPA?

GRUPO B – Subgrupo: Técnicos do DINFRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

| | | |
|------------------------|-----------------|--------|
| Subunidade: | Entrevista Nº: | |
| Nome: | Sexo: | Idade: |
| Formação: | Titulação: | |
| Cargo/Função: | Início na UFPA: | |
| Duração da Entrevista: | | |

01- Existiram dificuldades internas para a implantação da Coleta Seletiva instituída pelo Decreto 5.940? Quais?

02- Qual das recomendações contidas no Decreto foi de difícil execução/operacionalização?

03 – Como você avalia o envolvimento da comunidade universitária considerando as atividades para informação e sensibilização realizadas até agora?

04 – Qual a sua opinião sobre as práticas educativas realizadas desde a implantação até hoje?

05 – Quais as principais estratégias adotadas pela Prefeitura desde a fase de diagnóstico até a implantação da Coleta Seletiva Solidária?

06- Quais os problemas mais graves enfrentados pelo programa?

07 – Como você avalia a Coleta Seletiva Solidária na UFPA?

08 – Cite alguns fatores que considera importantes para que o programa se fixe da como cultura institucional?

GRUPO B – Subgrupo: Funcionário da Empresa Terceirizada

ROTEIRO DE ENTREVISTA FUNCIONÁRIO LOTADO NA PREFEITURA

| | | |
|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| Unidade: | Data: | Entrevista N ^o : |
| Identificação | Idade: | Sexo: |
| Escolaridade: | | |
| Unidade Acadêmica: | | |
| Cargo/Função: | Tempo de Empresa: | |

- 1- Quais os setores da Cidade Universitária solicitar mais freqüência para agendar a retiradas de material reciclável?
- 2- Explica como é o teu dia-a-dia como agente da Coleta Seletiva Solidária?
- 3- Sobre os funcionários da terceirizada, o que elas comentam como você a respeito do trabalho deles nos prédios? As pessoas colaboram na separação do papel nas salas?
- 4- Como você avalia a Coleta Seletiva Solidária implantada na UFPA?
- 5- Você tem alguma crítica, elogio e/ ou sugestão para dar?

ANEXO(S)

ANEXO A – Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006.

Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis são reguladas pelas disposições deste Decreto.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e

II - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

Art. 3º Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

II - não possuam fins lucrativos;

III - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e

IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Parágrafo único. A comprovação dos incisos I e II será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos III e IV, por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas.

Art. 4º As associações e cooperativas habilitadas poderão firmar acordo, perante a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, a que se refere ao art. 5º, para partilha dos resíduos recicláveis descartados.

§ 1º Caso não haja consenso, a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária realizará sorteio, em sessão pública, entre as respectivas associações e cooperativas devidamente habilitadas, que firmarão termo de compromisso com o órgão ou entidade, com o qual foi realizado o sorteio, para efetuar a coleta dos resíduos recicláveis descartados regularmente.

§ 2º Na hipótese do § 1º, deverão ser sorteadas até quatro associações ou cooperativas, sendo que cada uma realizará a coleta, nos termos definidos neste Decreto, por um período consecutivo de seis meses, quando outra associação ou cooperativa assumirá a responsabilidade, seguida a ordem do sorteio.

§ 3º Concluído o prazo de seis meses do termo de compromisso da última associação ou cooperativa sorteada, um novo processo de habilitação será aberto.

Art. 5º Será constituída uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública federal direta e indireta, no prazo de noventa dias, a contar da publicação deste Decreto.

§ 1º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária será composta por, no mínimo, três servidores designados pelos respectivos titulares de órgãos e entidades públicas.

§ 2º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária deverá implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe este Decreto.

§ 3º A Comissão para a Coleta Seletiva Solidária de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta apresentará, semestralmente, ao Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Art. 6º Os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deverão implantar, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação deste Decreto, a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, destinando-os para a coleta seletiva solidária, devendo adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Deverão ser implementadas ações de publicidade de utilidade pública, que assegurem a lisura e igualdade de participação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de habilitação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de outubro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Patrus Ananias

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.10.2006

ANEXO B – Ofício NAEA: Autorização para coleta de dados para realização da pesquisa de campo.



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido/PPGDSTU**



Ofício **023/2011** – PPGDSTU/NAEA

Belém, 29 de março de 2011.

Assunto: Realização de Pesquisa

Prezado Senhor,

Apresentamos **Lúcia de Fátima Almeida**, matrícula nº **2009050M0032**, discente do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU do NAEA/UFPA que sob a orientação do Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento, está elaborando a Dissertação de Mestrado intitulada “**A Gestão de Resíduos Sólidos em Contextos Intraorganizacionais: Um Estudo a partir da UFPA**”. Nesse sentido, a fim de viabilizar a execução de sua Dissertação de Mestrado, venho por meio deste solicitar a V. Sa. autorização para que a aluna possa realizar coleta de dados para a realização de seu trabalho acadêmico. Tal coleta envolverá pesquisa documental, observações que poderão envolver registros fotográficos e aplicação de questionários e/ou entrevistas com servidores desta unidade Acadêmico-Administrativa sob sua direção e com funcionários da Firma Terceirizada que atuam nessa unidade.

Agradecendo desde já a atenção dispensada e fazendo votos de uma colaboração positiva, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Daniella Mota Benevides
 Secretária Acadêmica do PPGDSTU
 Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Ao
Instituto de Geociências (IG)

ANEXO C – Portaria 3.411/2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
REITORIA

PORTARIA Nº 3411/2007

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e de acordo com o Processo nº 023329/2007,

RESOLVE

Designar os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao quadro de Pessoal desta Universidade, para, sob a coordenação da primeira, comporem a Comissão para Implantação da Coleta Seletiva Solidária da UFPA:

Coordenadora: **CARMEN GILDA BARROSO TAVARES DIAS- ITEC**

Vice-Coordenadora: **MARIA DE VALDIVIA COSTA NORAT GOMES- ITEC**

Membros:

ANGELA MARIA DA COSTA VIANA – NUMA

JAIME LESSA PENA – Prefeitura

LIANA MARIA MACHADO FIGUEIRA – Prefeitura

LÚCIA DE FÁTIMA ALMEIDA – ICB

MARIA DA GLÓRIA GOMES CRISTINO – Escola de Aplicação

MARIA LÚCIA LANGBECK OHANA – Escola de Aplicação

PAULO FERNANDO NORAT CARNEIRO – ITEC.

Reitoria da Universidade Federal do Pará, Belém, 13 de novembro de 2007.


Prof. Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello
Reitor

ANEXO D – Ofício-Circular Interministerial.
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 REITORIA

01

 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
 GABINETE DO MINISTRO
 Esplanada dos Ministérios – Bloco C – 5º andar - CEP: 70.046-900 - Brasília / DF
 Telefone: (0**61) 34331279 / 34331278 / 34331277

 000306
 COLO GERAL

Ofício - Circular Interministerial nº 02/GAB/MDS/MCIDADES

Brasília, 29 de dezembro de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor
 Alex Bolonha Fiuza de Mello
 Reitor da Universidade Federal do Pará - Ufpa
 Rua Augusto Correa, s/n Prédio da Reitoria - Guamã
 66075-110 – Belém - PA

Assunto: **Implementação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta, de acordo com o Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006.**

Senhor Reitor,

1. Ao cumprimentar Vossa Senhoria fazemos referência ao Decreto nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, no qual o Exmo. Senhor Presidente da República institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O Decreto estabelece um prazo de 90 dias para a constituição de uma Comissão de coleta seletiva e 180 dias para implantação da separação dos resíduos recicláveis em cada um dos prédios onde funciona a instituição. O mesmo Decreto designa o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores para acompanhar, avaliar e monitorar semestralmente o processo de separação dos resíduos recicláveis e sua destinação às organizações de catadores devidamente habilitadas. Cabe informar que os Ministros de Estado já receberam Aviso Interministerial nº 02/MDS/MCIDADES, de 27 de dezembro de 2006, sobre o referido assunto.
2. Em que pese o conhecimento de que vários órgãos e entidades da administração federal já praticam a coleta seletiva, alguns dos quais com a doação dos materiais para catadores e outros com destinação diversa, o Decreto sinaliza a importância de destiná-los unicamente a uma categoria de trabalhadores historicamente excluída, que vem lutando para conquistar o reconhecimento de seu trabalho e da grande contribuição que presta há décadas, em anonimato, na preservação ambiental do país.
3. São esses milhares de homens e mulheres que fazem do Brasil um país com altos índices de reciclagem de diversos materiais, e que muitas vezes trabalham de forma desorganizada, freqüentemente em situação desumana nos lixões ou agredidos nas ruas e explorados por intermediários. Implantar a coleta seletiva com a destinação dos materiais para os catadores é uma forma de contribuir concretamente para promover a sua organização, garantindo, a esse quase um milhão de trabalhadores e suas famílias, uma fonte de trabalho e renda com dignidade e cidadania.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
GABINETE DO MINISTRO
Esplanada dos Ministérios – Bloco C – 5º andar - CEP: 70.046-900 - Brasília / DF
Telefone: (0**61) 34331279 / 34331278 / 34331277

4. O Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores vem acompanhando a implantação da coleta seletiva solidária em alguns Ministérios em Brasília e tem plena convicção da complexidade do processo e da diversidade de situações existentes, que exigirão o empenho de todos para o equacionamento dos problemas e remoção dos obstáculos para o pleno cumprimento do Decreto. É preciso mudar hábitos, alterar procedimentos estabelecidos há muito tempo e, até mesmo, enfrentar interesses que podem ser contrariados com o novo modelo. Devido a isso, o processo exige a realização de um bom diagnóstico da situação em cada instituição e um planejamento cuidadoso das ações para que tenha sucesso, evitando-se precipitações, muitas vezes bem intencionadas, mas que podem produzir o fracasso da iniciativa.

5. Assim, o Comitê está estruturando uma rede de apoio aos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta em todo o País e preparando diretrizes sobre o processo de habilitação das associações e cooperativas, quando for o caso, bem como sobre aspectos logísticos e educativos que devem ser considerados na implantação da separação dos materiais recicláveis pelos servidores e na coleta seletiva solidária. Para que possamos contemplar toda a gama de situações existentes, solicitamos que preencham o formulário disponível nos endereços eletrônicos www.cidades.gov.br e www.mds.gov.br, até 12 de janeiro de 2007, a fim de subsidiar a estruturação dessa rede.

6. Como primeira contribuição, enviamos anexo algumas orientações analisadas no âmbito do Comitê Técnico para formalização das Comissões de Coleta Seletiva Solidária, previstas no referido Decreto.

7. Solicitamos, ainda, a designação de 1 (um) representante desse Órgão como referência junto ao Comitê e ficamos no aguardo das informações solicitadas a Vossa Senhoria, para que sejam enviadas novas orientações sobre a implantação do Decreto.

Atenciosamente,

PATRUS ANANIAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

Ministro de Estado das Cidades

ANEXO E – Mapas com a distribuição dos 29 Locais de Entrega Voluntária (LEV) na Cidade Universitária.

Mapa 01- Setor 1 – Campus Básico

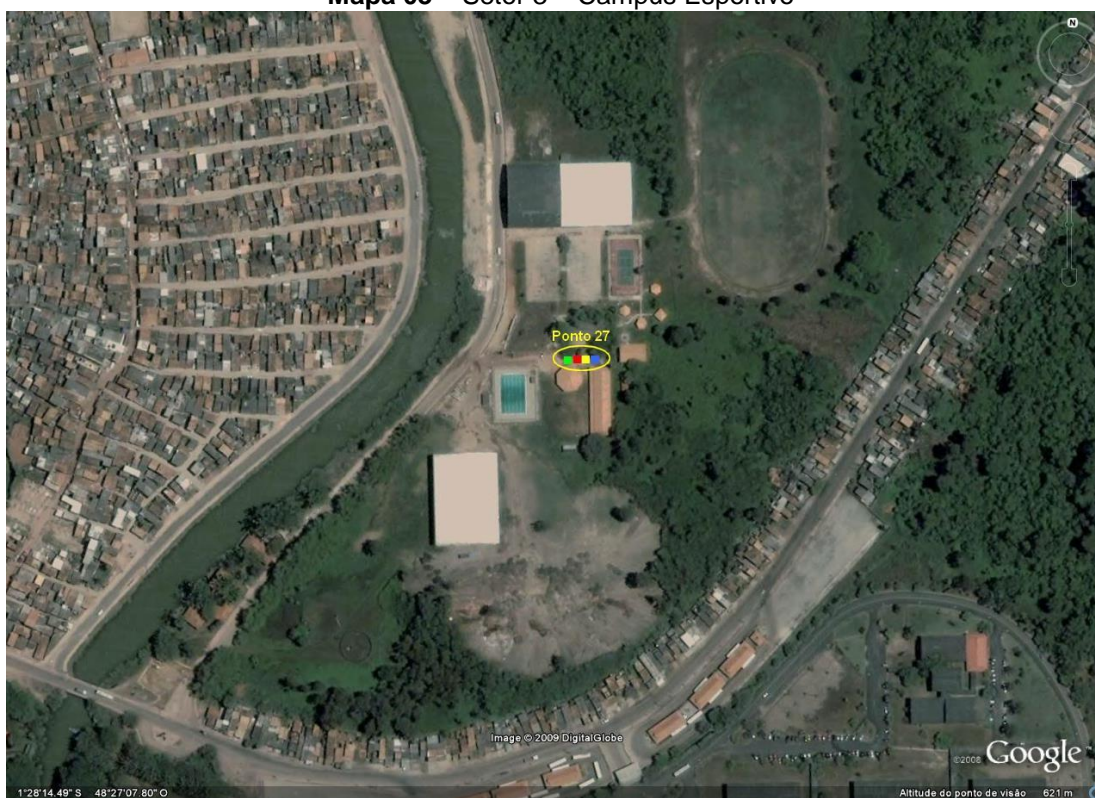


Fonte: Google Earth, modificado por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2009).

Mapa 02 – Setor 2 – Campus Profissional



Fonte: Google Earth, modificado por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2009).

Mapa 03 – Setor 3 – Campus Esportivo

Fonte: Google Earth, modificado por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2009).

Mapa 04 – Setor 4 – Campus Saúde

Fonte: Google Earth modificado por UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (2009).

ANEXO F – Termo de compromisso.

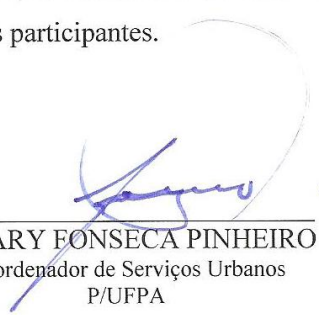
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PREFEITURA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS URBANOS/DINFRA

TERMO DE COMPROMISSO

A Coordenação dos Serviços Urbanos, da Prefeitura da UFPA, atendendo o Decreto Federal nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, que estabelece a implantação da coleta seletiva de materiais recicláveis nos órgãos públicos federais e a sua destinação às associações e cooperativas formalmente organizadas, beneficiando-as. Ao inaugurar a Coleta Seletiva Solidária, neste dia 03 de junho de 2009, compromete-se em entregar à cooperativa CONCAVES, no período de vigência de 06 meses, a partir desta data, todo o material reciclável coletado nesta Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, Conforme acordo firmado entre as cooperativas.

Este Termo de Compromisso é informal até o Convênio oficial ficar concluído, no qual estabelece direitos e deveres entre os participantes.

Belém, 03 de junho de 2009.


JANARY FONSECA PINHEIRO
Coordenador de Serviços Urbanos
P/UFPA


JONAS DE JESUS FERNANDES DA SILVA
Presidente da Cooperativa
P/CONCAVES

Testemunhas:

1º Jaime Lessa Pena: 

2º Liana Maria Machado Figueira: 

3º Lúcia de Fátima Almeida: 

ANEXO G – Portaria 3.925/2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
REITORIA

PORTARIA Nº 3925/2010

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e de acordo com o Processo nº 039113/2010,

RESOLVE

Designar os servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Universidade, para comporem a Comissão da Coleta Seletiva Solidária da Universidade Federal do Pará:

Coordenadora:

MARIA DE VALDIVIA COSTA NORAT GOMES – ITEC

Vice-Coordenador:

DIONISO DE SOUZA SAMPAIO – C. BRAGANÇA

Membros:

ANA DE NAZARÉ MARTINS DA SILVA - NMT
GABRIEL HIROMITE YOSHINO - PREFEITURA
GELSON SILVA DA CONCEIÇÃO - PREFEITURA
JAIME LESSA PENA - PREFEITURA
LUCIANA CRISTINA PADILHA SOARES - PROGEP
LUCILA DE NAZARÉ LOBO DO AMARAL - ITEC
PEDRO CAETANO DE OLIVEIRA - PREFEITURA
JAQUELINE SARMENTO DOS SANTOS - PREFEITURA
LIANA MARIA MACHADO FIGUEIRA - PREFEITURA
MARIA LUDETANA ARAÚJO - ICED
PAULO FERNANDO NORAT CARNEIRO - ITEC
MARIA LUCIA LANGBECK OHANA – ESCOLA DE APLICAÇÃO

Reitoria da Universidade Federal do Pará, Belém, 28 de outubro de 2010.

Carlos Edison de Almeida Maneschy
Reitor

*Recebido cópia
em 08/11/2010.*

Yoshino

Dioniso S. Sampaio

Lucila

Gabriel Hiromite Yoshino

Jaqueline Santos

Liana M. M. Figueira